

SESSÕES DO PLENÁRIO

47ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de maio de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.) Pequeno Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Patrick Lopes comunicando que, devido a compromissos parlamentares externos, acompanhando prefeitos na Capital Federal, esteve ausente nas Sessões dos dias 09, 10 e 11/05/2023.

Do Deputado Cafú Barreto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 08/05/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho por 5 minutos. **(Oradores inscritos)**

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, representantes da imprensa, pessoas que acompanham a *TV ALBA*, antes de tudo, quero saudar as presenças dos trabalhadores do serviço público da Bahia (palmas), ressaltando ser, apenas, uma pequena amostra.

Na verdade, a frente desta Casa está cheia dos diversos segmentos do serviço público. Isso não é por acaso. Eles vêm de uma trajetória, infelizmente, da falta de diálogo por parte do governo do estado, do governador Jerônimo e das suas diversas secretarias. Infelizmente, tem sido esta a trajetória. O governo chamou, apenas, algumas categorias para dizer que estava comunicando uma proposta.

Eu já cheguei a tratar disso, nesta Casa, com os deputados. Isso é algo, para mim, inédito, porque a gente ouve falar em mesa de negociação. Às vezes, essa mesa de negociação é dissimulada, às vezes, ela não dá muito resultado. Mas a mesa de negociação tem o caráter de mostrar as posições do governo para as categorias, a fim de que elas, de alguma forma, possam avaliar essas posições.

Bem, quanto à mesa de comunicação, eu nunca tinha visto. Isso foi o que o governador inaugurou neste momento: uma mesa de comunicação! Não tem negociação! É só para comunicar a determinados segmentos do serviço público que o reajuste é aquele ali.

E qual é o reajuste? A primeira coisa que a gente precisa considerar é o que foi acumulado. Foram anos e anos de perdas inflacionárias que, segundo os cálculos do Dieese, reconhecidos e não contestados pelo próprio governo, as perdas estão em torno de 53,33%. É uma perda astronômica. As pessoas perderam quase a metade da sua capacidade e da sua renda nesse trajeto, nos últimos anos. Infelizmente, o governo traz uma proposta, para esta Casa, de 4% de reajuste salarial.

Então, para nós, isso é inaceitável! Essa foi a postura dos servidores públicos. Eu cheguei a participar dos diversos momentos de encontros. Alguns reuniam lideranças; outros foram assembleias com as categorias. E, em todos esses momentos, Sr. Presidente, a demonstração da categoria é de indignação completa. Não é?

Inclusive, houve a frustração, porque existe uma parte dos trabalhadores que alimentavam a ideia de que, pelo menos, um paralelo em relação à situação nacional fosse estabelecido, um reajuste de 9%, o que já seria um equívoco muito grande, mas, pelo menos, se partiria de algum patamar para discutir a correção dessa perda, dessa imensa perda, de maneira escalonada.

Era o mínimo que um governo poderia fazer: dar um reajuste muito mais robusto agora e, ao mesmo tempo, definir um cronograma com as categorias do serviço público que garantisse, paulatinamente, a reposição dessas perdas. Aí, dava para sentar e negociar.

E por que o governo não pode negociar? Por que ele, o governo, tem de comunicar?

Porque ele sabe que haveria reação.

Então, o que está acontecendo, na Bahia, é a reunificação do movimento sindical. As diversas categorias tiveram a expectativa, porque o serviço público não queria dar

um passo atrás, elegendo outra alternativa, para voltar ao velho carlismo no poder do estado da Bahia.

Mas a expectativa era a de que o governo de Jerônimo tivesse uma postura aberta, minimamente de se sentar e conversar com os servidores públicos estaduais. Mas isso não aconteceu! E o que nós estamos percebendo é a reunificação dos servidores para dizer “não”!

Então, eu quero colocar a posição do Partido Socialismo e Liberdade, dos partidos que compõem também o nosso mandato como PCB e Unidade Popular. É a posição de rejeição em relação ao que o governo está fazendo com servidores públicos. Para nós, o governo ainda tem tempo de retirar este projeto e discutir, de maneira democrática, com os trabalhadores. Não vamos aceitar calados. Nós vamos para a rua caso o governo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) cometa o absurdo, como eu disse, ao lado, um paralelo numa perda de 53,33%, aprovar um reajuste que apenas garante uma reposição de 4%. Isso, para nós, é vergonhoso! Para este governo que está se iniciando, isso vai ser vergonhoso! Para esta Casa, caso ela aprove esta posição, isso é vergonhoso!

A nossa posição é a de estar ao lado dos trabalhadores e contra esta posição intransigente, autoritária e injusta do governo do estado. (Palmas)

Parabéns pela luta!

Vamos juntos para o campo de batalha!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Euclides Fernandes. O Sr. Robinho: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Presidente, tendo em vista ser este um assunto de muita importância que atende aos servidores públicos na Bahia, eu queria pedir verificação de quórum, simplesmente, para que as presenças dos deputados, melhor, para que nós possamos discutir este assunto com as presenças dos deputados desta Casa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinho, existe um... Seguramente, claro, os deputados devem chegar a esta Casa. Aliás, eles devem estar chegando. Mas existe um acordo para ninguém pedir verificação de quórum, pelo menos, durante o tempo do Pequeno Expediente. Então, ontem mesmo, foi reafirmado esse acordo com seu líder Alan Sanches e o deputado Rosemberg.

Mas antes de passar a palavra...

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto.

O Sr. Hilton Coelho: Como V. Ex.^a sabe, nós não participamos de nenhum dos dois blocos.

Eu quero manter o pedido da verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Infelizmente, são os dois blocos maiores, deputado Hilton: o Bloco da Maioria e o Bloco da Minoria. Só pode desmanchar o acordo quando os líderes ou um dos dois ou os dois resolverem. Daqui a pouco, eles estarão na Casa.

Antes de passar a palavra para o nobre deputado Euclides Fernandes...

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero que registre, em ata, o meu posicionamento. Nosso mandato não pode ser aniquilado pelos dois blocos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Conste em ata o posicionamento do deputado Hilton. Srs. Deputados, deputado Alan Sanches, deputado Rosemberg Pinto, nós temos apenas sete deputados presentes em Plenário em um dia importante como este. Daqui a pouco, passa o período do Pequeno Expediente. Eu acatarei o pedido de verificação de quórum. E, por conseguinte, a sessão será derrubada. Então, todos os deputados que estão me ouvindo nas galerias, nos gabinetes, em outras dependências da Casa, quando terminar, daqui pouco, o Pequeno Expediente, acatarei, de imediato, o pedido de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para continuar, com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados, desejo registrar...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Teve um acordo, ontem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu acabei de falar, deputado Rosemberg. Só estou chamando os deputados, até porque é hora de sessão.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: (...) desejo registrar, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já, já. Desculpe-me. Já está resolvido, Rosemberg.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: (...) a presença da Assembleia Legislativa no Médio Rio de Contas, na cidade de Jequié, através das comissões itinerantes. A Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão de Saúde tiveram, na semana passada, uma audiência bastante produtiva, bastante positiva para o povo, não só de Jequié, como de nossa microrregião.

Assuntos de importância foram debatidos. Dentre eles, nós tivemos a discussão do tema na Comissão de Saúde a respeito da implantação da estrutura de oncologia para o município de Jequié para atender a toda a região do Médio Rio de Contas. Uma providência se faz necessária já, há anos, por parte do poder público estadual para dar esse atendimento ao povo do Médio Rio de Contas.

Sr. Presidente Adolfo Menezes, nós também discutimos que, no governo anterior, houve uma reforma administrativa. Essa reforma administrativa tirou o núcleo de saúde, a antiga Dires, do atendimento no Médio Rio de Contas e levou para ser instalado e implantado no município de Ilhéus. O Médio Rio de Contas abrange mais de 26 municípios. O cidadão que tiver alguma necessidade na área de saúde do estado, a manutenção do estado, esse cidadão terá de se deslocar à cidade de Ilhéus para buscar o atendimento.

Então foi um tema bastante colocado na Comissão de Saúde, lá, em Jequié, no sentido de retornar, para a cidade de Jequié, o núcleo de saúde para dar um atendimento

mais adequado e mais rápido a todos aqueles que precisam da manutenção da assistência de saúde por parte do governo do estado.

Há outro problema também, Sr. Presidente. O Inema, órgão do meio ambiente, era um núcleo existente em Jequié. O governo anterior, na sua reforma administrativa, o Inema, que atendia também 26 municípios do Território do Médio Rio de Contas, foi deslocado para a terra do nosso vice-presidente Zé Raimundo, para a cidade de Vitória da Conquista.

Essa transferência trouxe também um prejuízo para a comunidade do Médio Rio de Contas, tendo em vista que mais de 26 municípios que resolviam as suas dificuldades, os seus problemas, as suas reivindicações, no que diz respeito ao meio ambiente, agora, têm de se deslocar para a cidade de Vitória da Conquista para ter o seu atendimento.

Então, eu quero deixar registrado aqui, Sr. Presidente, o resultado do trabalho da Comissão Itinerante de Saúde e de Defesa do Consumidor que se deslocou para Jequié, para discutir, in loco, temas tão importantes para a população do Médio Rio de Contas.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu queria relatar, neste momento, aos Srs. Deputados.

Gostaria também de pedir, evidentemente, ajuda ao líder do Governo, pois ele é a voz que representa o governo, no sentido de retornar para Jequié, para o Médio Rio de Contas, o núcleo de saúde e também o núcleo do Inema, do Meio Ambiente para Jequié, para atender a todo o território com mais de 26 municípios.

Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Eures Ribeiro.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, distinta Mesa Diretora, nobres pares, muitos projetos serão votados e analisados pelos pares nesta Casa. Dentre eles, há um que chama muita a atenção para a região em que eu fui votado. Trata-se da região mais distante da capital: Oeste da Bahia. Falo do projeto de reformulação da estrutura administrativa da segurança pública do estado da Bahia. Este projeto vem, assim, de forma muito feliz, tanto feliz, que várias representações do Oeste da Bahia estão aqui, hoje, para poder acompanhar a votação desse projeto, dentre tantos que serão votados nesta Casa hoje.

Estão presentes, aqui, de Bom Jesus da Lapa: o prefeito Fábio Nunes, o presidente da Câmara Municipal e os vários vereadores como o Eduardinho. Vários vereadores de Bom Jesus da Lapa estão aqui para acompanhar a votação deste projeto. De Barreiras, está a vereadora Carlúcia, a qual eu quero cumprimentar; a vereadora Carmélia também, que veio para acompanhar a votação desse projeto. E de Luís Eduardo, há lideranças aqui, também. Em Luís Eduardo, este projeto cria, no Oeste, a Coordenadoria Regional de Polícia Civil, que vai melhorar muito a questão da segurança pública naquela região.

Em Barreiras, cria-se, em vez do comando de uma base militar, passa-se a ter um Comando da Polícia Militar, do Bombeiro Militar de Barreiras, que vai corresponder por toda região do Oeste da Bahia e melhorar muito a questão do bombeiro militar

naquela região, permitindo que outros municípios do Oeste da Bahia, Sr. Presidente, possam instalar o bombeiro militar, a exemplo da minha querida Santa Maria da Vitória, Formosa, Santa Rita de Cássia, Paratinga e Ibotirama. Vai aumentar muito a questão nessa área desses serviços.

Bem, de Bom Jesus da Lapa, o prefeito está com os seus vereadores. Bom Jesus da Lapa, neste projeto, passa a ter um Comando de Policiamento Regional, da Polícia Militar, um CPR. Isso é um avanço, Sr. Presidente, significativo para Bom Jesus da Lapa e para a região Oeste da Bahia. Tanto que o prefeito Fábio Nunes, a quem quero cumprimentar, o vereador Eduardinho, o vereador Euler, o vereador Dedé, vários vereadores, o ex-vereador Vilmar Fernandes, o vereador Sérgio do Bandeira, todos estão comemorando e esperando a votação desta matéria tão importante para o Oeste da Bahia.

Mas não foi só no Oeste da Bahia que o governo Jerônimo fez avanço para modificar a área da segurança pública. Foi feita, em diversas regiões da Bahia, uma elevação significativa da segurança pública com vários batalhões criados, vários comandos criados. Isso vai permitir uma maior qualidade nos serviços de segurança do estado da Bahia.

Portanto, hoje, Bom Jesus da Lapa comemora, Barreiras comemora, Luís Eduardo comemora e a Bahia comemora os avanços do governador Jerônimo, do governador correria. Este é um governo que trabalha, que tem compromisso com a Bahia, e está promovendo, na área da segurança pública, o nosso estado da Bahia.

Então, eu fico muito feliz.

Em nome da população de Bom Jesus da Lapa e de todo o Oeste da Bahia, parabenizo o prefeito Fábio Nunes, como também parabenizo as populações de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, dentre tantos projetos a serem votados aqui, hoje, este é um projeto, sim, de interesse do povo da Bahia e da população da Bahia, que anseia por mais investimentos na área da segurança pública.

Eu só tenho de parabenizar o governo do estado da Bahia, parabenizar o governador Jerônimo por, em tão pouco tempo, mandar um projeto de tanta relevância para esta Casa.

Viva a Bahia! Viva o povo da Bahia! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Senhoras e senhores, cumprimento todos, os deputados presentes, os servidores desta Casa, os jornalistas, a mídia presente e todos os que estão, aqui, acompanhando esta sessão.

Hoje é um dia importante, senhoras e senhores. Hoje é o dia em que, nesta Casa, será determinado – os senhores estão presentes, inclusive, para verem, de perto –, o reconhecimento que este governo, o reconhecimento que o PT e que esta continuidade de governo do PT, na Bahia, o reconhecimento que eles têm sobre os senhores.

Como se sabe, já é discussão, há algumas semanas, a proposta de reajuste de 4%, com todas as aspas do mundo, aqui! Na realidade, não é uma proposta decente que

qualquer um gostaria de ouvir, mas é a tentativa de humilhar os servidores do estado que já, há muitos anos, não é de agora, mas, em toda esta continuidade dos governos petista na Bahia, 4 anos, aliás, mais de 4 anos, repito, mais de 4 anos, de novo, mais 4 anos e, agora, mais 4 anos!

E os servidores deste estado estão sendo deixado de lado em suas mais diversas categorias e secretarias, às quais estão vinculados!

Mas o governador ele disse recentemente, melhor, está aqui. (Lê) *“Jerônimo diz não ter ouvido nenhuma queixa de servidores por reajuste salarial de 4%.”*

Participantes das galerias: Mentira! Mentiroso!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Eu quero ouvir os senhores! Tem queixa ou não?! Participantes das galerias: Tem!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Então, os servidores estão aqui para serem ouvidos. Existe queixa, sim! Então, isso significa alguma coisa! As verdades não estão sendo expostas! E nós estamos vendo, ao longo dessas semanas, os servidores se queixando, e com razão. Esta proposta do governo é uma verdadeira humilhação!

Ouviram os servidores?! Discutiram com os servidores?! Sentaram-se na mesa com os servidores?!

Participantes das galerias: Não! Não! Não!

Não! Apenas, querem impor a vontade de um desgoverno que não respeita o povo baiano! Um desgoverno que não respeita cada pai de família que está aí! Cada mãe de família tem o compromisso de sustentar a sua casa, e não é ouvida pelo governo!

Vale destacar que o governador ainda disse que nenhum estado brasileiro fez o que ele está fazendo sobre negociação de reajuste. Não! Aí, ele tem razão, senhoras e senhores!

Participantes das galerias: Não fez mesmo!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Nenhum fez tão pior e tão péssimo como ele está fazendo! Eu tenho os dados, senhoras e senhores! Os dados estão, lá, nas minhas redes sociais. Há os exemplos. Acre, o último aumento foi 20,32%, em parcelas iguais de 5,8% para todos os servidores. São Paulo, 20% de aumento para servidores da saúde e da segurança, e 10% para os demais. Pernambuco, 5% de aumento em 2022. Pará, 15% de aumento para os professores, 10,5% de aumento para os servidores, de modo geral, 2022 e 2023. Sergipe, 10% de aumento para os servidores públicos, de modo geral.

Eu estou trazendo aqui. O meu tempo está acabando. Mas eu tenho os dados de todos os estados. E, em todos os estados, os servidores foram muito bem contemplados ou mais contemplados do que os servidores da Bahia! Por isso, realmente, o governador da Bahia tem razão: ninguém fez o que ele está fazendo!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E o que ele está fazendo é, exatamente, tentar, como vem fazendo, há longos anos o PT na Bahia, humilhar o povo, humilhar os servidores. Isso é um absurdo!

E eu espero haver consciência no dia de hoje. Eu desafio. Fica, aqui, o desafio. Eu desafio qualquer deputado ou colega a subir nesta tribuna e defender este reajuste absurdo de 4%! (Palmas)

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

Participantes das galerias: Olívia, o estado vai parar! Nós vamos parar o estado! É greve geral! Greve geral!

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, quero saudar os servidores públicos nas galerias, saudar os servidores, os funcionários, melhor dizendo, da Assembleia.

E me dirijo a esta tribuna, presidente, para agradecer a todos os deputados e as deputadas que participaram, na manhã de hoje, da audiência pública sobre o papel das universidades estaduais no projeto de desenvolvimento do estado da Bahia.

Saudar e agradecer a todas as reitoras e os reitores que participaram e atenderam ao chamado, ao convite da nossa Comissão de Educação, e a todas as organizações estudantis de representação dos professores e professoras que estiveram presentes.

Não é possível pensar um projeto de desenvolvimento do nosso estado, bem como da nação, sem considerar a importância do papel das universidades públicas como a Uneb, Uefs e Uesb, enfim, todas essas universidades. São quatro universidades que a Bahia tem e contribuem com a interiorização do ensino universitário, deputado Alan.

Uma das agendas fundamentais tratadas, na manhã de hoje, foi a necessidade do fortalecimento da assistência estudantil, sobretudo, no que diz respeito ao direito à infância, deputada Neusa, o direito à creche nessas instituições universitárias para que as mulheres, as mães, não tenham de abrir mão, ou seja, de interromper os seus estudos acadêmicos, porque se tornaram mães. Portanto, isso é fundamental.

Eu saúdo o movimento das creches universitárias que estiveram também presentes. Essa discussão foi fundamental e foi destaque para haver, de fato, a valorização e o fortalecimento da autonomia universitária sobre seus recursos, sobre o seu orçamento.

Esta é uma questão estratégica para se planejar os investimentos na universidade. Isso é não só ter o orçamento. Mas é para que cada reitora ou cada reitor possa, sim, gerir o orçamento universitário, que a Mesa de negociação, com o governo, possa ser uma mesa permanente. Espera-se que isso sempre aconteça, ou seja, que ouça, que escute e que mede esta relação com o segmento.

Temos uma expectativa muito grande em relação ao nosso governador que, também, é professor da universidade, Universidade Estadual de Feira de Santana, a Uefs. Portanto, entendemos como fundamental que o governo faça este giro casado com os esforços também do governo federal, já que o presidente Lula tem feito os acenos importantes na direção das universidades, ciência e tecnologia. Superamos um governo que foi, extremamente, tirânico em relação à ciência e em relação à educação.

Portanto, é tempo de reconstruir.

E, na Bahia, é fundamental, portanto, garantir esta política continuada de valorização das instituições universitárias.

Quero fazer um apelo ao Ministério Público e ao TJ-BA, pois é uma perversidade o que está acontecendo, com todo respeito a essas instituições. Mas é o que está

acontecendo em relação à nossa Universidade do Estado da Bahia, a Uneb. A Uneb realizou um concurso com os mesmos critérios, o mesmo padrão de concursos realizados por outras universidades públicas na Bahia e também em outros cantos do Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E, hoje, há um verdadeiro bloqueio. Está *sub judice*, porque o Ministério Público entrou com uma ação. E esses professores não puderam tomar posse e estar em sala de aula, que é o lugar onde todos os professores e as professoras, concursadas, concursados, devem estar.

Nós vamos à luta, porque é preciso fazer valer o concurso das professoras e dos professores da Uneb, porque não é possível que os estudantes que precisam se formar, precisam estudar, não tenham professor...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na sala de aula depois de a Bahia ter realizado um concurso com lisura, com respeito, está certo?, a toda a legislação.

Portanto, é preciso sair deste impasse e garantir a posse dessas professoras e desses professores!

Contem com o apoio de toda a nossa Comissão de Educação, aqui, da Assembleia Legislativa da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego Castro. Mas já chegou, já chegou aqui, Diego.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, imprensa presente, primeiro, eu quero cumprimentar os profissionais da segurança pública da Bahia, presentes, no dia de hoje.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Se existe um fio de credibilidade, ainda, na nossa segurança, graças, primeiramente, a Deus e, depois, a cada um de vocês! Eu faço questão de citar categoria por categoria: os delegados, os escrivães, os investigadores, os peritos técnicos, os peritos criminais, os peritos médico-legistas, os peritos odontolegais, a Polícia Militar, os agentes penitenciários, o Corpo de Bombeiros, todos os demais e a nossa futura Polícia Penal.

Tenho certeza de que a Bahia se orgulha de cada um de vocês! (Palmas) Tenho certeza de que, no que depender de nós, a vontade de vocês será expressa nesta Casa! Isso, eu posso falar por mim. Acredito também que posso falar isso por muitos colegas!

Há outra coisa. Quando o governo vai abrir a mesa de diálogo para ouvir a expressão da vontade desse pessoal que está aí, dessas categorias?! Deixar claro que não houve, repito, não houve diálogo, não houve escuta da expressão da vontade desses que estão aí! Vejam, 4% é uma vergonha! O número de 4% não existe!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Não recupera metade da metade da defasagem inflacionária que já beirou os 54%! A pergunta fica! É dessa forma que a gente vai ter uma segurança pública de qualidade?!

Participantes das galerias: Não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: É dessa forma que vamos sair do gargalo da insegurança pública na Bahia?! Sim ou não?!

Participantes das galerias: Não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Vocês foram escutados?! Sim ou não?!
Participantes das galerias: Não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Falem bem alto para todo mundo nesta Casa ouvir! Os servidores da segurança pública da Bahia estiveram na mesa de diálogo para construir esta proposta?! Sim ou não?!

Participantes das galerias: Não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Não preciso mais dizer nada, Sr. Governador!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Diego, V. Ex.^a, que é novo na Casa, é claro que aqui é a Casa do Povo, todo mundo tem direito de participar, mas não pode participar... V. Ex.^a está instigando.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Meus amigos, aqui é...

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Presidente! Com todo respeito, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ouçam, aqui é democracia, mas, para que termine bem, há regras. Aqui, é a Casa do povo, mas tem regras. Então, para que a gente termine bem a sessão, com toda tranquilidade, eu espero que vocês obedeçam o que é lei na Casa. As galerias, de vez em quando, podem participar, mas não toda hora ou vaiando. A opinião de cada um é livre, bem como fazer greve geral, parar o estado, isso tudo está dentro da democracia. Agora, esta Casa tem regras.

Então, para que a gente termine a sessão em paz, vamos obedecer às regras. É isso que eu peço. O.k.?

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Para concluir, presidente! Eu quero...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu espero contar com a compreensão de todos, para que eu não tenha de tomar medidas que eu não gostaria.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Para concluir, presidente.

Eu quero parabenizar todas as categorias aqui presentes, em nome da Uniproseg, que está reunida fazendo um feito histórico, reunindo as vozes da segurança pública da Bahia e mostrando que a segurança pública não se constrói de cima para baixo, é de baixo para cima!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Não tem como montar proposta para a sociedade com voz unilateral! Não tem como...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) se fazer nenhuma política pública somente com o desejo de um mandatário político.

Não existe!

E mais. Vou registrar aqui, nesta Casa, que meu voto vai ser contra! E não é contra os servidores, não. É contra a atual proposta. Sim, sou a favor de qualquer reajuste, mas esse reajuste de 4%, nesses termos que estão aqui, é imoral e não podemos concordar!

Esperava que a emenda fosse apreciada...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) infelizmente, o regime de urgência foi aprovado, mas isso não significa que doravante nesta Casa iremos desistir disso, muito pelo contrário.

Agora, sim, que a nossa luta vai começar, sem prazo para terminar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Para concluir, presidente.

Protocoliei nesta Casa a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Segurança Pública, porque se o governo não quer construir política pública ouvindo as categorias da segurança pública, eu tenho certeza de que esta Casa vai dar exemplo e vai fazer diferente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Parabéns à Polícia Militar, à Polícia Civil, e à Polícia Penal do estado da Bahia! Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Felipe vai falar? (Silêncio) Não está na Casa. Deputado Alan Sanches.

Por permuta, o deputado Luciano Simões Filho. (Silêncio) Luciano não está na Casa? Então deputado Alan Sanches com a palavra.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas, a primeira coisa que eu queria falar hoje, nesta sessão que promete ser bastante calorosa, eu queria fazer uma sugestão para os deputados, de uma forma geral.

Hoje é o dia do servidor. Hoje é o dia que a gente tem de debater. Quem subir a esta tribuna – isso é uma sugestão –, que a gente defenda o servidor. Que diga: “eu sou a favor dos 4%” ou “eu sou a favor de 20%”.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então o que eu sugiro aqui hoje é que qualquer deputado ou deputada que suba aqui, claro que tem sua legitimidade –quem sou eu para cassar, presidente, a palavra de qualquer um –, mas que a gente fale dos quatro projetos que estão na urgência, que a gente possa debater isso. Que tenham coragem para defender o que acreditam.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Amigos, o governo do estado pode ter grandes e boas intenções e, desde o início, desde a campanha, ele vinha tentando acoplar sua imagem à do presidente Lula. O presidente Lula fez um programa, começou com aquele discurso de combate à fome. Aqui, o governador fez um programa que, na verdade, nada mais é do que uma gincana escolar para combater a fome, porque aquilo não é um programa. Mas quando chega no aumento do servidor, ele não faz nem metade do que o governo federal está dando, que seria 9%, e ele quer impor 4% aqui.

O que eu chamo a atenção de V. Ex.^{as} é que 4% não faz nem a reposição da inflação do ano passado. Eu acho que o que a gente tem de debater hoje – e a Oposição está disposta a isso – é que vocês possam, deputados e deputadas, deputado Rosenberg,

me convencer de que os 4% são justos; que a gente não pode cortar em algum lugar para aumentar esse reajuste de 4% para 6%, para 8%, para 9%.

A Oposição fez uma emenda propondo um aumento linear de 9% para todos os servidores, deputado Rosemberg. V. Ex.^a, deputado Rosemberg, pode chegar e pode dizer que a Oposição não poderia apresentar essa emenda. Mas essa emenda foi apresentada como sugestão para que o relator possa aqui, num acordo de cavalheiros e das deputadas, fazer esse aumento de 9%. Eu não consigo entender quando ele faz um reajuste de 4% para o servidor, mas os cargos comissionados, que são aqueles cargos indicados, têm aumento de 20%. Por quê? Por que isso?

Além disso, ele dá 4%. Aí, o que foi que ele fez? Disse: “Olha, eu tenho de tirar alguma coisa porque eu não posso dar 4%”. Aí, ele aumenta a contribuição do Planserv. Quem ganha até R\$ 10 mil vai ter a sua contribuição aumentada em 4%. Então não são mais 4%, porque vai descontar 4%. Mas quem ganha mais de R\$ 10 mil vai contribuir a mais no Planserv, com 8%. Então também não são 4%. Vão ser 4%, mas tem de tirar a contribuição de 8%. Então, na verdade, são três e alguma coisa que estão se dando de reajuste.

Quando Rui Costa pegou o governo, a parte patronal contribuía com 4%. E o que foi que ele fez? Ele reduziu para 2%. E agora Jerônimo está aumentando essa contribuição para 2,5%, o que não resolve. Esse plano de saúde...

O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tem de ser subsidiado pelo governo do estado. Às vezes, o governo, o patronal, o patrono, o patrão, ele não pode dar o vencimento, mas ele faz algumas gratificações, ele traz alguns benefícios. Um desses benefícios é o Planserv, mas ele dá com uma mão e arranca com a outra. A Oposição não vai poder concordar com isso.

Obrigado, presidente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Não há orador para o Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder ou ao representante do Psol para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

Deputado Hilton Coelho. (Silêncio) Não se encontra.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria...

(O deputado Rosemberg Pinto indica a presença do deputado Hilton Coelho.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpe-me, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, queria marcar a minha posição – e aqui é a posição do Psol – de que as galerias têm direito, sim, de se expressar.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, deputado Hilton...

O Sr. Hilton Coelho: Imagine em que situação nós estamos, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton!

O Sr. Hilton Coelho: (...) a gente está em um momento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton!

O Sr. Hilton Coelho: Esta aqui é a Casa da diversidade e eu quero colocar o posicionamento do Psol.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton! Deputado Hilton, V. Ex.^a muda a lei da Assembleia, se V. Ex.^a puder. Ouça: manifestar-se é uma coisa, mas você sabe que vaiar não pode. Ele pode anotar o nome do deputado; trabalhar na eleição para derrotar o deputado; fazer greve; parar o estado...

O Sr. Hilton Coelho: Presidente, meu tempo está correndo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, se...

O Sr. Hilton Coelho: Peço que congele meu tempo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Congela, até porque eu sempre dou mais tempo para V. Ex.^a. Pela lei, V. Ex.^a só tem 2 minutos...

O Sr. Hilton Coelho: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) e, normalmente, eu dou muito mais, porque V. Ex.^a merece.

O Sr. Hilton Coelho: O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então o problema não é o tempo. Eu não estou inventando nada na Casa, é para que a gente evite problemas. Os funcionários têm todo o direito, nós estamos na Casa do Povo. Agora, muitas manifestações não podem, por exemplo, não pode vaiar. Não fui eu quem criei o Regimento da Casa, só estou querendo que se obedeça.

Podem aplaudir V. Ex.^a, ver quem é o deputado que é contra, quem é a favor. Mas nós já tivemos problemas aqui na Casa, não estou dizendo que com os mesmos funcionários, mas problemas gravíssimos. Então existe uma lei que a gente só quer cumprir para terminar em paz, com toda a democracia. É isso que eu peço.

Faça o seu discurso. Eu lhe darei mais do que os 2 minutos, como costume dar, para defender as suas posições, até porque aqui é a Casa dos iguais que são diferentes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder ou ao representante do Psol para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: O.k. Não, eu só queria, mais uma vez, registrar a posição do Psol de que, a meu ver, a vaia é posicionamento da categoria que pode ter uma perda muito grande e precisa marcar a sua posição.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero deixar muito evidente aqui a posição do Partido Socialismo e Liberdade.

Mas, para todos que nos acompanham nesta sessão, esta que, infelizmente, pode marcar negativamente, mais uma vez, a história desta Casa, caso o governo não recue no seu posicionamento, retirando o projeto e discutindo democraticamente com os trabalhadores. Eu quero deixar muito evidente que o problema não é de recurso do governo. Nós estamos em uma situação que, em relação ao conjunto do serviço público – Executivo, Judiciário e Legislativo –, nós temos uma diferença, um teto cujo limite

máximo é de 60%. O limite prudencial é de 57%, e o governo só comprometeu 44% das receitas líquidas correntes do estado.

Se a gente for olhar a situação do Executivo, a diferença é a mesma. O governo compromete 35%, quase 36% e o limite prudencial é de 46%. Até em um diálogo com V. Ex.^a, em outra sessão aqui, quis marcar conosco uma comparação entre o que é para o conjunto do serviço público e o que é para o Executivo. Mas, num caso e no outro, existe uma diferença de 10% no Orçamento. São bilhões de diferença! O que significa que o governo tem margem de manobra, sim, para dar esse reajuste aos servidores. Aliás, o Dieese produziu um relatório, que não foi contestado também pelo governo, dizendo que o governo teve uma sobra no Orçamento passado de R\$ 7,5 bilhões...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) só a sobra do ano passado foi de R\$ 7,5 bilhões. O governo argumenta que, com esse conjunto de reajuste que vai ser dado com base nos 4%, o governo vai ter um gasto de R\$ 1,3 bilhão. Ou seja, a margem de manobra do governo, em relação ao que ele arrecadou no ano passado, já seria de R\$ 6,2 bilhões.

O governo poderia duplicar, triplicar, quadruplicar esse reajuste e ele navegaria, tranquilamente, em relação ao que sobrou do Orçamento passado. Mas, em relação à projeção deste ano, inclusive, o governo já tem, no primeiro quadrimestre, um superávit de R\$ 1 bilhão. Ou seja, o governo não vai tocar, praticamente, em nada do que foi acumulado no ano passado e, apenas com o primeiro quadrimestre deste ano, ele praticamente já pagou o que ele está dizendo que vai ser o reajuste justo para os servidores públicos.

É, de fato, injustificável isso que o governo está fazendo. Só consegue se consolidar, realmente, se não tiver nenhum diálogo com os servidores públicos, porque, em qualquer mesa de negociação que se estabeleça, em qualquer diálogo que for estabelecido, a posição do governo não se sustenta, porque tem dinheiro em caixa! O que falta é vontade política para valorizar os servidores públicos.

Eu quero aqui marcar também que a categoria da polícia investigativa, que está aqui compondo as galerias, tem com o governo um saldo, ou seja, o governo tem uma dívida com essa categoria desde 2009, que é o salário de nível superior, até hoje não respeitado. Era o momento de o governo respeitar a lei orgânica da Polícia Civil e garantir o salário de nível superior para esses profissionais, mas isso não está sendo feito. Pelo contrário! Segregou a categoria. Dá um reajuste diferenciado para os delegados, enquanto a base da segurança pública – que são os escrivães, os investigadores e os peritos técnicos – está sem o salário de nível superior e com um reajuste pífio de 4%.

Isso, para nós, é inaceitável. O governo precisa rever essa posição hoje, retomar o projeto, fazer o diálogo democrático e fazer a correção, com base, minimamente, em princípios de justiça.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo, da Maioria ou o líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo 10 minutos.

Deputado Alan?

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, no tempo de 10 minutos, falará o deputado Robinho, por 5 minutos, e, por 5 minutos, falará o deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Luciano Simões Filho. É isso?

O Sr. Alan Sanches: É isso. Luciano Simões por 5 minutos, e Robinho por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Luciano Simões Filho. Logo após, também por 5 minutos, o deputado Robinho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, amigos e amigas, deputados estaduais, deputadas estaduais. Nesta terça-feira movimentada de votações na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com as galerias lotadas, venho aqui debater o Projeto de Lei nº 24.871, do presente ano de 2023, que altera a Lei nº 13.201/2014 e dá outras providências.

O que é esse projeto de lei? A presente proposição (lê) “visa promover modificações na estrutura organizacional da Polícia Militar da Bahia - PMBA ajustando a sua estrutura à atual realidade operacional e administrativa, de modo a atender à crescente demanda de suas atribuições constitucionais”. Ou seja, altera a estrutura da Polícia Militar, criando novos comandos, novas companhias, novos batalhões. Dentro dessa proposta, há também a criação de 167 cargos em comissão, dando uma nova estrutura para a Polícia Militar da Bahia.

Dentro desse projeto de lei, no art. 64, serão criados novos comandos, sendo esses na região do Recôncavo; Extremo Sul; Meio Oeste; Nordeste; missões especiais; policiamento rodoviário; uma série de novos batalhões e quatro novas companhias independentes. Foi feito o entendimento entre as duas bancadas, e nós devemos votar esse projeto de lei aqui hoje. Eu venho conversando, desde a semana passada, sobre a situação específica da Região Norte do nosso estado, mais especificamente, do Vale do São Francisco. Lá, é o Comando de Policiamento da Região Norte da Polícia Militar e existem duas companhias independentes: a companhia do município de Casa Nova e a companhia independente que fica no município de Sobradinho.

A Companhia Independente de Polícia Militar de Sobradinho é responsável por Sobradinho e por Sento Sé, protegendo, assim, 65 mil habitantes, nesses dois municípios. A Companhia Independente da Polícia Militar de Casa Nova é responsável por Casa Nova, que é uma imensidão, e pelos municípios de Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes. Acontece que, nos municípios de Pilão Arcado, Remanso e

Campo Alegre de Lourdes, juntos, temos quase 110 mil habitantes, enquanto a imensidão que é Casa Nova tem 75 mil habitantes.

Cabe aqui a nossa sugestão e, durante o dia, a gente vai conversar com a Base do Governo, para que seja também criada uma companhia independente sediada no município de Remanso. Aquela região da Bahia é gigantesca. Só o município de Pilão Arcado tem um povoado chamado Nova Holanda que fica distante da sede desse município 150 quilômetros. A sede do município de Pilão Arcado fica distante do município de Casa Nova, que é a sede da atual companhia independente, mais de 200 quilômetros. Aquela região, lá, é uma imensidão. Com a organização geográfica, naturalmente, a organização atual da Polícia Militar fica extremamente prejudicada.

Cabe aqui a nossa sugestão para que esse texto seja melhorado e para que a segurança pública, efetivamente, ganhe força nesses três municípios: Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes.

Mantendo a companhia independente de Casa Nova que, volto a dizer, é um dos grandes municípios do nosso estado, com uma população gigantesca de quase 80 mil habitantes, e criando uma nova companhia independente para proteger Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, que têm uma extensão territorial imensa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) (...) e uma população muito importante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinho por 5 minutos.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, amigas, meu presidente Adolfo, servidores públicos aqui presentes nesta Casa, colegas. Hoje é mais um daqueles dias em que nós deputados estamos aqui para debater e discutir interesses da sociedade.

Dentre os questionamentos para os servidores públicos, eu entendo que é uma discussão mais que justa, tendo em vista que a inflação do período foi superior a 6% e está sendo oferecido para a classe um reajuste de 4%. É, portanto, uma proposta fora da promessa de campanha.

Mas o que mais me chama a atenção dentre esses projetos, seja com relação à polícia, seja com relação aos professores, professores que não estão em sala de aula, é o Planserv, e eu quero falar sobre isso. Esse é o maior prejuízo direto, principalmente para aqueles servidores públicos que estão aposentados, aqueles que chegaram à idade madura.

(As galerias se manifestam com palmas.)

E aí, o governo dá um aumento de 4% para o servidor que está na ativa, não dá nada para o aposentado, e ainda tem um aumento sobre a contribuição do Planserv. E o pior: o Planserv, que é o plano de saúde do servidor público, no final do ano passado, passou por licitação e o então governador colocou a gestão do Planserv para uma empresa por nome Hapvida. A Haptech faz parte do grupo Hapvida.

Se vocês analisarem as bolsas de valores, ali, de fevereiro, vocês vão ver que a Hapvida teve um prejuízo, nas bolsas de valores, de mais de R\$ 33 bilhões. É uma empresa que está com as suas finanças ameaçadas. É essa empresa, que é do segmento

de plano de saúde, que está auditando, gerindo o Planserv, que é o plano de saúde dos senhores, servidores públicos.

Aí, eu – que sou do interior da Bahia, precisamente da região de Teixeira de Freitas – pergunto: se existe uma dificuldade financeira no Planserv, se existe um oferecimento muito negativo do serviço de saúde para o servidor público, faz sentido o servidor público ter o Planserv? Não faz sentido. Você tem de marcar quando vai adoecer, porque se você quer um exame, você tem cota. Tem cota para exame, tem cota para isso, então tem de ter cota para o servidor público adoecer, também, na região, lá, do Extremo Sul.

Mas aí é que eu digo que, se existe uma dificuldade financeira para o bom atendimento do plano de saúde do servidor público, por que, então, entregar esse plano de saúde para uma empresa privada que está em dificuldade financeira? O que é que vai acontecer com a auditoria da empresa Hapvida que, de acordo com a bolsa de valores, teve um prejuízo de R\$ 33 bilhões. São poucas as empresas que aguentam ter um prejuízo desse e se manter em equilíbrio financeiro.

Então eu quero chamar a atenção de todo servidor público que usa o plano de saúde, o Planserv, para que o governo seja sensível com esse problema. Inclusive...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a associação de médicos da Bahia pediu ao governador que não aderisse. E essa adesão está sob liminar.

Então uma das discussões que nós vamos ter aqui hoje é porque a proposta da Minoria é de que o aumento seja de 9%. Essa é uma discussão que nós vamos ter hoje, apesar de sermos minoria, mas nós vamos usar do tempo que temos, da articulação política que temos, para, quem sabe, mostrar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para vocês a intenção nossa, não da politicagem, mas de defender o que é justo e o que é correto.

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador do PP? O PP não vai falar, não.

O líder está aqui me dizendo. O.k.?

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Luciano Araújo (fora do microfone): Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do União Brasil para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falará por 7 minutos o deputado Jurailton e, daqui a pouco, informo quem será o próximo orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está atento hein, deputado?

Deputado Jurailton, pelo tempo...

(O deputado Jurailton Santos se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nobre deputado Alan, o deputado Jurailton está abrindo mão.

O Sr. Alan Sanches: Então falará por 7 minutos o deputado Júnior Nascimento e eu falarei pelos outros 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Júnior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: O meu boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, demais deputados.

Quero dizer da satisfação por estarmos aqui reunidos em mais um dia, nesta sessão ordinária. E, como se destaca, terça-feira sempre é o dia mais lotado porque é o dia em que a gente delibera projetos. E é importante, um dos papéis do parlamentar é o de fiscalizar, elaborar projeto, mas de deliberar sobre proposições voltadas ao interesse público. Então, hoje, nós temos projetos voltados ao interesse público, mas, em especial, aos servidores públicos. E aí, eu posso dizer que me sinto tranquilo para discutir, deliberar sobre essas proposições, porque, desde quando obtive meus mandatos como vereador, no município de Campo Formoso, uma categoria, uma classe que sempre defendi foi a classe servidora.

Primeiro, porque eu entendo que, com o servidor valorizado, o trabalho flui com mais dedicação, com mais empenho. E aqui, Srs. Servidores, antes mesmo de adentrar nos projetos que aqui tramitam, eu queria relatar do meu último final de semana, para chegar até o projeto que estamos percorrendo na tarde de hoje.

Estive, com muita satisfação, visitando a região de João Dourado e fui muito bem recebido pelo prefeito Di Cardoso, a quem aproveito para mandar um forte abraço. Estive também em Várzea do Poço, participando de entregas de trator e de caixa d'água, frutos de nossa intervenção naquela comunidade. Estive, no Dia das Mães, na minha querida cidade de Campo Formoso, onde, ontem, participei também da troca de um comando da Polícia Militar.

E, lá, eu percebi, atentamente, aproximadamente cem policiais militares participando daquele belíssimo ato, com desfile, com apresentação do novo comandante e ficava a pensar na Polícia Militar, que é o nosso escudo, que é o nosso órgão protetor, que tanto se dedicam, que saem de suas casas sem saber se voltam, diante da violência que está se alastrando no estado da Bahia e isso é notório. Mas

quando chega a oportunidade que o estado tem de reconhecer os trabalhos relevantes prestados pela categoria da Polícia Militar, pela Polícia Civil, pelos servidores do contexto geral, infelizmente, são apunhalados pelas costas com o reajuste que não chega, sequer, ao índice inflacionário!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Isso é o que está acontecendo e causa aqui a nossa indignação. Mas, nós da Minoria, ficamos numa “saia justa”, vulgarmente falando, porque sabemos que esse projeto contará com apoio maciço da Bancada da Situação. E, se a gente não votar também, o jogo poderá ser virado contra a gente, poderá o trabalho da mídia ser voltado contra a Bancada da Minoria, da Oposição, e dizer que a Bancada da Oposição foi contra o reajuste do servidor.

A gente não é contra o reajuste. É tanto que, na situação em que estamos, com voto vencido, eu até conversava com nossa liderança e dizia: “É melhor votarmos nesses 4% do que depois ter um jogo invertido de um projeto que foi apresentado a esta Casa, onde os nossos servidores serão contemplados com apenas 4%”. Eu lamento por vocês! Lamento mesmo! Mas peço que essa luta não seja parada aqui, após a votação e a aprovação, peço que continuem a luta, a dedicação e o empenho voltado para os cidadãos baianos.

Porque vocês são orgulho! A Polícia Militar e a Polícia Civil são motivos de orgulho para a gente! Infelizmente, não é a visão do governo valorizá-los como necessitam. Infelizmente, o governo não olha com bons olhos para equipar, para se dedicar à segurança pública. E o resultado está aí, um dos estados campeões do índice de violência, de homicídio, de feminicídio. Mas estamos aqui, senhores e senhoras, para dizer que queríamos mais, lutaremos por mais, mas, infelizmente – isso é bom deixar bem claro – somos minoria e seremos voto vencido, deputado Arimateia.

Então, para que o prejuízo, que foi abaixo da inflação, não seja ainda maior, vocês podem ter certeza de que contarão com o apoio da Bancada da Oposição, seja nessa luta de vocês, seja em outras que estiverem por vir, porque estaremos engajados, irmanados e dedicados à causa do servidor público do estado da Bahia.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume à presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo a palavra ao nobre líder Alan Sanches pelo tempo restante. (Silêncio)

Alan não se encontra, eu concedo a palavra...

O Sr. Samuel Junior: Presidente! Ele está lá em cima, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em tempo, em tempo, com a palavra o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Presidente, V. Ex.^a veio de Conquista, chegou no horário, eu, que sou de Salvador, não iria perder esse horário.

Meus amigos, mais uma vez, eu apelo para o bom senso de V. Ex.^{as}, vamos fazer uma reflexão aqui sobre a nossa saúde, a saúde, principalmente, como eu disse hoje a V. Ex.^{as}, do servidor. Há uns 3 anos, houve uma modificação completa no plano de

saúde do servidor, o deputado Zé Raimundo estava aqui, acompanhou. Eles fizeram uma modificação muito perversa para aquele momento que limitava a quantidade de fisioterapias, limitava a quantidade de procedimentos, há uma dificuldade enorme de se conseguir a liberação de um procedimento, e disseram naquele momento que iria ser melhor para o servidor, que a qualidade do plano de saúde iria melhorar.

Depois de 3 anos, a conversa que chega aos corredores da Assembleia é que há um rombo no Planserv de R\$ 25 milhões mensais. Fazendo a conta, a gente está falando de R\$ 300 milhões de rombo no Planserv por ano. Para cobrir esse rombo que ele mesmo, o governo do estado, criou quando mudou de 4% para 2% de contribuição patronal, ele agora tenta diminuir esse rombo. E como é que ele faz? Ele repõe o que ele tirou, os 2%, ele está repondo... Vão acompanhando aí as contas. Dos 2% que ele retirou, ele repõe agora só 0,5% e o restante, mais de R\$ 6 milhões, ele vai tirar de onde? Do servidor.

A conta é simples, ele quer agora, novamente, recompor o rombo que o governo Rui deixou quando alterou de 4% para 2%, Jerônimo agora chega e aumenta 0,5%. Só que ele tem um rombo grande, que eles mesmos criaram quando tirou os 4%, baixando para 2%. É muito “por cento”, mas, para o servidor, é pouco “por cento”.

O que nós, que o tempo todo, na semana retrasada, na semana passada, fomos procurados, queríamos é que, além do aumento, o governo, pelo menos, se sentasse, deputado Zé Raimundo, o governo do estado se sentasse e ouvisse quem mais conhece do serviço público, seja da Polícia Militar, seja dos professores.

Mas, falando de professor, eu queria a presença aqui da deputada Olívia, que está sempre em defesa de todos... Hoje, eu sinto falta da deputada Olívia aqui. Por quê? Quando se fala de servidor... Eu queria ver a minha colega aqui, a deputada Olívia, falando o que ela acha dos 4% do servidor, porque me parece que, às vezes, só tem professor. Não! Servidor compreende muito mais pessoas do que isso!

E eu faço uma pergunta para vocês, amigos e amigas que nos acompanham, vocês que nos assistem, um dos piores problemas que eu vejo no governo do estado é a segurança pública e a saúde... Falando de segurança pública, quando você dá apenas 4% ao servidor dessa área, quando você não se senta para conversar, quando você faz um planejamento de reestruturação da Polícia Militar, e não se senta com quem mais tem interesse, que são os praças, que são os tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis...

Polícia não se faz só com coronel, saibam que nós temos um apreço enorme pela Polícia Militar, mas Polícia Militar não se faz só com coronel. Eu acho que todos precisavam contribuir, mas o governo do estado, que sempre se disse um governo extremamente popular, está há 17 anos no governo e parece que não aprendeu a lição.

Antes de descer aqui, eu estava com a Bancada da Oposição e com o coronel Ubiracy, junto com o major Fábio e o capitão, eles estiveram lá com a gente e disseram: “Amigos, a gente, pelo menos, queria ser ouvido, a gente precisava ser ouvido”.

(...) Voltando a esse discurso que eu fazia aqui, uns dos piores segmentos, piores problemas do nosso estado, são a saúde e a segurança pública. Como a gente vai ter uma segurança pública estimulada dando a ela 4%, deputado Rosenberg? Como a

gente vai estimular esses homens e mulheres a defenderem todos nós dando a eles 4%, não se sentando para conversar, não estimulando esses homens e mulheres?

É com isso que eu me preocupo, eu não estou preocupado só como deputado de oposição, mas como cidadão. Como essa tropa vai estar estimulada se só recebe 4%? Deputado Rosemberg, eu quero dizer aqui, eu tenho que lhe fazer essa justiça, V. Ex.^a, durante todo esse tempo, sempre atendeu todo mundo, tem suas limitações e, mesmo assim, sempre se sentou para conversar, mas, às vezes, falta ao líder do Governo, todos nós sabemos, a caneta. Tem sido um grande intermediário, mas V. Ex.^a precisa, precisa intermediar mais e mais para que esses homens e mulheres possam ser ouvidos.

Quem mais nos procurou aqui, amigos e amigas, foram os policiais, tanto os civis como os militares. Quem mais frequentou esta Casa aqui buscando justiça, buscando equiparação, foram os policiais civis e militares. (Palmas) E é por isso que nós, da Oposição, estamos de mãos dadas com vocês e querendo de alguma forma...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: (...) lançar aqui uma semente na cabeça dos deputados e deputadas para que eles possam ter consciência de que um reajuste de 4% é injusto, gente, 4% é injusto. Pensem na emenda de 9% que nós, a Bancada da Oposição, colocamos aqui, mas 4% é muito injusto, principalmente com vocês.

Muito obrigado, presidente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Alan Sanches...

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, 5 minutos para o deputado Júnior Muniz; e 10 minutos para o deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo a palavra ao deputado Júnior Muniz pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: Quero cumprimentar o presidente, Zé Raimundo, o nosso líder Rosemberg, as deputadas, os deputados, a plateia, as galerias e todos que nos ouvem, cumprimentar a imprensa e dizer, líder Rosemberg, que hoje é um dia importante para o município de Jacobina, cidade na qual eu fui o mais bem votado.

Acabei de sair agora, presidente Zé Raimundo, de uma audiência com o governador Jerônimo Rodrigues, o estado vai passar a assumir o Hospital Regional de Jacobina, vai regionalizar a saúde de Jacobina. É um momento importante para o município de Jacobina e para toda a região, onde eu fui votado nos 18 municípios.

Então, Sr. Presidente, eu venho aqui agradecer ao governador do estado, Jerônimo Rodrigues, e ao ex-governador Rui Costa, que começou esse processo. E

agora, por meio da secretária Roberta e do governador Jerônimo, o estado passa a assumir o Hospital Regional de Jacobina, uma vitória do povo de Jacobina.

Quero parabenizar o prefeito Tiago Dias, que, sensivelmente, está passando a responsabilidade do hospital regional para o estado. Então, é a vitória do povo de Jacobina e de toda a região.

Viva à democracia! Viva ao PT!

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, colega, deputado Júnior Muniz. Eu passo a palavra ao nobre líder Rosemberg Pinto pelo tempo restante.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: São 10 minutos só, presidente.

Presidente Zé Raimundo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, servidores, servidoras, visitantes que ocupam as Galerias Paulo Jackson, depois de diversas falas, presidente, eu me senti na obrigação de fazer uma avaliação mais criteriosa em relação ao que nós vamos votar hoje aqui na Casa.

Primeiro, nós vamos votar hoje a indicação do conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa da Bahia.

Nós aprovamos aqui, na última sessão, quatro urgências que dizem respeito a quatro projetos que certamente não são os projetos ideais para a categoria dos servidores, mas não tenham dúvidas de que é o que o governador Jerônimo Rodrigues, a partir do Orçamento que tem, foi capaz de distribuir a eles mediante aprovação da Assembleia Legislativa da Bahia.

Eu, aqui, quero falar sobre alguns desses projetos. Um deles diz respeito à pecúnia, que foi uma luta dos servidores em geral e que está nessa urgência, sob autorização excepcional. Visa a conversão, em pecúnia, dos períodos de licença-prêmio dos servidores das carreiras civis do Poder Executivo do estado, porque a Mesa da Casa, em outro momento, aprovou a impossibilidade dessa transformação.

Por acordo da Maioria com a Minoria, nós vamos aqui, nesta Casa, hoje, Sr. Presidente, debater e votar o projeto que altera a Lei no 13.201, que promove modificações na estrutura organizacional da Polícia Militar. Eu tenho a convicção, deputado Alan, de que pode não ser o desejo de todos os policiais militares, mas compõe aqui a capacidade organizativa dessa instituição para modernizá-la e criar uma condição melhor de atuação do ponto de vista da segurança pública.

Nós vamos também analisar o que é entendimento da maioria no debate nesta Casa hoje, o reajuste linear de 4% para os servidores. Eu sei que não é a vontade dos servidores, também não era a vontade do governador Jerônimo Rodrigues, mas, deputadas e deputados, é a capacidade que o governo do estado da Bahia tem de executar de forma que não aconteça o que aconteceu no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em outros estados que não tiveram capacidade de implementar esse reajuste.

Deputado Alan, eu vi aqui quando V. Ex.^a falou dos 9% do governo federal. O problema é que o governo federal, nos últimos 4 anos, não deu 1% de reajuste para os seus servidores.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pessoal, atenção!

O Sr. ROSEMBERG PINTO: É natural...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Gente...

O Sr. ROSEMBERG PINTO: É natural...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma!!

Por favor, Rosenberg, um momentinho...

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Fique à vontade! Presidente, tranquilo, tranquilo, tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vou renovar o apelo aqui às lideranças.

Então, vamos ouvir.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Educação a minha mãe sempre me deu, educação é coisa de berço.

(...) Presidente, é natural que os apoiadores do governo passado reajam a essa posição, porque não teve nenhum reajuste linear no governo federal. O nosso governo, que é complementação do governo do governador Rui Costa, deu reajuste linear aos servidores da Bahia, ao contrário dos bolsonaristas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Rosenberg, um momentinho, Rosenberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: (...) que não deram R\$ 1 sequer!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Olha! Silêncio, gente!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu solicito às galerias, por favor... Eu solicito às galerias que permaneçam na forma regimental.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Eu tenho visto, presidente, em diversas prefeituras da Bahia e do Brasil, que a manifestação dos servidores não é por conta dos 4%, é porque não tem reajuste, sequer, de 1%, de 0,5%. É essa a situação que nós estamos vivendo.

É natural, então tem nenhum problema, deputados e deputadas, porque se trata de um governo que tem condição de dizer que cuidou e tem cuidado da maioria dos seus servidores.

(As galerias se manifestam.)

É natural que tenha alguns servidores... é natural... E eu recebo todos, inclusive os que me vão, recebo todos no meu gabinete! Todos! Inclusive os que me vão! Porque eu faço política com a razão, eu não faço política para atender os interesses menores, diminutivos. A política tem que ser feita dentro da capacidade que a gente tem de ouvir, de debater, da tolerância. A gente tem que entender, Sr. Presidente, que é legítimo as pessoas acharem, às vezes, que aquilo não é suficiente para a sua expectativa, e eu entendo isso naturalmente.

Mas eu quero reafirmar: não tem nenhum governo no Brasil que está fazendo esse pacote de investimentos para os servidores como se está fazendo na Bahia...

(As galerias se manifestam.)

(...) Por conta disso, eu quero me dirigir a todos os deputados e deputadas aqui

presentes...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu solicito... Por favor, gente! Por favor!

Vamos nos comportar na forma regimental. Após a fala do orador, os senhores e as senhoras podem se manifestar, mas, durante a fala, vamos assegurar a palavra. Ao final, é natural que alguns batam palmas, outros não, é o direito de vocês. Até para dar celeridade à sessão...

O Sr. ROSEMBERG PINTO: (...) Então, eu quero me dirigir a todos os deputados e deputadas neste momento, esses projetos que nós vamos votar hoje não são projetos que nos trazem constrangimento, são projetos que nos colocam na condição de criar a possibilidade de garantir que o Orçamento do estado banque a capacidade de ter os servidores durante todo o ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre líder Rosemberg Pinto. (As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia!

Projeto de Lei Complementar nº 151/2023, do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 34, de 6 de fevereiro de 2009, na forma que indica e dá outras providências. Para relatar, o nobre deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros das galerias, da imprensa, todos que nos acompanham aqui pela *TV ALBA*.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei Complementar nº 151/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências.’

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a promover alterações na Lei Complementar nº 34/2009, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado.

Conforme registra a Mensagem do Sr. Governador, que acompanha o projeto, o objetivo é ‘permitir a incorporação da Gratificação Especial de Produtividade ao vencimento do cargo da carreira de Procurador do Estado, medida de recomposição do vencimento, mantendo, na estrutura remuneratória, a referida gratificação e o mecanismo de aferição da produtividade da carreira’. Ressalta, ainda, o Chefe do Poder Executivo em sua Mensagem, que ‘a alteração prevista nesta Proposta

*produzirá um acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2023, no valor estimado de R\$4.365.559,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais) e, para os anos de 2024 e 2025, o valor de R\$5.199.802,00 (cinco milhões, cento e noventa e nove mil, oitocentos e dois reais)'.
A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Leandro de Jesus, propondo a revogação do art. 23 da Lei Complementar nº 43, de 25 de outubro de 2017, que veda o exercício da advocacia privada aos Procuradores do Estado que venham a ingressar na carreira a partir de concursos públicos homologados após a entrada em vigor da referida Lei (25 de outubro de 2017). Opino pela rejeição, uma vez que a emenda se imiscui em competência privativa do Governador do Estado, ao dispor sobre organização da Procuradoria Geral do Estado, contrariando o disposto no inciso V do art. 77 da Constituição Estadual, segundo o qual são da de privativa do Governador os projetos de lei que versem sobre a organização das Procuradorias e da Defensoria Pública.*

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023. ”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão o parecer do nobre deputado. (Pausa)

Em votação no âmbito das comissões. (Pausa)

Os deputados que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram.

(Pausa)

O Sr. Alan Sanches: Espera aí!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aprovado no âmbito das comissões.

O Sr. Alan Sanches: Não, espera aí, eu queria verificação do quórum nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já passou, já passou, já passou.

(...) Agora, em votação...

O Sr. Alan Sanches: Espera aí! Então, o senhor faça a verificação nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No Plenário...

O Sr. Alan Sanches: Pronto!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a solicita no Plenário, solicita no Plenário porque já tinha passado.

(...) Agora, sim,...

O Sr. Alan Sanches: Está em qual agora?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação...

O Sr. Alan Sanches: Espera aí, se está nas comissões, se V. Ex.^a colocou em votação nas comissões, eu quero saber se existem deputados suficientes nas comissões para votar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas V. Ex.^a...

O Sr. Alan Sanches: Então, eu estou no tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas V. Ex.^a percebeu...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) V. Ex.^a percebeu que se pronunciou depois do meu encaminhamento.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a falou assim “Em votação!”, aí eu fiz uma questão de ordem e lhe disse “Tem deputado para votar?”, eu queria uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem! Tudo bem! Não vamos fazer polêmica com detalhes.

O Sr. Alan Sanches: Ótimo! Ótimo! (As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No âmbito das comissões...

O Sr. Alan Sanches: Aí vai ter a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...)

No âmbito das comissões: a nossa presidenta Maria del Carmen, presente...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, eu passo aqui a palavra ao deputado Vitor Bonfim, que neste ato atuará como primeiro-secretário para fazer a chamada nominal nas comissões...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, para contribuir, para contribuir, a Secretaria da Mesa passaria para V. Ex.^a, e V. Ex.^a iria de comissão em comissão, tem que ter cinco deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tranquilo! Tranquilo! É o que eu estou fazendo, se V. Ex.^a permitir...

O Sr. Alan Sanches: Ótimo! Pronto, foi só para contribuir. (Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vamos aferir a frequência nas comissões, por favor, Srs. e Sr.^{as} Deputadas.

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Comissão de Constituição e Justiça: deputada Maria del Carmen, presente, um; deputado Júnior Nascimento, presente, dois; deputado Alan Sanches, presente, três; deputado Euclides Fernandes, presente, quatro; deputada Ivana Bastos; deputado Matheus Ferreira, presente, cinco. Há quórum na CCJ.

Qual é a outra comissão?

Comissão de Educação: deputada Olívia Santana; deputado Penalva, presente, um; deputado Felipe Duarte, presente, dois; deputado Hilton Coelho, presente, três; deputado Jurailton; deputado Robinson Almeida, presente, quatro; deputado Rosemberg, presente, cinco. Há quórum na comissão de Educação, Sr. Presidente.

Comissão de Finanças e Orçamento: deputado Vitor Bonfim, presente, um; deputado Tiago Correia...

O Sr. Alan Sanches: Espera aí! Espera aí! Espera aí! Espera aí! Espera aí! Vitor! Deputado Vitor, espera aí! Espera aí! Espera aí, só 1 minuto...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Samuel Junior: O deputado está chamando os nomes dos deputados sem sequer eles estarem presentes.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a está chamando nome de deputado, o deputado não está presente, e V. Ex.^a está dando presença.

(Os deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, não.

O Sr. Alan Sanches: Onde está o deputado Hilton Coelho?

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Sentado ali.

O Sr. Alan Sanches: Ele deu presença?!

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Ele está no Plenário.

O Sr. Samuel Junior: Cadê a deputada Olívia Santana?!

O Sr. Alan Sanches: E a comissão? Não, não, V. Ex.^a... V. Ex.^a... oh...

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): A presença dele está marcada no...

O Sr. Samuel Junior: Cadê a deputada Olívia Santana?!

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Não está presente, não está presente, não está presente, não!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção... Atenção... Um momento...

O Sr. Alan Sanches: Presidente... Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momento.

O Sr. Alan Sanches: Não há necessidade disso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momento! Um momento! Qual é a questão de ordem, nobre deputado Alan Sanches? Faça sua questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Art. 176! V. Ex.^a, 176...

(Parlamentar não identificado): Cadê o deputado Penalva?

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Penalva está aqui, rapaz.

O Sr. Alan Sanches: (...) Eu quero saber só o seguinte, nós temos uma sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É a frequência? É a frequência? Vamos conferir, acompanhem aí a frequência, por favor.

O Sr. Alan Sanches: Só 1 minuto, mas é por causa da frequência.

(...) Deputado, o que eu quero dizer é o seguinte: não há necessidade disso. V. Ex.^{as}, da bancada, têm 43 deputados que se fizeram presentes, então não precisa usar nenhum artifício, deputado!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Eu não estou usando.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado, não há artifício, não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Oh! Não, não tem artifício, não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há! Não há artifício, não!

O Sr. Rosemberg Pinto: Artifício não. Deputado Alan, não é artifício.

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Não, não, não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas, deputado Alan, não é artifício.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Rosemberg... Nobre líder Rosemberg!...

O Sr. Alan Sanches: Eu quero que me diga: o deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, que o deputado saia do Plenário!!

O Sr. Alan Sanches: (...) o deputado Penalva...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Qual é...

O Sr. Alan Sanches: (...) Onde está o deputado Penalva?!...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momento, por favor!

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a é regimentalista.

O Sr. Alan Sanches: Onde está o deputado Penalva?!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu peço à Mesa, suspenda o som, por favor, aí!...

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a é regimentalista.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Suspenda o som!

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Deputado Alan, não, não, não, não seja injusto...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Suspenda o som.

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Não seja injusto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção! Questão de... vamos ouvir a questão de ordem...

O Sr. Alan Sanches: Onde está...

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Penalva estava aqui agora, saiu do... ele saiu do Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momento... um momento, Vitor! Um momento, Vitor!...

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Ele estava aqui, pô! Você sabe disso!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momento... Um momento, Vitor!! Por favor, Vitor!

O Sr. PRIMEIRO-SECRETÁRIO ad hoc (Vitor Bonfim): Penalva estava aqui agora, saiu!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momento, Vitor! Espera aí, Vitor!

Questão de ordem...

V. Ex.^a... Atenção! Por favor, retorne o som ao nobre líder Alan Sanches.

Qual é a questão de ordem que V. Ex.^a encaminha para a Mesa, por favor? Questão de ordem!!

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a, que exerce agora a presidência,...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria que chamasse, para fazer regimentalmente a chamada nominal, o segundo-secretário, que está no Plenário, ao meu lado. Então, que V. Ex.^a solicite ao segundo-secretário que ela faça a chamada nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O primeiro-secretário... o primeiro- secretário está presente?

(Participantes da sessão respondem: “Não!”)

O segundo-secretário, por favor, venha à Mesa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Alan Sanches: Eu só quero... Eu só quero que o Regimento seja seguido, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a já encaminhou a questão de ordem, eu já acatei a questão de ordem...

O Sr. Alan Sanches: Tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) e vamos encaminhá-la como manda o Regimento.

Nosso segundo-secretário, por favor... Nosso segundo secretário, nobre deputado Samuel Junior, por favor, quero que V. Ex.^a confira as presenças dos membros das diversas comissões...

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Sr. Presidente, como houve...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): As que já estão pode validar...

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): (...) Mas houve uma dúvida e um questionamento por parte do líder desde a chamada nominal feita na CCJ, então eu vou cumprir o papel aqui chamando desde a CCJ.

(O Sr. Vitor Bonfim fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atencãoooo! Por favor, Vitor...

Atenção para não atrapalhar o presidente, eu quero silêncio aqui ao meu lado. Quero aqui... A CCJ já encaminhou. CCJ, por favor, continue.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Comissão de Constituição e Justiça: deputada Maria del Carmen...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já passou! Já tinha passado! (Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): (...) deputado Júnior Nascimento, ausente... passado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já tinha passado, já tinha passado, já tinha passado.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Houve um questionamento a V. Ex.^a já desde a Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não ouvi...

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Eu acho que, para que haja clareza, a gente vai...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, esta é a segunda comissão, já tinha sido feito até a segunda.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): É a Comissão de Educação!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Educação, Educação, é a de Educação.

Por favor, segundo-secretário, Comissão de Educação, queira aferir as presenças nesta comissão.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Comissão de Educação, Cultura, Ciência: deputada Olívia Santana; deputado Penalva...

O Sr. Vitor Bonfim: Ele saiu do Plenário.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Ele está ausente. Se ele saiu do Plenário, é uma prerrogativa dele.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): (...) Deputado Felipe Duarte! Ausente? Cadê V. Ex.^a? Deputado Hilton Coelho! Está presente o deputado Hilton Coelho?..

O Sr. Júnior Muniz (fora do microfone): O deputado está no Plenário!

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Deputado Jurailton Santos, ausente; deputado Robinson Almeida...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a assegurasse a palavra a este segundo-secretário e deixasse que os colegas se manifestassem em tempo oportuno.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eles não estão falando no microfone, dá para V. Ex.^a seguir.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Se, como segundo-secretário, eu não posso trabalhar, então eu peço a V. Ex.^a que me assegure a palavra.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a tem assegurada a palavra.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): (...) deputado Rosemberg Pinto...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quórum.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Então, V. Ex.^a, na Comissão de Educação há quórum... aguardo a orientação de V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A comissão seguinte.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: deputado Vitor Bonfim; deputado Tiago Correia, ausente; deputado Angelo Coronel Filho...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O deputado Angelo Coronel Filho está presente ali.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Está presente.

Deputado Bobô, ausente? Deputado Hassan; deputado Paulo Rangel; deputado Robinho...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já tem quórum.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Já há quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Portanto, em votação o parecer do relator, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado o parecer do nobre relator Robinson Almeida.

Em discussão, no âmbito do Plenário. No Plenário, agora, é a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Leandro de Jesus, pelo tempo regimental.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Senhoras e senhores, estamos aqui, graças a Deus, com a presença de todos vocês, que representam a verdadeira força deste estado. Porque, de fato, obviamente, sem o trabalho que cada um de vocês faz, sem que vocês acordem todas as manhãs para cumprir uma missão, e uma missão árdua, num ambiente tão hostil quanto esse que este governo impõe a vocês; sem os senhores, este estado, este governo já teria ido para o caos total. Então, parabenizo vocês que, mesmo com tanta perseguição, tanta desvalorização, estão aí firmados no compromisso com a sociedade, firmados no compromisso com o povo baiano, povo que vocês são.

Nós imaginamos e sentimos o sofrimento de cada um dos senhores, que estão aqui buscando um reajuste digno, estão buscando que sejam respeitados por este governo. Porque nós não podemos esquecer, senhoras e senhores, que este é o momento de uma reflexão que eu trago aqui a vocês. Aqui está a Casa do Povo e aqui nós temos, em nosso estado da Bahia, uma continuidade de governo que, ao longo desses últimos 16 anos, e mais 4 anos que vêm pela frente, tem sido tão perverso com os senhores, perversos! E na maioria das vezes, o desrespeito é tão grande que faltam com a verdade, senhoras e senhores, faltam com a verdade! E eu tenho dados aqui, informações, para mostrar aos senhores que esse "reajuste", com todas as aspas do mundo, esta tentativa de humilhá-los, porque, na verdade, este é um pacote de maldades, pacote de maldades, que o governo mandou para esta Assembleia! (Palmas) Maldade com aqueles que se comprometem diariamente a servir, a verdadeira palavra na essência, servir à nossa sociedade, servir ao povo, coisa que esse governo que está aí nunca soube o que é servir, tamanhos os absurdos que estamos enfrentando.

Mas eu trago dados aqui para os senhores e faço questão de ler com base em dados da Secretaria da Fazenda da Bahia, retirados de relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, (lê) “O Instituto de Auditores Fiscais da Bahia realizou o levantamento que analisou a capacidade de recomposição salarial do servidor público do estado...” – eu peço que os senhores prestem atenção nessas informações – “(...)nele é possível constatar que a receita corrente líquida estadual em 2015 foi de 27,21 bilhões, enquanto que em 2022 essa receita alcançou 55,35 bilhões...”, ou seja, um crescimento expressivo de mais de 100%.

Pergunto aos senhores: Cadê esse dinheiro?

(As galerias se manifestam.)

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cadê esse dinheiro que deveria ser revertido para o povo, que deve ser revertido para o reajuste dos servidores? Pergunto ao governo e aos seus representantes, cadê esse dinheiro?

(Um participante das galerias diz: "No bolso".)

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Por outro lado, a despesa total com o pessoal do Poder Executivo e Defensoria Pública foi de 12,95 bilhões em 2015 e de 20 bilhões em 2022, ou seja, cresceu apenas 54%. A receita aumentou mais de 100%, enquanto a despesa com o pessoal, 54%. Cadê o restante desse dinheiro? Cadê o dinheiro, cadê o dinheiro do povo, cadê o dinheiro para dar reajuste a quem trabalha por esta Bahia?

Servidores estão maltratados, policiais militares que são colocados na frente de uma guerra, com risco para suas vidas, riscos sobre suas famílias, policiais militares, policiais civis, força de segurança, professores, todos aqueles servidores das mais diversas secretarias que são desprezados por esse governo.

E tem mais: (lê) “Ao final do exercício de 2022, o limite de alerta para despesas com pessoal do Poder Executivo e Defensoria Pública, 43,74%, correspondeu ao valor de 24,19 bilhões, gerando espaço fiscal de 4,17 bilhões que poderiam ser utilizados para tais gastos no início de 2023. Isso permitiria recompor a folha de pessoal, de forma bruta, na ordem de 20% imediatamente...” – 20%, senhoras e senhores, de acordo com esses dados aqui – (palmas) “...uma maneira de amenizar as perdas inflacionárias de 53,33% no período de 2015 a 2022, já descontado o aumento salarial linear de 4% concedido pelo governo do estado no ano passado, afirma Marcos Carneiro, presidente do IAF Bahia.”

Senhoras e senhores, mais uma vez, repito, tem recurso, tem receita. As despesas, conforme eu relatei aqui, não acompanham as receitas, que aumentaram muito mais. Faço a pergunta, mais uma vez, ao governo do estado, ao PT que está no poder ao longo desses anos, maltratando o povo, maltratando o servidor, pergunta simples: cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro do povo? Cadê o dinheiro para, de fato, contemplar essas famílias? Porque nós sabemos que por trás de cada servidor existe uma família, existem filhos, existe a despesa familiar. Todos precisam viver, todos precisam viver e pagar as suas contas, todos têm direito a olhar para o futuro e poder projetar a sua vida, a vida dos seus filhos. Não é justo tamanha humilhação que o governo quer impor e tenta impor aos senhores!

Continuando: (lê) “O desempenho fiscal do estado nos últimos anos, inclusive durante a pandemia, reflete em seu caixa, onde há disponibilidade líquida de recursos não vinculados, que passou de 371 milhões em 2019 para 4,95 bilhões em 2022, e o baixo endividamento e comprometimento de apenas 30,11% dessa receita.”

Ora, o que estão fazendo com esses recursos? Cadê o dinheiro? Eu sei que está sendo repetitiva essa pergunta, mas temos de perguntar. Cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro do povo? Cadê o dinheiro dos pagadores de impostos? Cadê o dinheiro que é para o povo da Bahia, para os servidores que vêm sendo tão desprezados por esse governo? Cadê, senhoras e senhores? É uma pergunta da qual parece que se escondem, não querem responder, não querem o debate. Por que não receberam as categorias? Por que não houve discussão? Porque não houve mesa de debate para, exatamente, podermos discutir números e dados objetivos, demonstrando que o estado tem capacidade, sim, de valorizar os servidores públicos do estado.

Cadê? Não houve debate porque não é um governo de debate. Senhoras e senhores – e aqui eu faço questão de também destacar isso –, não é um governo de debate, de diálogo, não é uma ideologia que preza, de fato, a abertura do diálogo, de sentar-se à mesa e dizer: "Vamos ouvir os interessados". Não! Eles querem simplesmente impor a vontade deles, desrespeitando cada pai, cada mãe de família que está a serviço, se doando diariamente como servidor público.

Vocês são admiráveis, vocês têm o meu respeito, eu respeito cada um de vocês. O meu respeito aos senhores, o meu respeito aos senhores porque, volto a repetir, sem

essa força de vontade, sem essa resiliência, em que pese tanto desrespeito que os senhores sofrem, este estado, caso fosse uma empresa, aqui fazendo uma comparação, já poderia fechar as portas. Mas são os senhores que sustentam e se dedicam, doam o sangue de vocês, doam o tempo de vocês. Muitas vezes dá aquela vontade de dispor de mais tempo com a família, mais tempo com os filhos, com os netos, mas têm aquele compromisso diário de cumprir a missão, de, enquanto servidor, servir ao povo, por isso meu respeito.

E eu gostaria de pedir aos colegas aqui presentes, não apenas aos da Bancada da Oposição... Porque nós não fazemos oposição ao povo, Alan, nós não fazemos oposição ao povo, nós estamos aqui para lutar pelo povo. E eu disse muito claramente, senhoras e senhores, deputados da base governista, que se chegar aqui um projeto do governo que seja bom para o povo eu voto a favor, porque nós estamos aqui para servir ao povo e não às nossas vontades. (Palmas) Entretanto, obviamente, quando esses projetos não são bons, não vão trazer, jamais, resultados positivos para a nossa Bahia, independentemente de qual área seja, quando esse projeto, na realidade, é um pacote de maldade para os servidores, como é o caso, eu chamo os senhores que estão aqui, todos, Oposição e Situação, para uma reflexão, porque os senhores não me devem nada, os senhores devem àqueles que estão ali. (Palmas) A mim os senhores não devem nada. Eu só trago aqui uma reflexão, os senhores devem àqueles que estão ali, que são os donos do seu mandato, que são os donos do voto, (palmas) e que poderão, com o direito ao voto, expressar mudanças nas próximas eleições, e isso é muito importante. O nosso compromisso, de cada deputado, é com o povo. Portanto, eu trago esta reflexão, 4% é humilhação, é inaceitável! Esta Casa precisa atuar em favor do povo, em favor desse povo tão sofrido.

E repito, mais uma vez, senhoras e senhores, a esta Casa e não apenas a uma bancada: estão aqui os dados. Eu já apresentei... inclusive, vou disponibilizar. Já disponibilizei, está no meu gabinete. E estará aqui para, governador Jerônimo, com todo o respeito, pelo menos, um pouco de reflexão para olhar para as pessoas com um pouco mais do amor que vocês tanto falam. Não disseram que “o amor venceu”, não disseram que “o amor venceu” o ódio? Cadê o amor?

(As galerias se manifestam.)

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cadê o amor? Cadê o amor? Então, pelo menos por 1 segundo os senhores olhem com amor para essas pessoas, olhem com o amor que vocês prometeram. E vêm com esse discurso de que “o amor venceu.” Cadê o amor? Cadê o amor? Da boca para fora, senhoras e senhores, da boca para fora falar em amor é muito fácil.

Nós queremos e o povo quer ação. O amor, nós queremos ver é com ação. E muito mais do que isso, é uma obrigação do estado contemplar esses servidores. Não é favor, não é favor, é uma obrigação.

Está aqui, senhoras e senhores, a tabela completa, que eu disponibilizo para os senhores, porque o governador afirmou que nenhum estado está fazendo o que foi feito aqui, ou o que está sendo feito aqui, na Bahia. Olha, eu concordo, porque é um pacote de maldades, volto a dizer, o que está sendo feito aqui. Em outros estados, de fato, isso não está acontecendo.

Eu tenho aqui a lista de reajustes 2022/2023 nos estados da Bahia, Paraná, São Paulo, Alagoas, Goiás, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Amapá, Minas Gerais, Ceará, Roraima, Rio de Janeiro e Acre. O único lugar que tem o maior pacote de maldades é aqui! É aqui! Quatro por cento de reajuste é só aqui na Bahia! Não apenas os senhores

servidores foram humilhados em 2022 como estão tentando, mais uma vez, reafirmar essa humilhação em 2023. Mesmo se considerarmos 2022, senhoras e senhores, e 2023, o possível acumulado de reajustes, ainda assim nós ficamos atrás, ainda assim é o maior pacote de maldades desta nação.

Então, o governador tem razão. Ninguém fez em nenhum outro estado o que o governador está fazendo aqui, na Bahia, quando se trata de maldade, quando se trata de desprezo. E isso se reflete, isso vem se refletindo exatamente lá na ponta, porque nós temos aqui cidadãos servidores.

Volto a pegar, aqui, o exemplo das polícias, das forças de segurança, que têm sofrido tanto com esse abandono e mesmo assim colocam, dia a dia, as suas vidas em risco, enfrentando essa criminalidade para defender o povo. Quantos policiais militares ao longo desses anos, infelizmente, perderam a sua vida combatendo o bom combate? Quantos? Quantos correram riscos? Quantos sofreram ali, no momento de uma incursão, para proteger a sociedade, riscos sobre suas vidas? Quantos?

E é dessa forma que o estado vai reconhecer esse serviço primoroso das nossas Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Penal. É assim que se recompensa aqueles que estão se doando pelo nosso estado, e não apenas falando das forças de segurança, mas de todos os servidores de todas as secretarias. É dessa forma?

Então, eu cobro aos senhores. Em primeiro lugar, eu cobro ao governador da Bahia, que deve estar acompanhando esta sessão, que o senhor coloque a mão na cabeça, reflita e entre em contato imediatamente com o líder do seu governo aqui, na Casa, para que essa proposta seja revista, porque nós queremos, no mínimo, no mínimo, 9% de reajuste...

(As galerias se manifestam.)

(...) no mínimo, para começar a conversar. Para começar a conversar, no mínimo, 9%.

E eu trago a reflexão, aqui, aos deputados, meus colegas excelentíssimos, Oposição e Situação, neste momento, nós somos um lado só, o lado do povo. É lado do povo.

(As galerias se manifestam.)

Os senhores terão a oportunidade de fazer essa escolha, assim como eu estou aqui, e todos nós. O compromisso dos senhores não é comigo, volto a repetir, o compromisso dos senhores é com o povo, para o povo, e estamos aqui porque o povo nos colocou aqui, porque o voto é do povo. E a atuação desta Casa tem de ser para favorecer ao povo e aos servidores públicos do estado da Bahia. Vamos juntar 9%!

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo regimental, para discutir o Projeto de Lei Complementar n.º 151/2023.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, deputado Zé Raimundo, ex-prefeito do grande município de Vitória da Conquista. Estamos na discussão desse projeto de lei que trata duma nova estruturação da Procuradoria-Geral do Estado, da Dra. Bárbara Camardelli. Foi votada a urgência desse projeto de lei, juntamente com outros três projetos de lei, na semana passada. Para quem não sabe, a votação de urgência é um instituto previsto no Regimento Interno desta Casa, em que os projetos de lei, os famosos PLs, não passam pelas discussões das comissões pertinentes. O projeto vem e cai direto no Plenário.

Já é uma discussão desde o meu primeiro mandato nesta Assembleia Legislativa, e, apesar da pouca idade, já estou no terceiro mandato, que as comissões desta Casa são muito pouco exploradas, são muito pouco trabalhadas. Eu, que fui colega do nobre presidente Zé Raimundo, na CCJ, na minha primeira legislatura, via e presenciava que as comissões não andavam muito.

Cabe aqui, no início desse meu discurso de hoje, fazer esse pleito ao presidente desta Casa, ao Colégio de Líderes, à Mesa composta, que seja feito um novo sistema e que os projetos de lei voltem a tramitar normalmente pelas comissões temáticas, começando pela CCJ, onde a discussão

é sobre a constitucionalidade de cada projeto de lei; depois, pela Comissão de Finanças, onde o projeto, como o que também será votado aqui, hoje, da proposta de aumento salarial dos servidores do estado, seja debatido com mais profundidade. O que não aconteceu. O líder do Governo apresentou a proposta, legítima, volto a dizer, prevista no Regimento, de regime de urgência e foi amplamente aprovada. Apesar de nós, no último pleito de 2022, termos tido uma eleição disputada entre o ex-prefeito ACM Neto e o então candidato a governador Jerônimo, de 53% a 47%, isso não é retratado na Assembleia. A coligação do ex-prefeito ACM Neto elegeu, no papel, evidentemente, quase 30 parlamentares, mas houve uma reorganização dos parlamentares pós-eleição e o governo conseguiu formar uma grande base, de mais de 40 parlamentares.

A conversa foi muito boa, algumas promessas foram feitas, muita coisa não foi ainda pactuada, mas, na esperança de ter alguma coisa no governo, há aqui, hoje, uma base de mais de 40 parlamentares. E foi facilmente aprovado o pedido do líder Rosemberg Pinto para o regime de urgência.

Fora desse regime de urgência, eu gostaria de debater aqui o Projeto de Lei nº 24.871/2023, também de autoria do Poder Executivo, que traz na sua ementa: (lê) “*Altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, e dá outras providências.*”

Cabe, aqui, um pequeno resumo da análise desse projeto de lei feita pela nossa Bancada da Oposição: (Lê) “*A presente proposição visa promover modificações na estrutura organizacional da Polícia Militar da Bahia, ajustando à sua estrutura a atual realidade operacional e administrativa de modo a atender à crescente demanda de suas atribuições constitucionais.*” Na lei passada, a de nº 13.201/2014, que reorganiza a Polícia Militar do Estado da Bahia, em seu artigo 16: (lê) “*O Comando de Operações*

Policiais Militares tem por finalidade: planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades da Polícia Ostensiva, de acordo com as necessidades de preservação da ordem pública, bem como supervisionar as atividades realizadas pelos Comandos de policiamento e pelas Unidades Operacionais no que concerne a eficácia das missões de policiamento ostensivo.

Parágrafo Único: O Comando de Operações Policiais Militares tem a seguinte estrutura...” e por aí decorre.

Qual é a importância desse projeto que será votado hoje? A grande alteração é, realmente, a proposta de criação de novos comandos, novos batalhões, novas companhias independentes e, nesse bojo, a criação de 167 cargos em comissão na estrutura da Polícia Militar da Bahia.

No meu entendimento, e como eu venho tocando o meu mandato, fazemos oposição não apenas por oposição. Eu votarei favoravelmente a esse projeto de autoria do governo do estado que dá uma nova estrutura à Polícia Militar do Estado da Bahia, principalmente na criação de novos comandos, pulverizando um pouco mais a presença da Polícia Militar em nosso estado, como a criação do Comando de Policiamento da Região do Recôncavo, que deve ser na cidade de Santo Antônio de Jesus; o Comando de Policiamento da Região do Extremo Sul, que eu acho que vai ser em Teixeira de Freitas; Comando de Policiamento da Região Meio-Oeste. Alguém sabe dizer onde é que vai ser? No município do nosso grande colega Eures Ribeiro, Bom Jesus da Lapa; Comando de Policiamento da Região Nordeste, em Paulo Afonso; o Comando de Policiamento de Missões Especiais; Comando Especializado de Policiamento Rodoviário.

Aí vêm também os novos batalhões que vão ser criados: Batalhão de Policiamento de Proteção à Mulher - Maria da Penha; Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos a Coletivo, isso é importante; Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos de Veículos; Batalhão de Policiamento Escolar; Batalhão de Polícia de Pronto Emprego Operacional; Batalhão de Policiamento Turístico; Companhia Independente de Polícia Fazendária; Batalhão Especializado de Patrulhamento Tático Móvel; 22º Batalhão de Polícia Militar; 23º Batalhão de Polícia Militar; e 24º Batalhão de Polícia Militar; além da criação de quatro companhias independentes subordinadas diretamente, cada uma, aos comandos de policiamento das regiões do Recôncavo, Extremo Sul, Meio- Oeste e Nordeste.

Fico sabendo agora que o batalhão de Brumado também será criado. Cabe, aqui, o nosso voto. Parabéns, Brumado! Essa também é uma vitória do deputado Vitor Bonfim. E eu estou sabendo que ele tem pretensões importantes naquele município, lançando o seu irmão Guilherme Bonfim como candidato à prefeitura daquele município.

Cabe, aqui, com essa nova estruturação da Polícia Militar, que o governador Jerônimo melhore o atendimento da segurança pública em nosso estado.

E gostaria de chamar a atenção para uma região que não foi contemplada, a nossa região Norte, o nosso vale do São Francisco.

Contar um pouco da história para vocês aqui. Lá em cima, na divisa da Bahia com Pernambuco e o Piauí, estão grandes municípios do nosso estado. Grandes em

extensão territorial e importância econômica. Vou citar alguns deles aqui. Logo ao lado de Juazeiro... Para quem não conhece aquela região, para chegar a Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes você entra em Pernambuco e volta para a Bahia. Só para vocês verem o extremo que eu estou falando aqui. Existem, naquela região, já, duas companhias independentes da Polícia Militar. Uma com sede no município de Sobradinho, que é responsável por Sobradinho e por Sento Sé. Essas duas cidades têm 65 mil habitantes. E tem a companhia independente sediada no município de Casa Nova. Só o município de Casa Nova é uma imensidão. São quase 80 mil habitantes em uma extensão territorial... se não me falha a memória, o município de Casa Nova é o sexto maior município da Bahia em extensão territorial. Só que essa companhia independente de Casa Nova, além de ser responsável pela imensidão que é Casa Nova, é responsável pelo município de Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes. Saliente-se que essas cidades citadas fazem divisa com o estado do Piauí, do ex-senador Mão Santa.

Imagine a confusão que é você estar a quase mil quilômetros da capital ou a quase 400 quilômetros do comando da Polícia Militar, que é Juazeiro, e a Companhia Independente, no caso de Casa Nova, é perto de Juazeiro, coisa de 70 quilômetros, somente. Você tem isolada uma população de mais de 110 mil baianos nos municípios de Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes.

Com toda a certeza, é o nosso pleito neste projeto de lei que vai à votação hoje – e eu conversei mais cedo com o nosso líder Rosemberg Pinto e o nosso líder Alan Sanches – que cabe, ali, sediada no município de Remanso, uma Companhia Independente da Polícia Militar para abraçar melhor Remanso, obviamente, Pilão Arcado, que fica distante de Remanso apenas 70 quilômetros, e Campo Alegre de Lourdes, que fica distante de Remanso quase 100 quilômetros. Lembro que os municípios de Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes são outros grandes municípios do nosso estado.

Existe uma comunidade chamada Nova Holanda, no município de Pilão Arcado, que fica distante da sede de Pilão Arcado cerca de 150 quilômetros.

Essa terra é do deputado estadual Zó. Eu falei da minha sugestão com Zó, Bobô, na semana passada. Falei sobre isso com o deputado Júnior Muniz, que ainda não defendeu isso. Ele obteve mais de 5 mil votos, lá, em Pilão Arcado. Mas é importante, para Pilão Arcado, isso: sediar, em Remanso, uma companhia independente.

O deputado Roberto Carlos, conhecedor daquela região como ninguém, é votado lá. Vejam, eu nem votava na Bahia ainda, quando ele já era deputado estadual e votado naquela região. Peço a ele defender esta bandeira, que é uma bandeira nossa. Não vale a pena, apenas, votar pelos projetos, mas a gente deve melhorar os projetos apresentados nesta Casa.

Dito isso, eu gostaria de lembrar a realização de uma audiência pública, há algumas semanas, nesta Casa, com as presenças dos produtores rurais do estado da Bahia. A audiência pública reuniu quase mil pessoas de todas as regiões do nosso estado como Oeste, Extremo Sul e Norte.

Os temas tratados foram, especificamente, as ilegalidades, as invasões de terras que estão sendo feitas na Bahia no famoso Abril Vermelho. Bem todos os anos, quando

o governo é do PT, Robinho, há o Abril Vermelho. Digo isso porque quando era o governo Bolsonaro não tinha Abril Vermelho nenhum.

Eles defendem a reforma agrária. Esta é uma bandeira bacana, justa e prevista na Constituição e defendida por esta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O que nós não defendemos, o que somos claramente contra, é o aspecto das invasões de terra. As invasões de terras são um desrespeito à propriedade privada e ao enfrentamento à segurança pública.

Cabe, aqui, dizer que foi protocolada por esta Bancada da Oposição o pedido de uma CPI para tratar do tema. Conseguimos quase as 30 assinaturas necessárias, à época. O Regimento Interno fala que só precisa ter 21 assinaturas, e a gente obteve quase 30 assinaturas. Nós tínhamos um fato específico. E a Procuradoria desta Casa entendeu que aquilo não era matéria para a Assembleia Legislativa e que não cabia uma CPI sobre o tema. Eu discordo disso.

A Bancada da Oposição e o autor da CPI, o deputado Leandro de Jesus, que foi o orador que me antecedeu, entraram na Justiça com um mandado de segurança, e foi deferido. Foi concedida a segurança, liminarmente, para a instalação da CPI pela Assembleia Legislativa.

Eu soube, pela imprensa, que o presidente ia recorrer dessa decisão ao STJ ou ao STF ou às instâncias superiores. Mas eu faço fé de que a decisão do Tribunal de Justiça é correta, a fim de instalarmos, num futuro muito próximo, a CPI para o bem da Bahia, para o bem da proteção das propriedades privadas e para o bem da segurança pública em nosso estado.

O Sr. Robinho: V. Ex.^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Já tem muito tempo me pedindo um aparte, o deputado Robinho. Eu concedo um aparte ao deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Luciano, quando você falou sobre a questão... Quando você falou, Luciano, sobre a criação do batalhão na região de Remanso, você que tem uma experiência, você que sempre tem uma militância política naquela região, sempre está ali presente, inclusive, na semana passada, eu vi uma foto com o prefeito Orgeto, de Pilão Arcado. O deputado Júnior foi o recordista de votos em Pilão Arcado. Na foto, estava você, estava Júnior...

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Roberto Carlos.

O Sr. Robinho: Estava Roberto Carlos... Seria interessante que Júnior, Roberto Carlos...

Eu obtive uma votação pequena. Mas eu fiquei muito satisfeito com os meus 800 votos obtidos lá. Inclusive, o vereador Rogério, que postula uma candidatura a prefeito de Pilão Arcado, está aqui presente. Tivemos um bate-papo muito importante.

O Sr. Júnior Nascimento: Vamos dividir os votos? Não estou entendendo.

O Sr. Robinho: E é um sonhador o vereador Rogério, é um sonhador para que este projeto possa ser instalado naquela região. Digo isso porque nós estamos em um estado recordista em insegurança para o cidadão. Então essa distribuição que o governador está fazendo, quem sabe, possa minimizar o sonho das pessoas de ter uma segurança melhor.

Então, como você sempre foi votado naquela região, você deu uma sugestão também para o governador, para quem seja, você, Júnior, também, que possa se instalar a sede desse batalhão...

O Sr. Júnior Nascimento: Da companhia, não é isso, deputado?

O Sr. Robinho: Da companhia independente.

O Sr. **LUCIANO SIMÕES FILHO**: Muito obrigado, deputado Robinho.

O Sr. Júnior Muniz: Um aparte, deputado?

O Sr. **LUCIANO SIMÕES FILHO**: Com o aparte o deputado Júnior Muniz.

O Sr. Júnior Muniz: Como o deputado Robinho acabou de falar, eu fui votado naquela região, votado no município de Pilão Arcado com quase 7 mil votos. Faço das suas palavras as minhas.

Mas, hoje, vamos votar alguns pacotes do governo do Estado, pacotes que vão beneficiar a Polícia Militar. Este é o pensamento de V. Ex.^a. Mais à frente, vamos discutir isso, porque é importante, sim, para aquela região e para o município de Pilão Arcado, onde tem, lá, o meu grande amigo e prefeito Orgeto Bastos.

Então, faço das suas palavras as minhas para, juntos, irmos ao comandante da Polícia Militar, coronel Coutinho, para viabilizar um estudo para que a cidade de Pilão Arcado ou de Remanso receba uma companhia da Polícia Militar.

No mais, muito obrigado pelo aparte.

O Sr. **LUCIANO SIMÕES FILHO**: Com os esforços dos deputados Júnior Muniz, Roberto Carlos e Robinho, com certeza, a gente há de chegar forte neste pleito e fazer a Polícia Militar mais presente nos confins do nosso estado onde moram baianos decentes, trabalhadores e honestos.

Meus amigos, então...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) Já vou concluir.

A Oposição faz a parte dela. A gente não queria estar votando este projeto em regime de urgência. A gente queria discutir muito mais. Porém, vai ser votado, com fé em Deus, o projeto da agroecologia hoje, assim como o projeto da nova estrutura da Polícia Militar.

Quanto ao projeto de aumento salarial dos servidores, a gente queria ter discutido mais.

Mas o governo do estado não quis discutir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) (...) muito com a gente.

Fica aqui o nosso protesto.

Seguimos na sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **PRESIDENTE** (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Luciano Simões Filho.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. **PRESIDENTE** (Zé Raimundo Fontes): Terminada a discussão, passemos, agora, à votação do Projeto de Lei Complementar nº 151/2023.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas favoráveis à aprovação do projeto anteriormente citado permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 151/2023, **em discussão única.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2023

Altera a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, passa a vigorar acrescida do art. 85-A, com o seguinte conteúdo:

“Art. 85 -A - A partir de 1º de março de 2023, o percentual máximo da Gratificação Especial de Produtividade atribuída ao Procurador do Estado passa a ser de 70% (setenta por cento), calculado sobre o vencimento básico.

§ 1º - A diferença entre os valores correspondentes ao percentual máximo atualmente vigente e os resultantes da aplicação do disposto no *caput* deste artigo será incorporada ao vencimento básico dos cargos da carreira mencionada.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões que tenham sido fixados com base nos vencimentos dos cargos da carreira serão revistos na mesma proporção, não podendo resultar valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.” (NR)

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros retroativos a 01 de março de 2023.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passemos, agora, ao segundo projeto na pauta.

Há, sobre a Mesa, o Projeto de Lei nº 24.878/2023, de autoria do Poder Executivo, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e dá outras providências.

Convido a nobre deputada Neusa Cadore para relatar o projeto anteriormente citado.

Os líderes vão falar, daqui a pouco, sobre este projeto. Houve um acordo para nós votarmos este projeto por consenso.

Por favor, nobre deputada Neusa Cadore.

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra a deputada Neusa Cadore para relatar o Projeto de Lei nº 24.878/2023, de autoria do Poder Executivo,

que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e dá outras providências.

A Sr.a NEUSA CADORE: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, servidores nas Galerias Paulo Jackson, nossos companheiros e companheiros dos movimentos sociais, o projeto, a ser aprovado por nós, durante esta tarde, trata sobre a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Este é o resultado de uma luta histórica e de diversos movimentos sociais, liderados pela articulação da agroecologia na Bahia e pela articulação no campo.

Nossos companheiros estão nas galerias do Plenário. Também, uma boa parte dos companheiros está no auditório, acompanhando esta sessão. Eles vieram de longe. Eu quero agradecer.

Antes de apresentar o parecer, gostaria de saudar as lideranças que se deslocaram. São entidades que acompanharam esta construção. Na oportunidade, saúdo as lideranças das várias regiões da Bahia e entidades que vieram acompanhar este dia histórico. São elas: Sasop, Moc, Arcas, Cofaspi, FTL Sol Nascente, Fase, Coopercentrusul, Cediter, Coopeser, Agrovida, Isfa, Irpaa, Cadesb, Fundação Apaeb, Asamil, Casa, Teia dos Povos, Aresol, Fatres, APPJ/Conviver, Caritas, Agendha, MAB, MPA, Quilombo Viração Jeremoabo e Cearis.

Cito essas entidades e saúdo esses companheiros, com muita gratidão, pela contribuição importante a favor da construção deste projeto. Eu quero, também, fazer uma referência ao nosso companheiro Marcelino Galo que, na Assembleia, conduziu, por 12 anos, a Comissão Parlamentar Mista de Agroecologia, um espaço que deu oportunidade para muitos debates e para muitas conquistas.

Este PL, vocês sabem, é um dos exemplos do que este espaço oportunizou, uma grande contribuição para a Bahia. Este PL é fruto do diálogo com os movimentos sociais, com os setores das universidades, das instituições de ensino, com agricultores e agricultoras, com povos e comunidades tradicionais, consumidores, Legislativo e Executivo estaduais. Todos estão alinhados na defesa das políticas de desenvolvimento rural com sustentabilidade socioambiental e, também, na luta para enfrentar os impactos negativos de atividades de baixa resiliência e alta degradação ambiental.

Então, neste momento de reconstrução do Brasil, com Lula, neste momento em que a gente conta com Jerônimo, pois Jerônimo tem raiz, tem origem rural. Portanto, esta lei é a consolidação de um novo modelo de sustentabilidade no campo que, certamente, vai impactar na redução das desigualdades em todas as suas dimensões.

Feito esse registro, passo, agora, Sr. Presidente, a ler o parecer.

“(Lê) Parecer Das Comissões de: Constituição e Justiça; Agricultura e Política Rural; Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.878/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, e dá outras providências’.

Apresenta, o Excelentíssimo Senhor Governador, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto que ora passo a relatar, que se destina a

‘implementar uma política estadual que tenha como objetivo o acesso a todos a uma alimentação orgânica saudável, bem como a sua utilização racional e desenvolvimento sustentável, estimulando a agricultura familiar, a participação dos povos e comunidades tradicionais, e buscando fortalecer as minorias’, conforme registra a Mensagem que acompanha a proposição, na qual ressalta também Sua Excelência que ‘para tanto, serão implementados mecanismos de estímulo econômico e desoneração tributária, bem como a promoção de educação contextualizada, a fim de favorecer e estimular a produção de base orgânica e o acesso da população’, e ainda que ‘tal política será gerida e executada por uma Comissão Estadual, formada por representantes do Poder Público, da sociedade civil e das entidades públicas, acadêmicas e de pesquisa.’

Concluindo, lembra ainda o Chefe do Poder Executivo que ‘a proposta se faz de suma importância tendo em vista os impactos sociais que a Bahia sofrera em decorrência da pandemia do Coronavírus, causador da COVID - 19, sendo imprescindível à Administração aprimorar políticas sociais que solidifiquem o seu compromisso com a segurança alimentar e desenvolvimento social.’

Destaque para a promoção de ‘ações indutoras da transição agroecológica da produção orgânica, de base agroecológica e do extrativismo sustentável, orientando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações nas cidades e no campo, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável de recursos naturais na perspectiva da segurança e soberania alimentar e nutricional’, como estabelece o art. 1º do projeto.

Tendo como principais alvos a agricultura familiar e camponesa, a proposta define, em seu art. 2º, III, a agroecologia como ‘ciência ou campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, fundamentada em conceitos, princípios e metodologias socioambientais, visando o desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, saberes e fazeres ancestrais, culturas populares e tradicionais, com foco na sustentabilidade e no respeito às relações de gênero e gerações, respeitando a integridade cultural das comunidades rurais, urbanas e periurbanas.’

A partir desta definição, temos os principais conceitos que norteiam o projeto, quais sejam: o desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais; articulação entre conhecimento técnico-científico, saberes e fazeres ancestrais, culturas populares e tradicionais; respeito às relações de gênero e gerações; e respeito à integridade cultural das comunidades rurais, urbanas e periurbanas.

Com uma riqueza ímpar em definições, a proposição conceitua o sistema orgânico de produção, onde se otimiza o uso dos recursos naturais, minimizando a dependência de energia não- renovável, empregando-se, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, e eliminando-se ainda o uso de organismos geneticamente modificados. Também

conceitua o extrativismo sustentável, a ser entendido como ‘o conjunto de práticas associadas ao manejo sustentado dos recursos naturais, seja de origem animal, vegetal ou mineral, em ecossistemas nativos ou modificados, orientadas pelo uso do conhecimento e práticas tradicionais e ancestrais’.

Outra definição importante, que não poderia faltar nesta análise, refere-se à segurança e soberania alimentar e nutricional, como ‘a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de boa qualidade nutricional, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e ancestral e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.’

Para a realização da Política Estadual objeto da proposição, (PEAPO), são relacionados seus principais instrumentos de gestão, destacando-se a instituição do Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica - PLEAPO e seus congêneres nos âmbitos municipal e territorial, bem como as instâncias componentes de gestão, execução e controle social, que são a Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – CEAPO e a Comissão Interinstitucional de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO.

A CEAPO tem entre suas principais atribuições as de promover e assegurar a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento da execução do Plano, devendo constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade civil organizada, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos, bem como acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do Plano. Esta Comissão será coordenada por um representante da Coordenação Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome, da estrutura da Casa Civil, e terá composição paritária, sendo: 12 representantes dos seguintes órgãos do Poder Executivo Estadual; 9 representantes de entidades da sociedade civil; 2 representantes de entidades públicas acadêmicas e de pesquisa e 1 representante de redes de escolas comunitárias do campo.

Já a CIAPO tem como principais atribuições as de elaborar o Plano e promover a articulação dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual na implementação da Política Estadual e do PLEAPO. Esta Comissão será coordenada por um representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural e terá sua composição, com representantes do Poder Público, definida em regulamento.

Trata-se, enfim, de matéria de relevante interesse público e grande alcance social, devendo receber o pleno apoio dos Parlamentares desta Casa. (...)”

Eu quero agradecer aos líderes das Maioria e Minoria e a todos os parlamentares por terem concordado nesta votação, por acordo. Agradeço aos meus pares. Espero que, durante os próximos períodos, esta Casa possa estar de portas abertas, meu amigo Caê, para que o nosso movimento social possa estar dando esta importante contribuição.

Saudações ao nosso querido companheiro Marcelino Galo que, por 12 anos, como citei anteriormente, na Comissão Mista Ambiental, prestou um grande serviço, pois abriu, nesta Casa, um grande espaço para os movimentos sociais. Este projeto, Marcelino, é um dos frutos do seu trabalho. (Lê) “(...) A proposição não recebeu

emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, cabendo ressaltar que sua apreciação nesta Sessão foi tornada possível em virtude de Acordo firmado entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria na Assembleia Legislativa para dispensa das formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023.

Deputada Neusa Cadore

Relatora”

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputada Neusa Cadore.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vamos colocar em votação o parecer. Foi lido agora o parecer ao Projeto de Lei nº 24.878/2023, do Poder Executivo.

Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas favoráveis ao parecer do Projeto de Lei nº 24.878/2023, no âmbito das comissões, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado nas comissões.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que aprovam o parecer ao Projeto de Lei nº 24.878/2023 permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado no Plenário **o Projeto de Lei nº 24.878/2023, em discussão única.**
(Palmas)

PROJETO DE LEI Nº 24.878/2023

**Institui a Política Estadual de Agroecologia e
Produção Orgânica, e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica, de base agroecológica e do extrativismo sustentável, orientando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações nas cidades e no campo, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável de recursos naturais na perspectiva da segurança e soberania alimentar e nutricional.

Parágrafo único - A PEAPO será implementada pelo Estado em regime de

cooperação com a União, Municípios, organizações populares e movimentos da sociedade civil e outras entidades privadas, além da conferência correspondente.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS ADOTADOS

Art. 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - agricultura familiar: atividade realizada por agricultores e agricultoras familiares de acordo com a definição dada pela Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual estabelece requisitos socioeconômicos e fundiários de caracterização;

II - agricultura camponesa: modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação;

III - agroecologia: ciência ou campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, fundamentada em conceitos, princípios e metodologias socioambientais, visando o desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, saberes e fazeres ancestrais, culturas populares e tradicionais, com foco na sustentabilidade e no respeito às relações de gênero e gerações, respeitando a integridade cultural das comunidades rurais, urbanas e periurbanas;

IV - produtos da sociobiodiversidade: bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de sistemas produtivos de interesse dos beneficiários da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas, saberes e fazeres, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda, segurança e soberania alimentar e nutricional, bem como melhoria de sua qualidade de vida e de seu ambiente;

V - produção de base agroecológica: processo que otimiza a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangido ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e sua regulamentação;

VI - transição agroecológica: processo gradual e multilinear de mudança de práticas de manejo de agroecossistemas tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra, água e dos outros bens naturais, incorporando conceitos, princípios, metodologias e tecnologias de base ecológica;

VII - economia solidária: forma de organizar a produção de bens e serviços, a distribuição, o consumo e o crédito, que tenha por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, em consonância com a Lei nº 12.368, de 13 de dezembro de 2011;

VIII - agrobiodiversidade: conjunto de espécies da biodiversidade vegetal, animal e microbiana utilizada pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores e agricultoras familiares, incluindo os urbanos e periurbanos, que conservam, manejam e utilizam os diferentes componentes da agrobiodiversidade; podendo ser compreendida como a parcela da biodiversidade utilizada na agricultura ou em práticas correlatas, na natureza, de forma domesticada ou semi-domesticada;

IX - certificação orgânica ou agroecológica: ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado, seja social, comunitário ou outros, dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes e de base agroecológica;

X - sistema orgânico de produção: todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, no qual emprega-se, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, eliminando o uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente;

XI - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

XII - segurança e soberania alimentar e nutricional: consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de boa qualidade nutricional, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e ancestral e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

XIII - agropecuária urbana e periurbana: conceito multidimensional que inclui atividades de produção, agroextrativismo, coleta, transformação e prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas e pecuários, incluindo animais de pequeno, médio e grande porte, voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, reaproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais, praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades;

XIV - agroecossistema: é a unidade fundamental de atuação e vivência, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são vistas e analisadas em seu conjunto;

XV - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais e artesanais;

XVI - extrativismo sustentável: conjunto de práticas associadas ao manejo sustentado dos recursos naturais, seja de origem animal, vegetal ou mineral, em ecossistemas nativos ou modificados, orientadas pelo uso do conhecimento e práticas tradicionais e ancestrais;

XVII - educação contextualizada: é uma concepção de educação, que parte da realidade dos sujeitos, das riquezas, dos limites e da problemática geral dos contextos de vida das pessoas, materializa-se dentro de uma perspectiva local e global, ao tempo que se nutre dos saberes empíricos, também trabalha com os saberes clássicos, científicos e técnicos, construídos historicamente pela humanidade, e assim, constrói conhecimentos aplicáveis à vida;

XVIII - educação do campo: concepção pedagógica e política, pautada na inclusão, sustentabilidade e bem-estar, em consonância com a realidade local, vocação socioeconômica e a diversidade das populações do campo, em vista do fortalecimento das identidades, pertencimentos, aspectos socioculturais e ambientais.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 3º - São diretrizes da PEAPO:

I - promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos, de base agroecológica e do extrativismo, isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde humana e os bens naturais;

II - valorizar a sociobiodiversidade e os produtos da agrobiodiversidade considerando as especificidades de cada bioma;

III - promover a produção, beneficiamento, consumo e comercialização de alimentos de origem animal e vegetal de base agroecológica e de base orgânica, isentos de transgênicos, fertilizantes, promotores de crescimento sintéticos e agrotóxicos;

IV - promover a construção e socialização de conhecimentos agroecológicos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, na pesquisa e extensão, assegurando a participação protagonista de agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais;

V - favorecer o empoderamento e o protagonismo da juventude no campo e na cidade e ampliar a participação da juventude rural na produção de base agroecológica e orgânica;

VI - contribuir para equidade de gênero, por meio de ações e programas que promovam a auto-organização, empoderamento e autonomia econômica e política das mulheres;

VII - reconhecer, proteger e valorizar os territórios coletivos dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais, seus mananciais e sua biodiversidade, considerando suas diferentes especificidades, contemplando sua pluralidade e singularidade étnica cultural;

VIII - valorizar as atividades extrativistas sustentáveis das comunidades tradicionais, considerando as especificidades dos diferentes biomas e dos ecossistemas do Estado;

IX - promover e ampliar o acesso a água de boa qualidade e em quantidade apropriada para consumo humano, animal e produção agroecológica, utilizando tecnologias sociais que suscitem a conservação dos mananciais, seu uso e reuso racional;

X - promover o uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente daqueles que envolvam o manejo sustentável de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas, a partir das experiências existentes;

XI - implementar mecanismos de estímulo econômico e desoneração tributária que favoreçam a produção de base orgânica e de base agroecológica e do extrativismo, assim como o acesso da população a estes produtos;

XII - fortalecer a participação e capacidade organizativa e de expressão da sociedade civil, da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais, de forma que incidam ativamente nas instâncias de formulação, gestão, execução e controle social da política;

XIII - contribuir com o enfrentamento das mudanças climáticas pela redução do uso de insumos baseados em combustíveis fósseis;

XIV - estimular circuitos curtos de comercialização e contribuir para o aumento da biodiversidade e biomassa nos sistemas produtivos;

XV - promover a educação contextualizada como elemento fortalecedor do enfoque agroecológico no campo e na cidade;

XVI - priorizar os(as) agricultores(as) familiares que promovem a conservação da água na concessão de incentivos e mecanismos de estímulos do Estado;

XVII - realizar ações complementares, no âmbito desta Lei, em apoio à reforma agrária, para discriminação, regularização, demarcação e distribuição das terras públicas do Estado e para terras das comunidades de povos tradicionais.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

Art. 4º - São instrumentos da PEAPO:

I - o Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica - PLEAPO e seus congêneres nos âmbitos municipal e territorial;

II - o ensino, pesquisa, extensão, inovação científica e tecnológica;

III - a Assistência Técnica e Extensão Rural;

IV - as compras públicas;

V - o Plano Safra da agricultura familiar e reforma agrária;

VI - os mecanismos de certificação participativa;

VII - os Fundos Estaduais, as ações de fomento, as linhas de crédito e financiamento, os subsídios e outras fontes;

VIII - as medidas fiscais, tributárias, sanitárias e ambientais diferenciadas;

IX - os mecanismos de regulação e compensação de preços agropecuários e extrativistas nas aquisições ou subvenções;

X - o monitoramento de resíduos químicos, agrotóxicos e fertilizantes sintéticos em água, alimentos, seres humanos, animais, solo e demais compartimentos ambientais;

XI - indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas e de qualidade de vida;

XII - a promoção do acesso à alimentação saudável, em especial às populações vulneráveis em situação de insegurança alimentar;

XIII - os estabelecimentos de educação do campo, quilombola, indígena, Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais, Centros Territoriais de Educação Profissional e Tecnológica, dentre outros;

XIV - currículos contextualizados na educação pública nos diversos níveis e modalidades, bem como oferta de cursos técnicos de nível médio e superior de agroecologia no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

CAPÍTULO V

DO PLANO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E DE PRODUÇÃO ORGÂNICA

Art. 5º - O PLEAPO terá como conteúdo os seguintes elementos:

I - objetivo;

II - diagnóstico;

III - estratégias;

IV - programas, projetos e ações;

V - indicadores, metas, orçamentos, prazos e responsáveis;

VI - modelo de gestão, monitoramento e avaliação.

§ 1º - O PLEAPO será implementado por meio das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades que dele participem com programas e ações e deverá ser incorporado ao Plano Plurianual do Estado - PPA.

§ 2º - O PLEAPO terá intersectorialidade e complementariedade e será desenvolvido em harmonia com os Planos Estaduais que mantêm interface com esta Política.

Art. 6º - Para atingir a finalidade e as diretrizes desta Lei, cabe ao Estado:

I - criar linhas de crédito especial, inclusive com subsídios, para a produção de base agroecológica, de base orgânica e para o extrativismo sustentável;

II - estabelecer convênios, contratos, termos de fomento e termos de cooperação com entidades de assistência técnica e extensão rural, instituições de pesquisa, centros de ensino, institutos e universidades públicas, cooperativas, associações e organizações da sociedade civil;

III - conceder tratamento tributário, sanitário e ambiental diferenciado e favorecido para produtos, tecnologias e equipamentos apropriados para a produção de base agroecológica e de base orgânica;

IV - financiar, por meio de editais públicos, projetos de agroecologia e de produção orgânica para organizações não governamentais, cooperativas e associações, bem como para empreendimentos de economia solidária e redes;

V - apoiar e articular estruturas e mecanismos que facilitem a comercialização e consumo de produtos de base agroecológica;

VI - estabelecer, para o produto agroecológico e orgânico, critério de preferência nas compras governamentais;

VII - fomentar e apoiar processos formativos e educativos, existentes ou em criação, para disseminação do conhecimento agroecológico;

VIII - proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica, priorizando a juventude, os idosos, as mulheres e os povos e comunidades tradicionais;

IX - destinar recursos financeiros específicos para implementação das ações contidas no PLEAPO;

X - conceder incentivos nas áreas que promovem os sistemas de produção agrícola e extrativismo sustentável de base agroecológica dos povos e comunidades tradicionais e dos agricultores e agricultoras familiares;

XI - captar recursos em fontes internacionais e nacionais através de empréstimos, doações e outros mecanismos;

XII - promover ATER agroecológica através de chamadas públicas ou diretamente pelas instituições governamentais;

XIII - conceder estímulos aos municípios dispostos a implementar as diretrizes desta Política Estadual de Agroecologia.

Art. 7º - Será criado um sistema participativo de certificação de produtos de base agroecológica, cujo selo será destinado exclusivamente ao público da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a ser regulamentado pelo Poder Executivo Estadual.

CAPÍTULO VI

DA INSTÂNCIA DE GESTÃO

Art. 8º - São instâncias e componentes de gestão, execução e controle social da PEAPO:

I - Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - CEAPO;

II - Comissão Interinstitucional de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO.

Parágrafo único - Os territórios de identidade serão considerados em suas especificidades para fins de efetivação da PEAPO.

Art. 9º - Compete à CEAPO:

I - promover e assegurar a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento da execução do PLEAPO;

II - constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade civil organizada, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito do PEAPO;

III - propor os eixos, estratégias, metas e prioridades do PLEAPO ao Poder Executivo Estadual;

IV - acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLEAPO e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos;

V - promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual, territorial e municipal, para a implementação da PEAPO e do PLEAPO.

Art. 10 - A CEAPO será coordenada por um representante da Coordenação Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome, da estrutura da Casa Civil, e terá composição paritária, sendo:

I - 12 (doze) representantes dos seguintes órgãos do Poder Executivo Estadual;

II - 09 (nove) representantes de entidades da sociedade civil;

III - 02 (dois) representantes de entidades públicas acadêmicas e de pesquisa;

IV - 01 (um) representante de redes de escolas comunitárias do campo.

§ 1º - Cada membro titular da CEAPO terá um suplente.

§ 2º - A forma de escolha dos representantes da sociedade civil, de redes de escolas comunitárias do campo, e das entidades públicas acadêmicas e de pesquisa, bem como demais disposições acerca de seu funcionamento serão definidas em regulamento.

§ 3º - A Casa Civil exercerá a função de Secretaria Executiva da CEAPO e providenciará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

§ 4º - Poderão participar das reuniões da CEAPO, a convite de sua coordenação, especialistas representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exercem atividades relacionadas à agroecologia e à produção orgânica.

Art. 11 - Compete à CIAPO:

I - elaborar o PLEAPO, observando o quanto disposto no inciso I do art. 9º desta Lei;

II - promover a articulação dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual na implementação da PEAPO e do PLEAPO;

III - apresentar relatórios e informações à CEAPO para o acompanhamento e monitoramento da PLEAPO.

Art. 12 - A CIAPO será coordenada por um representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, e será composta por representantes do Poder Público cujas competências e atribuições sejam afins ao quanto disposto no art. 1º desta Lei.

§ 1º - A CIAPO terá sua composição e funcionamento definidos em regulamento.

§ 2º - Os membros da CIAPO serão indicados pelos titulares dos órgãos ou entidades de que trata o *caput* deste artigo, e nomeados em ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º - Poderão participar das reuniões da CIAPO, a convite de sua coordenação, especialistas, representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exercem atividades à agroecologia e produção orgânica.

§ 4º - A SDR exercerá a função de Secretaria Executiva da CIAPO e providenciará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Art. 13 - A participação dos representantes na CEAPO e na CIAPO será considerada de relevante interesse público e não enseja remuneração.

CAPÍTULO VII

DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 14 - Poderão constituir fontes de financiamento da PEAPO:

- I - recursos do Tesouro do Estado;
- II - recursos oriundos de outros entes da Federação;
- III - recursos de fundações, empresas públicas e privadas, instituições financeiras, organismos multilaterais e organizações não governamentais;
- IV - recursos oriundos de operações de crédito;
- V - recursos dos Fundos Estaduais;
- VI - recursos provenientes de infrações ambientais.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu chamo a atenção, rapidamente, para o próximo projeto.

Eu convido os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que estão nos seus gabinetes a comparecer ao Plenário, porque a votação será secreta e nominal. Por favor, se dirijam ao Plenário, pois estaremos aqui, naturalmente, precisando de todos os deputados e de todas as deputadas, porque são 32 votos para validar o projeto.

Questão de ordem, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não havendo questão de ordem, então, vamos ao próximo projeto.

Há o Ofício nº 3.171/2023, de autoria do Poder Executivo, que comunica, a esta Casa, a escolha do auditor Ronaldo Nascimento de Sant'Anna para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

O candidato já foi apreciado no âmbito da CCJ. Agora, em votação. Então, em votação.

Eu solicito à equipe técnica que proceda à tecnologia necessária para votarmos, de forma secreta e individualizada, no Plenário, a indicação do próximo conselheiro para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. O candidato é o Sr. Ronaldo Nascimento de Sant'Anna.

Só para esclarecer: no painel, estarão as palavras “sim” e “não”. Quanto aos votos favoráveis, os deputados vão clicar no “sim”. O voto “sim” para que a gente possa alcançar o quórum necessário e o número de votos para aprovar o nosso conselheiro. Correto?

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Esclarecimento do nobre deputado e líder da Maioria, para encaminhar a votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vou encaminhar.

Presidente, eu queria, primeiro, conclamar todos os deputados e todas as deputadas para se fazerem presentes no Plenário. Esta é uma votação que nós temos de votar no painel e de forma secreta. Há a necessidade de 32 votos favoráveis.

Eu queria orientar, aqui, o voto à nossa bancada. Indico votar favoravelmente na indicação da Comissão de Constituição e Justiça e pela aprovação do relatório da Comissão de Constituição e Justiça, por indicação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. O voto é pela indicação do Dr. Ronaldo. Assim, Srs. Deputados, ao votar favorável, o candidato se tornará o novo conselheiro daquela casa de contas do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Líder Alan Sanches, por favor, para encaminhar o voto.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu acho que, depois de quase 1 mês, o auditor Ronaldo, futuro conselheiro, se apresentou às bancadas. Ele foi sabatinado nesta Casa, mostrou seu notório saber no serviço público no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

À nossa bancada, indico, também, fazer a votação pelo “sim”, ou seja, pela aprovação do novo conselheiro, Sr. Ronaldo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado. O painel será zerado.

O voto será secreto.

Vai aparecer só a marcaçãozinha lá, o item lá.

O Sr. Vitor Bonfim: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, com a palavra, para uma questão de ordem, o nobre deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, só para reforçar o pedido dos nossos líderes. É importante as presenças dos Srs. Deputados no Plenário desta Casa Legislativa para podermos proceder à votação nominal e secreta. Serão necessários 32 votos “sim”.

Solicito à assessoria técnica, Sr. Presidente, proceder ao início da votação.

Solicito a V. Ex.^a zerar o painel e fixar o tempo de até 25 minutos para que os deputados, presentes nas dependências desta Casa, possam vir ao Plenário para realizar esta votação.

Entendo ser de suma importância a gente realizar esta votação na tarde de hoje. Eu tive a oportunidade de ser o relator da indicação do conselheiro Ronaldo Sant’Anna, no âmbito da nossa Comissão de Constituição e Justiça, quando foi realizada a sua sabatina...

O Sr. Samuel Junior: Vamos votar, presidente.

O Sr. Vitor Bonfim: (...) com extrema experiência e preenchendo todos os requisitos condicionais para esta indicação.

O painel já se encontra aberto. Os deputados que já estão aqui poderão iniciar o processo de votação.

Srs. Deputados, o painel já se encontra liberado para o início do processo de votação da indicação do conselheiro Ronaldo Sant'Anna.

Aqueles que forem pela aprovação, deputado Hilton Coelho, votem "sim", conforme a indicação dos líderes das Maioria e Minoria. (Pausa)

(Procede-se à votação secreta.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Parabenizar as lideranças dos movimentos sociais da agroecologia presentes aqui. Parabéns. Parabéns à deputada Neusa Cadore e ao deputado Marcelino Galo.

O Sr. Luciano Simões Filho: Sr. Presidente, Sr. Presidente. Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho: Estamos votando, agora, o nome para a vaga de membro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. O nome indicado é Ronaldo Sant'Anna, que é auditor de carreira.

Mas eu gostaria de fazer uma fala importante. Esta é a vaga do ex-conselheiro e Dr. José Alfredo. Aqui, cabe um esclarecimento, aliás, não só um esclarecimento, mas, também, uma homenagem desta Assembleia Legislativa.

Ele, o conselheiro José Alfredo Rocha Dias, foi um dos grandes conselheiros daquele Tribunal de Contas os Municípios do Estado da Bahia, de todos os tempos. Zé Alfredo é muito humano com os ex-gestores, com os prefeitos, com os ex-presidentes das câmaras e com os atuais presidentes das câmaras municipais.

Na sessão da CCJ, eu tive a oportunidade de falar sobre isso para o Sr. Ronaldo. Espero que ele dê sequência a essa postura humana do ex-conselheiro Zé Alfredo, que é muito importante para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Cabe este registro.

O Sr. Júnior Muniz: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Júnior Muniz.

O Sr. Júnior Muniz: Venho, também, registrar o voto. O nome do indicado é auditor e técnico do Tribunal de Contas dos Municípios. Ele, Ronaldo Sant'Anna, o futuro conselheiro, tem experiência naquele tribunal.

Então a nossa bancada, liderada pelo nosso líder Rosemberg, pelo nosso líder da confederação, Robinson, e pela líder do PT, Fátima, vamos votar "sim" em Ronaldo Sant'Anna para conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Para mim, hoje é um uma data de grande relevância para o estado da Bahia, pois este é o momento em que esta Assembleia está elegendo o primeiro conselheiro negro para aquela corte.

Eu visitei o Tribunal de Contas dos Municípios algumas vezes em solenidade e, não só a composição atual da corte, mas as fotografias de ex-conselheiros e presidentes demonstravam a ocupação daquele espaço por homens brancos. E, agora, um auditor fiscal de carreira, com uma trajetória ilibada no serviço público, com os seus méritos de ter passado em concurso e de ter estudado, é o indicado pelo governador e aprovado por esta Casa para ser o próximo conselheiro.

Então a Bahia, hoje, faz justiça, faz uma reparação, coloca o nosso povo representado, diversifica essa corte. Que Ronaldo possa ser o primeiro de muitos e muitos conselheiros negros que habitem as cortes e os espaços de poder deste país.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Estamos em regime de votação. Eu convido os colegas deputados e deputadas para que compareçam.

O Sr. Júnior Nascimento: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o nosso deputado Euclides Fernandes, a companheira Fátima Nunes, também Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Marcinho Oliveira.

O Sr. Luciano Araújo: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Neusa Cadore, Pablo Roberto, Patrick Lopes, Sandro Régis e Tiago Correia, para que possamos fechar o nosso painel com todas essas presenças.

O Sr. Luciano Araújo: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Questão de ordem, nobre deputado.

O Sr. Luciano Araújo: Sr. Presidente, falando aqui em nome do Bloco Parlamentar Solidariedade/PL, quero parabenizar o Dr. Ronaldo e dizer que o nosso bloco votou “sim” em prol do conselheiro Ronaldo. Obrigado.

O Sr. Júnior Nascimento: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado Júnior.

O Sr. Júnior Nascimento: Os deputados que nos antecederam já falaram da relevância da aprovação por esta Casa – hoje, sim, seguindo o rito que determina a nossa legislação –, corrigindo a lambança do governo de ter feito uma nomeação sem antes passar por esta Casa. Então tenham certeza de que, assim como fizemos na Comissão de Constituição e Justiça, em redação, esta bancada opositora votará favoravelmente, porque temos conhecimento do currículo invejável de Ronaldo Sant’Anna, que muito irá contribuir para o Tribunal de Contas dos Municípios. Então desejo...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado!

O Sr. Júnior Nascimento: (...) sucesso, desejo sorte, na certeza de que será aprovado por unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Júnior.

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu quero convidar o deputado Euclides Fernandes, para que venha votar. Também a deputada Fátima Nunes, a deputada Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Marcinho Oliveira, Neusa

Cadore, que deve estar recebendo os cumprimentos dos movimentos sociais, mas logo, logo, ela... Adentre, por favor, deputada! Pablo Roberto, Sandro Régis e Tiago Correia.

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, nobre deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Com muita satisfação, eu quero dizer a todos os colegas e às pessoas aqui presentes, que eu dei o voto “sim” para o amigo Ronaldo pela sua capacidade, pelo seu currículo, pela sua experiência, não pela sua cor ou pela sua opção sexual. Eu o escolhi pelo currículo, porque esse negócio de ser negro ou ser branco, para mim, não existe diferença. Existe um ser humano, independentemente de cor, de raça, se é pardo, se é loiro, se é branco, se é gazo, se é moreno, eu acho que nós temos de respeitar o ser humano. Eu sou contra. Eu sou pardo, sou branco, sou preto, sou o que você quiser. Agora, eu sou contra o separatismo! Valeu.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu continuo solicitando as presenças porque nós estamos em regime de votação.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São 25 minutos, e eu quero convidar para que o deputado não receba falta. Ao receber a falta, isso vai para a sua súmula, ele tem o ponto cortado e vai perder parte do salário, então compareçam. Euclides Fernandes, por favor, Ivana Bastos, Jordavio, José de Arimateia, Marcinho Oliveira, Pablo Roberto e Tiago Correia, por favor.

Agora, questão de ordem da deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, eu quero aqui declarar o voto, não só meu, mas, certamente, de toda a nossa bancada do PCdoB, no conselheiro Ronaldo. Quero desejar-lhe uma profícua jornada no Tribunal de Contas dos Municípios.

Quero também destacar que, para nós, a competência e a capacidade são critérios fundamentais de ocupação do espaço. E é critério também, no nosso caso aqui, que entendemos o quanto o racismo desigual a sociedade brasileira, deputado Robinson, o quanto é importante, sim, esta Casa apoiar conselheiros, votar e aprovar nomes de pessoas negras para assumir esse conselho. Então é fundamental que a questão da luta antirracista não seja compreendida apenas por pessoas negras, mas pelo conjunto deste Parlamento de 63 deputados e deputadas.

Então parabéns a essa maioria que se declara favorável à aprovação do nome do conselheiro.

Obrigada.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, queria endossar as palavras do meu colega Robinho. Foram perfeitas, não é? Porque o voto para o conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios foi pela análise do seu currículo técnico, foi um voto consciente. E dizer, presidente, que esse discurso de cor de pele é um discurso separatista. O que está em jogo não é isso, o que está em jogo é competência técnica. É claro que a gente quer ver negros, brancos e índios, todos compartilhando de um mesmo espaço, tendo

as mesmas oportunidades. Mas esse tipo de discurso é um discurso que a esquerda, frequentemente, utiliza para dividir a sociedade, se prevalecendo de movimentos que estão ali e dando as costas para vocês. Inclusive, está votando contra vocês aqui e vocês estão aí, de braços dados. Eles se utilizam desses movimentos como massa de manobra para fazer politicagem.

Então o voto foi pelo critério técnico. Queremos igualdade e não supremacia de raça, porque, se o discurso é para igualar a sociedade, não queremos uma raça superior à outra.

Muito obrigado, presidente.

(As galerias se manifestam com vaias.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

A nobre deputada Fabíola Mansur. A deputada Fabíola Mansur será a última e vou entrar...

(As galerias se manifestam.)

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente...

O Sr. Paulo Rangel: Presidente! Presidente! Isso não é questão de ordem!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, causa muito espanto...

O Sr. Paulo Rangel: Isso não é questão de ordem, presidente!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) causa muito espanto, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel: Presidente...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, vamos garantir a minha fala...

O Sr. Paulo Rangel: Presidente! Presidente, V. Ex.^a...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu estou inscrita para falar, não sei quem é que está interrompendo...

O Sr. Paulo Rangel: Não é questão de ordem, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, atenção...

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Paulo Rangel: Presidente... Presidente! Presidente, V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma, nobres deputados. Queridos deputados e deputadas, calma.

O Sr. Paulo Rangel: Presidente! Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma! Eu vou cortar o som...

O Sr. Paulo Rangel: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu vou cortar o som!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, questão de ordem.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Não, Diego! Eu estou inscrita...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Corta o som do Plenário. Corta o som do Plenário...

(As galerias se manifestam.)

Corta o som do Plenário. Vou entrar... Corta o som do Plenário.

Euclides Fernandes não se encontra; Ivana Bastos já votou. Votou? Muito bem. Jordavio está?

O Sr. Luciano Simões Filho (fora do microfone): Estou ligando para Jordavio aqui. Estou ligando para Jordavio e Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu estou checando o nobre colega Jordavio e o nobre colega Tiago para a votação. Pronto!

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): E Pablo, Pablo Roberto?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Fui informado agora que os nobres colegas deputados que ainda não deram presença se ausentaram transitoriamente. Eles vão justificar sua falta e por isso vou passar agora...

Encerrada a votação. Eu solicito ao Plenário, ou melhor, à parte técnica, que nos informe o resultado da votação para a indicação do Sr. Ronaldo Nascimento de Sant'Anna para membro do Tribunal de Contas dos Municípios. Primeiro, a votação.

Atenção! Anunciando o resultado: foram 53 votos "sim".

Aprovado o novo conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. **(Ofício nº 3.171/2023, publicado no DOEL em 28/04/2023)**

De todos os votos presentes, não houve nenhum voto contrário. Isso é muito importante. (Palmas)

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Aqui, olhe o conselheiro aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, questão de ordem. Depois vou cumprimentá-lo aqui.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, saudar o novo conselheiro do TCM, o nobre colega Ronaldo Sant'Anna. (Palmas) Quero dizer que ter um funcionário de carreira que tem uma história, certamente, é muito importante, conselheiro Ronaldo, mas é igualmente importante, na história do TCM, nós termos mulheres e negros fazendo parte desse coletivo. Não dá para aceitarmos – e é lamentável – discursos machistas e racistas com o falso, o pseudo-objetivo de meritocracia....

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Não! Não! Não, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não é uma questão de ordem.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: É uma questão de ordem! É uma questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedi, eu dei o tempo necessário...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Não! Mas, Sr. Presidente, eu tenho 4 minutos para falar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma. Eu dei o tempo necessário para esclarecer...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, nós não vamos... Sr. Presidente, é importante que nós, num governo progressista como é o governo Jerônimo, nós temos de marcar a posição desta Casa em defesa de candidaturas como a do conselheiro Ronaldo. Não podemos aceitar, em função de performance...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, nobre deputada!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Eu estou tentando concluir, com vossa vênha.

Deputado presidente, nós não podemos aceitar, por conta de questões eleitorais e performáticas, discursos racistas nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Esse debate... Pois não.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Racistas não passarão!

Conselheiro Ronaldo, parabéns! O senhor vai fazer história no TCM, não apenas pela competência, mas por ser o primeiro homem negro à frente daquele TCM, assim como Aline é a conselheira mulher.

Então está de parabéns esta Assembleia e está de parabéns o nobre conselheiro. Mas nós temos, sim, de defender, não apenas competências, mas igualdade de raça, gênero e orientação sexual. E isso precisa ser dito aqui!

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Requerimento chega à Mesa...

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, eu não vou aceitar algo inadmissível que aconteceu aqui! Por conta...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Chegou à Mesa o requerimento...

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) de um descontentamento...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção! Corta o som! Corta o som do Plenário. Corta o som do Plenário...

V. Ex.^a já falou.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Dr. Diego Castro (fora do microfone): É criminoso! Isso é criminoso!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (Lê) “*REQUERIMENTO*”

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023.”

Os deputados e deputadas que queiram prorrogar a sessão permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado. Prorrogada a sessão.

Próximo projeto: Projeto de Lei nº 24.877/2023, do Poder Executivo, que (lê) “*altera a estrutura remuneratória dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Técnico-Administrativo, Técnico-Específico, Serviços de Apoio Técnico- Administrativo da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Obras Públicas e Fiscalização e Regulação, dos cargos das carreiras de Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil, da carreira do Magistério Público das Universidades Estaduais e dos cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.*”

Convido o nobre deputado Angelo Coronel Filho para relatar esse projeto.

O Sr. Nelson Leal: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem o nobre deputado Nelson Leal.

O Sr. Nelson Leal: Presidente, é rápido. Eu queria parabenizar o conselheiro Ronaldo Sant'Anna. Hoje é um dia histórico aqui. Pela primeira vez, nós tivemos todos os votos "sim". E, além disso, eu quero registrar a presença do conselheiro Nelson Pellegrino, (palmas) que já teve a honra de ter sido nosso colega aqui, como deputado estadual. É uma satisfação enorme para esta Casa receber, também, a presença do conselheiro Nelson Pellegrino.

Era essa a minha a minha fala, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Feliz registro do nobre deputado Nelson Leal! Seja bem-vindo, querido Nelson Pellegrino.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o Sr. Relator para proferir a leitura.

O Sr. ANGELO CORONEL FILHO: Boa tarde, nobres colegas. Boa tarde, presidente.

Vou ler aqui. (Lê) “ *PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.877/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a estrutura remuneratória dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Técnico-Administrativo, Técnico-Específico, Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Obras Públicas e Fiscalização e Regulação, dos cargos das carreiras de Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil, da carreira do Magistério Público das Universidades Estaduais e dos cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.’

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, ‘tem como objetivo alterar a estrutura remuneratória dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Técnico-Administrativo, Técnico-Específico, Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Obras Públicas e Fiscalização e Regulação, dos cargos das carreiras de Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil, da carreira do Magistério Público das Universidades Estaduais e dos cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, bem como modifica o quadro de cargos dos Grupos Ocupacionais Técnico Administrativo e Técnico Específico, e das carreiras de Analista Universitário, Técnico Universitário, Professor Universitário, Professor do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, além de majorar os valores do Prêmio por Desempenho Policial – PDP’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, na qual informa ainda que as alterações propostas produzirão

um acréscimo na despesa de pessoal, para o exercício de 2023 no valor estimado de R\$210.001.008,00 e, para os exercícios de 2024 e 2025, o valor estimado de R\$315.604.554,00, cada, ressaltando, por fim, que ‘o Estado, ao elaborar os estudos para estas alterações das estruturas remuneratórias, considerou a necessidade de manter o equilíbrio fiscal e a solidez das contas públicas.’

O projeto traz em seus diversos anexos as tabelas especificando os vencimentos e as gratificações das diversas carreiras alcançadas pela proposta, bem como os quantitativos de cargos dos grupos ocupacionais em que houve modificação.

Trata-se, assim, de mais uma medida de inquestionável interesse público, na medida em que vem promover a revisão da estrutura remuneratória das carreiras acima indicadas.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Hilton Coelho, propondo a revogação da Lei nº 13.956, de 16 de maio de 2018, que estabelece carga horária de 40 horas semanais para os servidores que ingressem nas carreiras de Auditor Fiscal e Agente de Tributos Estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda a partir de 16 de maio de 2018, data da promulgação da referida Lei. Opino pela rejeição, em virtude da inconstitucionalidade da proposta, uma vez que a revogação pretendida se imiscui em competência privativa do Governador do Estado, tendo em vista que incide sobre a organização administrativa da máquina pública,

implicando ainda em aumento de despesas, uma vez que será necessária a nomeação de mais servidores para cumprimento das atribuições do Fisco, contrariando, portanto, o disposto no inciso VII do art. 77, e incidindo, consequentemente, no inciso I do art. 78, ambos da Constituição Estadual. Ante o exposto e considerando que a proposição se encontra em conformidade com as disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões 16 de maio de 2023.”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Angelo Coronel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para discussão, no âmbito das comissões, há aqui o primeiro inscrito...

Não há inscritos no âmbito das comissões. Em votação, no âmbito das comissões.

As Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado no âmbito das comissões.

Em discussão, no âmbito do Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Robinho, para discutir o projeto pelo tempo regimental.

O Sr. ROBINHO: Estou voltando ao assunto da discussão que trata de vários projetos de lei do governo do estado, que visam à remuneração salarial do servidor

público. Dentre vários projetos, existe aqui um que tem um cunho importante para o estado da Bahia, com relação à segurança pública. Porque o que a gente ouve no cenário nacional é a questão da segurança pública do estado da Bahia. É uma coisa que é muito importante para a vida de todos nós, para a tranquilidade de todas as pessoas, então um dos primeiros atos que o governo vem fazendo é dar atenção especial à questão da segurança pública. E aí, o governo tomou ações que a gente entende e torce para que possam ter um resultado positivo, para que possam minimizar o problema da insegurança das pessoas como um todo.

A presente proposição (lê) “(...) visa promover modificações na estrutura organizacional da Polícia Militar da Bahia - PMBA ajustando a sua estrutura à atual realidade operacional e administrativa, de modo a atender à crescente demanda de suas atribuições constitucionais”.

Altera a estrutura da Polícia Militar com novos cargos, inclusive, uma das ações que o governo propõe é a criação de 167 novos cargos, sendo que a estrutura da polícia na Bahia é de 44.767 funcionários que prestam serviço ao povo baiano. Isso significa que, para cada 372 cidadãos, nós temos 1 agente. Então o governo vem aumentando o número de agentes para minimizar o problema da insegurança do cidadão.

Uma coisa muito importante que o governo também vem fazendo, que esse projeto de lei faz, é a questão do art. 64, onde se lê que ficam criadas, na estrutura da Polícia Militar da Bahia, as seguintes unidades: o Primeiro Comando da Polícia na Região do Recôncavo e também o Comando da Polícia na Região Extremo Sul. E aí, eu quero agradecer ao governo porque o Extremo Sul tinha uma área muito vasta, muito grande. E, nessa região de Teixeira de Freitas, haverá um comando que vai diminuir o tamanho da área de atuação, e eu imagino que isso facilita a vida de quem vai comandar a segurança daquela região.

Teixeira de Freitas é uma das cidades que mais tem crescido no estado da Bahia e tem um nível de insegurança muito grande. Então eu imagino que isso vai ser importante para o povo daquela região, bem como os outros comandos que o estado vem criando, e que vai criar, na proposta da lei. Eu acredito que isso vai ser de suma importância para a questão da nossa segurança. E a questão dos cargos, que está crescendo, eu espero que seja também importante para a segurança do nosso povo e da nossa gente.

Agora, uma coisa que eu entendo que o governo tem de analisar com carinho – e eu quero pedir isso ao governador – é sobre a ideia de que o estado da Bahia é quem tem feito o melhor com relação à melhoria salarial, como o próprio líder do Governo falou aqui. Houve um equívoco do colega, do líder do Governo, porque, se ele pegar o relatório de vários estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, o colega líder do Governo vai ver que esses estados têm uma proposta muito superior à do governo da Bahia.

E eu quero chamar a atenção dos colegas deputados sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) do governo, no ano passado. O comprometimento salarial... Eures, que foi prefeito e que, já estou sabendo, está trabalhando para administrar uma grande cidade na região de Barreiras – espero que a cidade seja contemplada com a sua experiência, com a sua capacidade desenvolvida na Lapa –, você sabe, Eures, que os

municípios têm um teto de comprometimento salarial. A Bahia finalizou o ano passado com 43% da sua receita líquida comprometida com salários, então tem uma gordurinha para se queimar, para valorizar o funcionário público.

Eu quero dizer a vocês que o governo da Bahia terminou o ano passado com 43% da sua receita comprometida com salários. Poucos estados no Brasil têm um comprometimento tão pequeno, então não é dificuldade. A gente aqui não quer criar dificuldade para o governo quando se propõe o aumento salarial que nós, da Minoria, através do nosso líder Alan Sanches, fizemos a proposta. Não é uma emenda, porque, de acordo com o que o relator colocou aqui, não é competência do deputado fazer emenda nesse projeto, porque o legislador não tem competência para isso. Mas nós podemos fazer o que estamos fazendo, mostrando para o governo que as despesas com funcionários, no ano passado, foram muito, muito aquém da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então pode-se fazer uma valorização do funcionário público com um salário com, no mínimo, a correção da inflação. A proposta nossa é o discurso do governo. O discurso do governo sempre foi: “reajustes acima da inflação”, esse sempre foi o discurso do governo, e nós queremos que o discurso vá para a prática. Então a proposta nossa, a indicação nossa era de que esse aumento chegasse a 9%, assim como foi proposto o aumento de 9% para algum segmento da polícia, a gente quer propor que se generalize para todo servidor público.

Estou aqui repetindo a realidade financeira do nosso estado, porque, às vezes, o estado já está com o comprometimento na folha de pagamento ultrapassando o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é o caso do estado da Bahia! Deixando bem claro isso aqui, frisando que o estado finalizou o ano passado com 43% de comprometimento com o funcionalismo. Então o governador tem um discurso muito humilde, tem um discurso voltado para as classes menos favorecidas, e eu entendo que nós podemos dar uma ajuda maior, baseado em que estamos longe do teto de gastos.

Eu vejo a preocupação do governo com relação à fome, tanto que lançou-se o programa do governo aqui, para diminuir a fome na Bahia. A Bahia que, com 17 anos de governo aí, o governador vem com uma proposta pregando fome. Após 17 anos de governo! Não conseguiram diminuir a questão alimentar do povo baiano. Mas se continuar da forma que está, a remuneração não chega à inflação, aí, o funcionário público só vai tendo perdas e mais perdas. Daqui a pouco, o governo do estado vai ter de dar cesta básica para o servidor público.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Porque o Planserv já não está atendendo mais o servidor público. Eu quero que vocês, servidores públicos, façam um relatório porque quem vive o problema de vocês são vocês mesmos. Façam um relatório, tragam para o nosso líder, o líder do Governo, para saber como está o Planserv, que é aquele plano de saúde que atende vocês no problema de saúde. Para que o governo... O governo fala que investiu R\$ 63 milhões no Planserv e, ao mesmo tempo, o governo pega o Planserv e entrega para a Hapvida, uma empresa que, no mês de fevereiro, teve um prejuízo nas bolsas de valores de R\$ 33 bilhões.

Então não é uma coisa de politicagem, eu não estou aqui fazendo politicagem. Eu fui prefeito e sempre cuidei da gestão pública com muita responsabilidade. Minha esposa está como prefeita, tem cuidado do funcionário público com muito respeito, e é o que nós queremos aqui, nesta Casa.

Nós queremos aqui... Porque o que nós estamos falando não é uma coisa abusiva, se o estado estivesse com dificuldade financeira, eu até ponderaria no questionamento, mas o estado da Bahia... Isso não são números exatos, isso é o que a gente ouve aqui, nos corredores da Assembleia, de pessoas ligadas ao governo, que o governo fechou o ano com mais de R\$ 10 bilhões em caixa, depois de um ano eleitoral, depois de muita fartura com obras no interior da Bahia, depois de tudo isso. E eu acho isso maravilhoso porque ajudou os prefeitos, ajudou os municípios e, ainda assim, fechou o caixa e passou o governo para o atual governador com mais de R\$ 10 bilhões em caixa.

Então, não era o momento de criar um arrocho na remuneração do servidor público. Nós não estamos falando de um aumento exorbitante, a inflação do período é algo próximo de 6 %. Eu vou repetir de novo, porque eu quero que o servidor público, na hora de se sentar para conversar com a liderança do Governo... porque o governo fala de discussão salarial.

Nós estávamos reunidos, a liderança da Minoria, o nosso líder Alan, com a liderança da Maioria, o Sr. Rosemberg Pinto, e fizemos alguns questionamentos com relação à situação do professor aposentado e do professor que está em sala de aula. O que o nosso colega passou para gente é que tudo com relação ao professor foi acordado com a APLB na pessoa do presidente, o professor Rui.

Aí matou a discussão. Não foi isso, Penalva, que o nosso colega falou com a gente? Ele falou: “Olha, foi discutido, sim, foi discutido”. Eu tenho recebido muitas mensagens de WhatsApp de professores, principalmente de professores aposentados, falando que o deputado pode, sim, quando tem coragem.

Eu quero, para aquelas pessoas que às vezes não têm curiosidade, não têm vontade de conhecer como funciona o Regimento Interno da Casa... Aqui é uma casa democrática, em que prevalece a maioria, nós temos ali de 20 a 21 deputados que sobreviveram ao pós-eleição. Não é isso, não são 20 que sobreviveram? Elegeram-se 30, 30 e poucos, mas só sobreviveram 20.

Mas nós estamos aqui questionando, nós estamos aqui mostrando ao governo que isso não vai trazer prejuízo para o servidor, porque a coisa mais importante para o trabalhador, para o servidor público, é quando ele é respeitado, é quando ele é valorizado.

Agora, eu pergunto, lá no sentimento, no seu interior, colegas deputados, Fabrício Falcão, você do PCdoB, o que é que você pensa? Não me responde, não, fala lá para o seu coração: o que você pensa quando um governo que disse que gosta de gente, que quer cuidar de gente, fala de uma remuneração de 4%? É uma pergunta...

(As galerias se manifestam com palmas.)

Não estou aqui jogando para a galera, não sou da linha que tenho votação para o servidor público, mas a circulação financeira, ela gira.

Quando o trabalhador recebe um pouco mais, ele gasta um pouco mais porque o trabalhador não pega o dinheiro dele e bota em poupança, ele não bota em investimento.

Não, o dinheiro do trabalhador é para o consumo diário, o consumo mensal, para as suas despesas. É uma circulação financeira.

A gente queria propor à liderança do Governo que tirasse o projeto de pauta – ainda faltam 3 minutos, Júnior –, fizesse uma comissão e convidasse vocês para se sentar com o governo, certo?...

Participantes das galerias: Tira! Tira! Tira!

O Sr. ROBINHO: (...) para se sentar com o governo... Eu queria falar para você, Rosenberg, deixa um pouquinho o WhatsApp aí, vamos aqui, Rosenberg, conversar com o governador e ouvir o servidor público. Melhora um pouco para eles, 4% está muito abaixo da inflação do período.

O discurso do nosso governador, eu não votei nele, mas é o nosso governador, é cuidar de gente, é respeitar a gente. Eu acho que os colegas aqui, da Base do Governo, com certeza, entendem, no seu interior sabem, que 4% é muito pouco, é muito pouco.

Olha as propostas que os governantes dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo têm feito para seus servidores públicos. A Bahia é um estado governado pelo PT há 17 anos, o governo devia valorizar o eleitor baiano que prestigiou esse grupo por 17 anos, elegendo-o, reelegendo-o e mantendo essa ideologia política no governo.

Eu acho que os governantes da Bahia deviam olhar para isso, que o povo baiano tem sido...

O Sr. Rosenberg Pinto: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ROBINHO: Dou um aparte, amigo, dou um aparte.

O Sr. Rosenberg Pinto: Lá em Nova Viçosa foi dado quanto de reajuste aos servidores neste ano?

O Sr. ROBINHO: Olha, os reajustes...

O Sr. Rosenberg Pinto: Não, quanto foi dado? Só precisa dizer isso.

O Sr. ROBINHO: Eu tenho que conversar com a prefeita, porque eu não sei qual foi o reajuste, eu não sei.

O Sr. Rosenberg Pinto: (Risos) Oh, meu amigo.

O Sr. ROBINHO: O reajuste, o piso dos professores está sendo pago...

O Sr. Rosenberg Pinto: Nós fizemos também.

O Sr. ROBINHO: Pois é, eu estou falando dos 4%.

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu quero saber do reajuste, lá não deu nem 4%, querido. É a sua cidade.

O Sr. ROBINHO: Não... nós falamos no piso salarial, que foi dado o piso salarial e...oh, oh, Rosenberg, deixa eu te falar uma coisa: Nova Viçosa está com o teto de gastos em 54%, aqui são 43%! São 43%! O município não tem a receita que tem o estado da Bahia na situação em que nós estamos hoje. São realidades diferentes! São realidades diferentes, Rosenberg.

Então, é essa a questão que eu estou colocando aqui com muita tranquilidade, com muito respeito, tanto pelos “vereadores estaduais” da Base do Governo quanto por você, como liderança, e pelo governador... Eu entendo que, no mínimo, no mínimo... “Vereador estadual”, eu sou um “vereador estadual”... Eu entendo que é um pedido de

retirada de pauta para que discutam servidor público e liderança do Governo. É uma proposta que eu faço.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo a palavra ao deputado Diego Castro para que ele utilize o tempo regimental.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, mais uma vez volto aqui nesta tribuna, presidente, quero fazer um adendo que eu não consegui fazer antes de entrar na discussão, serve para quem está assistindo em casa, que não vê o outro lado. Esta Casa aqui tem duas dependências nas galerias.

Tem uma grande maioria aqui embaixo, outra grande maioria do lado direito, e uma minoria ali do lado esquerdo, onde uma pequena parte é representada por uma determinada pessoa, já devidamente identificada – inclusive, eu peço a ajuda do Serviço Militar da Casa –, que entoou o eco de “racista” à minha pessoa porque eu discordo do critério de escolha independente...

O Sr. Robinho: Um aparte, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Tudo bem, Robinho, concedo, meu amigo.

O Sr. Robinho: Olha, respondendo aqui, porque, como eu não estou prefeito... respondendo a Rosemberg: o aumento salarial no interior, ele acompanha o salário-mínimo, e quem deu o aumento do salário-mínimo foi o presidente Lula, um aumento de R\$ 18.

Participante das galerias: Boa! Boa! Boa!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Bem ressaltado! Mas, retomando, presidente! Retomando! (...) Essa pessoa que já foi devidamente identificada e já correu dali, porque eu já estou vendo... Para que essa pessoa... Para que isso não se repita aqui, eu ser acusado de racista por discordar de uma opinião, o que é pesadíssimo... O acéfalo que começou a entoar esse coro não escutou o que eu disse, eu entendo que uma pessoa negra tem a mesma capacidade que qualquer outra pessoa para chegar aonde quiser.

Em momento algum, eu discordo sobre a desigualdade, as mazelas sociais que nós sofremos, mas estão tão acostumados com essa militância porca e barata que, eu sei, ele representa, é um dirigente sindical famigerado, com todo respeito aos dirigentes sindicais, porque eu conheço muitos que são sérios, diferente desse cidadão que estava ali...

E você, seu sujeito, vai ser responsabilizado civil, criminalmente porque é isso que tem que acontecer com quem não respeita a opinião contrária. Temos que acabar com essa cultura que tacha de racista, fascista e todas as piores etiquetas da sociedade a pessoa que é de direita, que é conservadora, que discorda de qualquer opinião. Que fique registrado.

Para começar, Sr. Presidente, este governo é uma vergonha quando se trata de funcionalismo. O governo que cresceu e chegou ao poder por essa via... Quem não se lembra lá do Rui? Quem não se lembra até do atual governador e de tantos outros membros do sindicalismo nos tempos de oposição? Era aquele auê, era greve atrás de greve, era reunião atrás de reunião, fechando rua, fechando avenidas, fazendo piquetes,

e quando chega ao poder, o que eles fazem para vocês, servidores? (Expressão retirada a pedido da Presidência.)

Porque 4% para o que vocês tem de defasagem é, no mínimo, uma (Expressão retirada a pedido da Presidência.). Essa é a palavra. No mínimo, para não dizer coisa pior aqui. Eu chamo a atenção de vocês que estão fazendo a zuada aí na porta: continuem votando nessa gente. Cadê o povo da ponta? Sumiu. Continuem votando nessa gente, que é isso que vocês vão receber no final das contas, é dessa forma que ele trata vocês. Vieram da origem em que vocês estão, e é o tratamento que lhes dão. De lixo! Então, aprendam na hora de votar.

Outra coisa, não tem como não dizer que o fracasso da segurança pública na Bahia, tenho que bater nessa tecla, a repetição é didática para o aprendizado, não tem como não dizer que o PT e a esquerda são os culpados. Por quê? Vou repetir mais um dado: até o ano de 2006, éramos um dos sete estados mais seguros do Brasil, não figurávamos sequer entre os 20 inseguros. Do ano de 2007, quando o PT assumiu o poder, até o presente ano, saltamos dos sete mais seguros para o mais inseguro do Brasil.

São 79 mil mortes, segundo dados atualizados até aqui. Quando eu falo que temos que tomar uma providência, senão vamos virar o Iraque da década de 80, eu falo disso. E tem mais, por que isso aconteceu? Porque é um governo... é a linha, como a linha da esquerda é, de defender a política de leniência com a (Expressão retirada a pedido da Presidência.), com a (Expressão retirada a pedido da Presidência.). Não se combate a criminalidade com discurso! Não se resolve o problema da segurança pública com palavras bonitas, com outdoors dizendo que a segurança é tamanho “G” – “G”, de “gambiarra”, só se for.

Não se resolve com peças publicitárias, botando lá uma “índio”, um branco, um negro para dizer que estamos integrando a sociedade, e, ao mesmo tempo, tem policial recebendo R\$ 20 para trabalhar no Carnaval, e ao mesmo tempo tem policial indo para confronto com a arma toda arremendada, tem policial que vai entrar em ocorrência fazendo até papel de mediador e ainda sair como errado da história, tem policial que, acreditem, no final do mês, não tem dinheiro nem para botar comida dentro de casa. Isso é uma realidade, recebi vários com situações similares no meu gabinete.

Como é que se resolve dessa forma? Não adianta! Então, repito aqui: não sou contra a política de ressocialização, como já deixei registrado. Sim, sou favorável, mas que a ressocialização seja responsável, não marqueteira como é e sempre foi em 17 anos de PT.

O que aconteceu com o Pacto pela Vida? Vocês se lembram do Pacto pela Vida, aquela integração do governo com diversos órgãos estatais? O que aconteceu? Virou o “Pacto pela Morte”, pelo banho de sangue, porque a Bahia é o estado mais violento do Brasil. Esse foi o resultado, e ninguém mais fala disso. Acabou o Pacto pela Vida para, mais uma vez, se comprovar que essa linha é só a da publicidade e nada mais.

Vamos agora ao que interessa. Jerônimo disse que não ouviu nenhuma queixa dos servidores pelo reajuste de 4%. Está aqui para todo mundo ver, eu pergunto a vocês: vocês foram ouvidos? Sim ou não?

Participantes das galerias: Não!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Falem mais alto! Vocês foram escutados, sim ou não? Participantes das galerias: Não!!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Está aqui a prova, não preciso dizer mais nada, a voz do povo é a voz de Deus.

(Lê) “*Nenhum estado brasileiro fez o que estamos fazendo*”, diz Jerônimo sobre *negociação do reajuste dos servidores.*” A primeira matéria que mostrei aqui é do Bahia.ba, esta de agora é do *Bahia Notícias*, um site de ampla repercussão, que tem responsabilidade com o nosso estado. O governo diz que, nas negociações, teve conversas com todos os lados. Engraçado é que eu tenho aqui a nota de uma entidade com 12 representações dizendo que nenhuma delas foi ouvida. Que lado é esse que o governo escutou? Eu pergunto: que lado é esse? O lado que não existe porque ninguém foi escutado.

Então, continuando, a Bahia tem altos índices... Para endossar a necessidade de que 4% é uma (Expressão retirada a pedido da Presidência.), presidente, diante do percentual ao qual se precisa chegar, desculpe-me o termo, mas essa é a palavra adequada, a Bahia tem os mais altos índices de criminalidade do nosso país (de roubos, furtos e homicídios).

A Bahia é o estado que mais registrou mortes violentas por 4 anos consecutivos e, com certeza, chegou ao quinto. A Bahia tem três dos três municípios mais violentos do mundo. A quantidade de roubos do estado da Bahia cresceu 44% nos últimos 5 anos. Merece uma estrela vermelha de campeão de roubos para botar no peito, do lado esquerdo.

As forças de segurança estão sucateadas; péssimas condições de trabalho, como eu falei; necessidade de valorização dos servidores públicos da segurança pública; e perdas salariais inflacionárias entre os anos de 2015 e 2022 que totalizam 54%.

De acordo com o excelente estudo do Instituto dos Auditores Fiscais, há, e de sobra, margem para o reajuste porque o crescimento da arrecadação correspondeu, de 2015 para cá, a 103,42%. Onde é que estão sendo aplicados esses recursos? Eu me pergunto. Um governo que diz que valoriza o servidor, e agora apresenta 4% de reajuste para este ano.

Eu quero aqui ler, presidente, uma nota da Força Invicta, que fez um estudo desmistificando a afirmação de que as entidades foram ouvidas e que a proposta contemplou todos, já deixando claro que eles não foram escutados e que eles estão na base. A proposta foi encaminhada, inclusive, para o gabinete do governador e para a liderança do Governo, as lideranças partidárias que estão aí ao lado de Jerônimo.

(Lê) “*Sua Excelência o Senhor Jerônimo Rodrigues*

Governador do Estado da Bahia Nesta

Assunto: Propostas de Melhorias para Projetos de Lei

Excelentíssimo Senhor Governador,

A Associação de Oficiais Militares do Estado da Bahia - Força Invicta, após análise dos Projetos de Lei 24.870/2023, 24.871/2023, 24.873/2023 e 24.877/2023...”, que estão previstos e, com certeza, se Deus quiser, não vão ser votados hoje, “(...) considera pertinente e necessário evidenciar alguns pontos que, em nossa avaliação, requerem revisão e aprimoramento...”

Aqui tem oito problemas apontados para esse projeto de lei. Como eu já disse, não terei minhas digitais aí nessa proposta, porque é imoral.

A primeira: (Lê) “(...) 1. *Problema: O reajuste de 4% no soldo para os militares estaduais é inferior ao concedido no vencimento base para os delegados...*” Claro que queremos manter o dos delegados, não é nada contra os delegados, mas, como já disse e repito, queremos isonomia! (Lê) “(...) que variam de 7,1% a 8,53%, conforme o Art. 9º e seu anexo IX do PL 24.877/2023...” A proposição é que o tratamento seja isonômico, como eu falei.

O segundo problema: (Lê) “(...) 2. *Problema: O aumento de vagas para os postos de Coronel, Tenente-Coronel e Major do QOPM totaliza 67 vagas, todas retiradas do posto de Capitão, conforme Art. 2º do PL 24.871/2023 e seu anexo IV...*”

A proposição é: (Lê) “(...) 2.1 *Proposição da Força Invicta: Ao invés de remanejar as vagas, sugerimos a criação de novas vagas em todos os postos, na mesma ordem do incremento no posto de Coronel, a fim de manter a proporcionalidade vigente entre os postos na estrutura hierárquica, proporcionando maior fluidez na carreira...*”

Vou tentar concluir antes que minha voz vá primeiro.

(Lê) “(...) 3. *Problema: As vagas foram criadas apenas para os postos de Capitão QOAPM e Tenente QOAPM, conforme Art. 2º do PL 24.871/2023 e seu anexo IV...*” A proposta é: (Lê) “(...) o ajuste de vagas dos demais postos a fim de manter a proporção vigente entre os postos na estrutura hierárquica, proporcionando a maior fluidez também na carreira...”

O quarto problema: (Lê) “(...) 4. *Problema: Não houve aumento de vagas para o Quadro de Saúde PM e BM, conforme Art. 2º do PL 24.871/2023 e seu anexo IV e o Art. 47 do PL 24873/2023 e seu anexo IV...*” A proposta é: (Lê) “(...) um aumento no número de vagas para o Quadro de Saúde PM e BM, proporcionando maior fluidez na carreira...”

O quinto problema: (Lê) “(...) 5. *Problema: Não houve aumento de vagas para o Quadro Especial de Tenentes Auxiliares Policiais Militares - QETAPM e no Quadro Especial de Tenentes Auxiliares Bombeiros Militares - QETABM, conforme Art. 2º do PL 24.871/2023 e seu anexo IV e o Art. 47 do PL 24873/2023 e seu anexo IV...*” A proposta é também um aumento no número de vagas nesses quadros para também proporcionar maior fluidez na carreira.

O sexto problema, que a categoria apontou e que o governo não ouviu: (Lê) “(...) 6. *Problema: O aumento de 20% a 65% se aplica apenas para quem recebe DAS-I a DAI-5, conforme o Art. 12º do PL 24.877/2023 e seu anexo IV...*” E a proposta é: (Lê) “(...) que o referido reajuste seja aplicado ao soldo, valorizando tanto os militares estaduais da ativa quanto os inativos.”

Tem um 7 aqui: que haja (lê) “(...) *promoção extraordinária para os militares estaduais que já cumpriram o interstício, considerando que temos oficiais que já alcançaram o dobro, o triplo...*”, e, pasmem, até “(...) *o quádruplo do interstício.*” Uma vergonha!!

(Lê) “(...) 8. *Problema: Existe a possibilidade de venda da licença-prêmio apenas para os civis...*” Que isonomia é essa que esse governo tanto fala? Por que os

militares estão excluídos dessa possibilidade? A proposta é que a extensão desse direito de venda da licença-prêmio também atinja os militares estaduais, porque também são seres humanos, são gente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então, Sr. Presidente, para concluir, quanto tempo mais aí, presidente, por favor?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Faltam 3 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: São 3 minutos.

(...) Para concluir, se o governo do estado tiver hombridade, primeiro, com o que ele tanto fala, o direito fundamental, a dignidade da pessoa humana, a segurança pública, que é dever do estado, do ser humano, e enxergar que, se esses que estão ali, estão amparados pelo princípio da

humanidade, ele vai ter a hombridade de retirar esse projeto de pauta hoje e abrir uma discussão com essa classe...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) Porque não tem mais como tapar o sol com a peneira. O povo que está nos assistindo já ouviu que eles não foram escutados, a sociedade já ouviu que eles não foram escutados, e o governo continua querendo tapar o sol com a peneira. Que governo é esse, presidente, de participação popular se a população não participa? Que governo é esse, presidente, que valoriza o funcionalismo se o funcionalismo não discute as propostas? Que governo é esse que quer uma maior eficiência, o que é um princípio incluído na administração pública pela Emenda nº 19, de 1998, que passa prioritariamente pela valorização do material humano, da máquina pública, mas não trata com dignidade esse material humano?

Os servidores, sejam militares, civis, sejam da polícia, sejam de qualquer setor do funcionalismo, precisam ser enxergados como seres humanos que têm família, que têm contas a pagar no final do mês, que têm responsabilidades a cumprir, que têm obrigações a serem feitas para poderem andar de cabeça erguida diante de um estado que toma por meio de tributação...

Eu defendo a ideia de que o imposto de tributação, do jeito que é aplicado pelo Estado brasileiro, é roubo, e eles lhe devolvem ainda com várias deficiências, aquela “ludibriação” que está no art. 6.º da Constituição, dos direitos sociais, entre eles a segurança pública, o lazer, a moradia e tantos outros.

Eu pergunto se, com essa estrutura remuneratória, dá para cumprir, dá para ser marcado todos esses direitos e mais uma vez reforço que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir agora. Se esta Casa e se o governo estadual têm atenção especial pelos servidores públicos do estado da Bahia, principalmente os da segurança pública, que representam uma parte importante do tripé das políticas públicas, esse projeto vai ser tirado de pauta hoje, e se abrirá uma mesa de discussão para que passemos de 4% para 9%.

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.) (Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Júnior Nascimento pelo tempo regimental de até 20 minutos.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Boa noite, Sr. Presidente, deputados que ainda nos acompanham nesta sessão, primeiro, eu subo a esta tribuna para saudar aqui o amigo Marcelo, filho do nosso eterno deputado Jurandy Oliveira, seja sempre bem-vindo a esta Casa, saúdo todos.

Mas, antes de vir a esta tribuna, quero trazer uma reflexão sobre todo o contexto nesses projetos que ora tramitam nesta Casa, especificamente no dia de hoje. Antes de mais nada, eu passei, deputado Manuel Rocha, para verificar quantos deputados estão inscritos para discutir sobre as matérias, no caso esse projeto. Tem oito deputados inscritos, curiosamente os oito deputados pertence ao Bloco da Oposição.

O projeto de uma natureza como esta, como outros projetos que aqui a gente deliberará, necessita de uma ampla discussão. Se a Oposição apresenta um ponto, vem a Situação com um contraponto para buscar o convencimento nosso e dos servidores que almejam a aprovação do projeto. Mas nem sequer existe essa discussão.

Mas vamos lá trazer aos senhores e às senhoras uma análise aprofundada, de forma serena, de forma calma, mas de forma que toque a consciência, o íntimo de cada parlamentar que, no pleito eleitoral, chegou a dizer que era amigo do servidor, chegou a dizer que estava ao lado do servidor, chegou a dizer que o servidor poderia contar com ele.

Vamos lá! Os servidores, primeiramente, quando não alcançam sequer o índice inflacionário, automaticamente já sofrem uma perda no bolso, é uma perda no bolso do cidadão. Essa

perda, por não se atingir o índice, ainda será corroborada, deputado Alan Sanches, uma vez que teremos também, votaremos aqui, um projeto que vai aumentar a alíquota do Planserv, o chamado “dou com uma mão, e tomo com outra.”

Mas vou muito mais além. Eu ouvi atentamente o pronunciamento do nosso líder Rosemberg, por quem eu tenho o maior respeito e admiração, mas que o bom do ato da democracia, deste Parlamento é que, quando a gente diverge de forma respeitosa, podemos apresentar o porquê das divergências.

Na fala, V. Ex.^a, primeiramente, citava que o governo federal, neste ano, deu um reajuste superior ao do governo do estado porque o presidente anterior não dava reajuste. Eu acho que a gente não pode medir pelo nível federal nesta Casa. Nós estamos discorrendo sobre assuntos relevantes ao interesse dos servidores baianos, dos servidores do governo do estado. Se lá, em nível federal, não houve o comprometimento por parte do ex-presidente, que se cobre, que os servidores vão em busca dos seus direitos, que a Câmara Federal, juntamente com o Senado Federal, levante essa causa, essa bandeira e busque a equiparação dos salários dos seus servidores.

Mas aqui a gente precisa focar no reajuste dos nossos servidores. Comparar o reajuste a exemplo de como se comparou o do município de Nova Viçosa também não compete à gente, compete aos vereadores de Nova Viçosa, aos vereadores de Lapão, de Campo Formoso, seja lá qual seja o município.

É necessário que a gente foque. A partir do momento em que a gente busca levar em consideração os reajustes federais, os reajustes de um determinado município nós estamos desviando do foco principal, que são os servidores baianos.

Mas eu vou além, primeiro, quando se usa aquela frase: “É um governo que cuida de gente”, eu peço vênica a todos que usam essa frase, mas não podemos ficar no discurso do faça o que eu digo e não faça o que eu faço. Não adianta dizer que cuida de gente sem cuidar de gente, não adianta dizer que ama o servidor sem cuidar do servidor, sem valorizar os servidores.

E, aqui, eu faço um adendo e também uma cobrança não só ao governo, minha cobrança agora vai para os servidores. Nós temos mais de 150 mil servidores, mais de 200, e a gente observa não chegar a 500 o número de pessoas que se manifestam contra. Eu defendo a categoria que aqui está, dando a cara a bater, defendo a quem veio para a frente, mas repudio também quem se ausenta, quem se esconde. A gente está aqui para defender vocês, vocês merecem a nossa defesa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Agora, também não compactuamos quando muitos colocam vocês como... (As galerias se manifestam.)

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Justamente, aqui nossas duas galerias não estão lotadas, ou seja, aqui cabe as pessoas. Por que não vieram? Por que não estão aqui?

Foi isso o que eu disse, nosso papel, aqui, é de defender, mas as pessoas, às vezes, precisam se ajudar.

Quando eu trago, deputado Rosemberg – eu sou muito prudente –, que eu não acho plausível o reajuste de 4% é porque eu acho que necessitava de um aperto maior por parte do governo para trazer um reajuste maior. Mas também eu não estou aqui para acobertar quando eu vejo, às vezes, umas pessoas se esconderem atrás das costas de outros que dão a cara a bater em busca do objetivo coletivo, que é o objetivo do reajuste.

Então, parabéns a vocês que aqui estão, aos que estiveram aqui na porta mais cedo, e que sirva de lição e de reflexão para os que tanto criticam, para os que usam as redes sociais para criticar, mas que não têm a coragem de participar assim como vocês estão participando dos manifestos. Diga-se de passagem, manifesto em paz, manifesto pacífico.

E a gente precisa ser bem sincero nas coisas que a gente pratica. O aumento do salário, como eu já falei, vai na contramão a partir do momento em que não se atinge o índice inflacionário e a partir do momento em que o nosso plano de saúde está sendo reajustado. Aí, se diz que é necessário.

Eu prezo muito também pela transparência. Vamos abrir as contas e dizer por que precisa, vamos chamar as categorias e dizer: "Pessoal, neste ano, eu estou dando 4%, mas eu tenho a intenção de, no ano que vem, dar 8%, dar 10%, mas neste ano eu não posso" por isso e por aquilo, não colocar um projeto em regime de urgência, atropelando todos os ritos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então, pessoal, vamos ser corretos, vamos ser corretos para com as categorias. E, nesta Casa, por mais que a gente saiba que a Bancada da Situação está alinhada com o governo, não podemos somente colocar as vendas nos olhos e dizer amém a tudo. A gente observa o Congresso Nacional que, hoje, tem uma maioria na sua base, mas que

recentemente ocorreram perdas em projetos por parte do governo porque não houve o alinhamento necessário.

Então, eu peço aos deputados – em especial, ao deputado Rosemberg, que é o líder, infelizmente a liderança tem o bônus e tem também um ônus –, que, para projetos futuros, busque-se o diálogo com as categorias, busque-se ter essa conversa, busque-se chamar... Quando se convoca ou se convida um secretário para expor as contas, para expor os índices, sejam eles quais forem, é para transmitir uma maior segurança a nós, parlamentares, que iremos proferir o nosso voto. O voto é de foro íntimo de cada um, mas eu, particularmente, gosto de ter conhecimento daquilo em que eu vou votar, e esse conhecimento é importante para que todos nós saibamos, seja da base oposicionista, seja da base governista. Então, é necessário abrir essa transparência, esse diálogo com as categorias.

Nós teremos ainda, eu tenho certeza, no decorrer do ano, outros projetos polêmicos, outros projetos polêmicos. Então, que esses projetos que chegaram e que estão em pauta na Ordem do Dia de hoje sirvam de lição e exemplo para que, no futuro breve, não tenhamos novamente essa celeuma.

Então, meus amigos, continuando com a minha linha de raciocínio, outra coisa para a qual a gente chama a atenção são os projetos em regime de urgência. Nós temos comissões para deliberar, para discorrer, para analisar, então, vamos mandar esses projetos para que ocorra uma discussão mais precisa.

O Sr. Manuel Rocha: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Concedo um aparte ao deputado Manuel Rocha.

O Sr. Manuel Rocha: Muito obrigado, deputado Júnior Nascimento, por me conceder este aparte. E, aqui, eu não poderia, também, deixar de registrar o meu posicionamento contrário ao percentual do reajuste dos servidores públicos do estado. Realmente, é um percentual muito aquém do desejado pelos servidores. Vimos uma declaração do governador do estado, que é o governador de todos os baianos, Jerônimo Rodrigues, dizendo que esse percentual não causou contrariedade aos servidores públicos, mas a prova está aqui, nas galerias, com os servidores dizendo que não foram ouvidos, não houve negociação.

Então, o governo do estado, o governo do PT, que sempre se vangloriou de sentar à mesa de negociação, de discutir, de negociar, dessa vez deixou os servidores públicos do estado na mão. E, pelo que nós temos acompanhado, é o menor percentual apresentado até agora em todo o país, o menor percentual de reajuste aos servidores públicos é o percentual do estado da Bahia.

Então, isso realmente é uma grande contradição, porque não dá, deputado Júnior Nascimento, para no discurso ser uma coisa e na prática ser outra. Eu acho que a valorização do servidor tem de ser através de ações, de resultados, ações concretas, e o governo poderia provar que valoriza os servidores agora, dando um reajuste maior, retirando esse projeto de pauta, pedindo a retirada, chamando os servidores à mesa de negociação e sinalizar para uma conversa.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. Manuel Rocha: A gente precisa fazer essa negociação. E, aqui, o apelo que a gente faz ao líder do Governo, Rosenberg Pinto, é para que faça esse apelo ao governador, que retire o projeto porque ainda dá tempo para que possa se sentar com os servidores. Ano passado se gastou tantos bilhões em investimentos no interior da Bahia, nos municípios, investimentos importantes, é bom ressaltar, mas havia dinheiro no ano político para fazer investimentos nos municípios e neste ano não tem mais? Então, é contraditório isso, nos causa estranheza.

Fica, aqui, a nossa manifestação contrária ao percentual do reajuste proposto pelo governo do estado, nossa solidariedade a todos os servidores públicos estaduais que estão aqui até agora, exercendo o direito legítimo de manifestação, fazendo a defesa de toda a categoria. Se for preciso, a gente fica aqui até a meia-noite com vocês. O importante é que o projeto seja retirado de pauta.

Muito obrigado, deputado Junior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Eu que agradeço a V. Ex.^a pelas palavras proferidas, que vem acrescentar tudo isso que a gente tem ponderado durante todo o dia tanto por parte dos manifestantes que desde cedo ocupam esta Casa, que, diga-se de passagem, é a Casa do Povo, bem como por nós que, desde o início da tarde, estamos buscando esse entendimento.

Não acho que se deva votar no dia de hoje. Vamos atender às solicitações do deputado Robinho, do deputado Manuel Rocha e tirar de pauta para que busquem...

Agora, eu trago uma última reflexão a V. Ex.^{as}: os deputados que comungam comigo, com Manuel, com deputados da Oposição, que acham, em seu íntimo, que esse percentual encaminhado a esta Casa não é o que realmente merecem os servidores que se juntem à gente, manifestem-se, usem esta tribuna, levem a público a vontade de vocês; mas, se se calam, estão sendo a favor do que foi encaminhado pelo governo.

Então, está na nossa mão. E por parte da Oposição, a gente é favorável à retirada de pauta.

Se depender da Bancada da Oposição, nós somos, sim, a favor da retirada de pauta no dia de hoje.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Ainda vou além. Para que aconteça a retirada de pauta, nós precisamos da anuência dos deputados governistas. Então, juntem-se não a nós, da Oposição, juntem-se aos servidores e vamos retirar de pauta para se ter um diálogo mais preciso e ouvir as categorias.

Meu muito obrigado.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo a palavra ao deputado Hilton Coelho. Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. HILTON COELHO: É isso. Se o governo queria uma prova concreta de que os servidores, de fato, entendem essa proposta não apenas como uma proposta que não contempla, mas como uma proposta que fere a dignidade dos servidores públicos... Nenhuma liderança aqui, ninguém que está representando as diversas categorias tem o

sentimento de que vai sair daqui nesta tarde, caso ocorra a votação desse projeto, com algum tipo de ganho.

Esse sentimento a Base do Governo... o governador Jerônimo tem de captar a dessintonia de sua declaração pública de que os servidores não estavam insatisfeitos. Essa posição caiu completamente por terra. Já está sendo transmitido pela nossa *TV ALBA* qual é o sentimento dos servidores e das servidoras públicas em relação ao conteúdo desse PL que está aqui, com a perspectiva de o governo tentar levar à votação.

Então, se o objetivo do governo é responder minimamente à expectativa do servidor, isso já caiu, essa posição já está desmoralizada. O que os servidores públicos, as servidoras querem é que o governo retire o projeto e faça uma mesa de negociação que seja a sério,...

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. HILTON COELHO: Retira! Retira! Retira! Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. HILTON COELHO: Retira! Retira! Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. HILTON COELHO: Uma discussão, inclusive, com dados.

Porque o governo chegou com essa proposta surpresa para o conjunto de servidores públicos, mas rapidamente o debate foi feito. Existe um acúmulo de leituras sobre qual é o significado desse reajuste. E quem nos diz, principalmente, além dos estudos específicos de um conjunto de entidades, é o Dieese, que publicou um documento completo sobre o que está em jogo nesse processo de negociação em relação às perdas dos trabalhadores do serviço público na Bahia.

Segundo o Dieese... Eu quero uma salva de palmas para a nossa Georgina. Quem é liderança conhece o papel de Georgina, Ana Georgina, para revelar, fazer leituras das conjunturas nacional, estadual e dos municípios e orientar o movimento sindical do ponto de vista das suas pautas, e fundamentar essas pautas. Por isso essa homenagem é tão importante que seja feita publicamente. Mas o relatório do Dieese nos diz o seguinte: mesmo considerando um reajuste linear em 2022, as perdas acumuladas de dezembro de 2015 até dezembro de 2022 representam 53,33%. Com esse reajuste de 4%, as perdas permaneceriam em 47,34%. O Dieese diz mais: que o IPCA fechou o ano de 2022 com um percentual de 5,71%, o que significa que esse reajuste não garante nem o enfrentamento à perda do último ano. Ou seja, qual é a referência do governo para propor 4%?

Surgiu um debate no movimento sindical. O debate sempre foi feito pelo movimento sindical, é que, passada a pandemia, passado todo aquele discurso de crise, de desaquecimento econômico e se constatado que o governo está com os cofres cheios, aliás abarrotados, porque eu não me lembro na minha trajetória política, seja como vereador ou acompanhando a situação do estado no último mandato de deputado estadual, de um discurso, de uma perspectiva no relato do governo de estar com os cofres tão cheios como está agora.

Então, passada toda aquela situação de crise, seja em função da situação econômica do país, seja na perspectiva da arrecadação do governo, especificamente, nós tínhamos uma expectativa. A nossa expectativa era que o governo se sentaria à

mesa para discutir essa perda histórica, porque ela não é natural. Essa perda de mais da metade da renda dos servidores públicos estaduais veio por um conjunto de medidas e a hora da reversão dessas medidas é agora. Essa era a expectativa dos servidores públicos.

Portanto, nós fomos para a mesa de negociação, achávamos que seria uma mesa de negociação, porque lá o governo tenta afirmar como sendo uma mesa de comunicação da sua proposta, e a expectativa era de que o governo viria com uma proposta para resolver toda essa perda. Ou a expectativa do governo é continuar aprofundando as perdas de uma forma que o servidor público caia numa situação de indigência completa, porque quem já perdeu metade da sua renda se continuar nesse trajeto vai cair numa situação de indigência completa. Aliás, parte dos servidores e das servidoras, especialmente os aposentados, já está nessa situação de dificuldades, inclusive, para se alimentar. Mas essa não pode ser, de forma nenhuma, a perspectiva do governo, muito menos das categorias.

Então, a expectativa era essa: sentar à mesa de negociação e discutir como essas perdas seriam recuperadas. Que não fossem os 54% de reajuste de uma só vez, mas que o governo apresentasse um plano de recuperação dessas perdas.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. HILTON COELHO: Essa era a expectativa... (As galerias se manifestam com palmas.)

(...) do conjunto dos servidores públicos. Não é a discussão em que nós estamos, que o governo chegou chegando, que está fazendo tal obra aqui, tal obra acolá e não chega chegando para o servidor público! Para quem é o coração da prestação do serviço que o governo tem que fazer para a população? Então, chega chegando para tudo, mas para a valorização do servidor é nada? Essa não era a expectativa!

Depois, circulou uma ideia de que o governo teria minimamente uma referência no governo federal, que seriam os 9%. Agora, essa proposta de 4% que o governo apresenta não contempla nem a inflação do último ano. Quer dizer, é uma proposta completamente sem referência.

Ela não tem nada que se ligue ao bom senso, nada que se ligue à lógica. Aí, alguém pode falar sobre a capacidade de o governo responder e isso também não tem nenhuma base real. Aliás, o presidente aqui da Casa tentou nos interpelar, na última sessão, confundindo as despesas, o comprometimento das receitas correntes do estado como um todo com o comprometimento das receitas com a remuneração do Executivo. Ele fez essa confusão. Mas tanto em relação ao conjunto dos gastos, do Orçamento, com a totalidade dos servidores públicos dos três poderes, como os gastos do servidor público do Executivo, tanto um como o outro, há uma diferença de 10% em relação ao limite prudencial do governo. Eu não estou falando do limite máximo de gasto que se pode ter o com serviço público, porque aí vai para 12,13%. Mas, se nós pegarmos apenas o que o governo tem como referência de gasto prudencial com o serviço público, dá uma diferença de 10% em relação à previsão no Orçamento. Ou seja, o governo tem muito dinheiro para queimar ainda em relação à perspectiva de reajuste de servidores. Ou seja, não tem argumento. Não há lógica.

Se nós falarmos no que se deve ao serviço público, a diferença é astronômica; se nós falarmos de governo federal, o governo não está dando nem a metade; se nós falarmos de inflação, o governo não responde nem à do último ano; e se nós falarmos de recursos de governo, da possibilidade do governo, nem se aproxima, porque o governo projeta, com isso, um gasto de R\$ 1,3 bilhão quando as menores estimativas de superávit do governo são de R\$ 7,5 bilhões. Ou seja, tem, por baixo, R\$ 6 bilhões, só do Orçamento anterior, que estariam livres para o governo fazer justiça ao serviço público.

Para completar a situação de abundância do governo, só no primeiro quadrimestre deste ano, o governo já arrecadou praticamente o que ele vai gastar, ele vai investir com o reajuste total dos servidores públicos, porque, só no primeiro quadrimestre, foi cerca de R\$1 bilhão que o governo arrecadou a mais em relação ao ano passado. Só no primeiro quadrimestre. Se ele fizer a projeção para o conjunto do ano, vai chegar a quase R\$ 5 bilhões de arrecadação a mais do que foi no ano passado. Imagine! Então, o governo está com dinheiro de sobra para fazer justiça aos servidores, às servidoras públicas.

Aí, a gente vê... Nós, que acompanhamos a situação do conjunto do serviço público, olhamos e não conseguimos entender como o governo consegue ter uma prática tão insensível. Nós estamos acompanhando essa crise profunda da segurança pública do estado da Bahia, e eu quero perguntar a vocês: é possível pensar numa segurança pública que responda à nossa população se o governo investe, praticamente, nada na polícia investigativa? Nós temos, hoje, uma categoria que, desde 2009, deveria estar recebendo um salário de nível superior e que está sendo completamente secundarizada. O governo está rasgando a Lei Orgânica da Polícia Civil da Bahia e não paga o salário de nível superior. Era uma oportunidade de fazer justiça a esses trabalhadores, a essas trabalhadoras.

Eu estou vendo aqui os trabalhadores do Ministério Público do estado que sempre estão aqui na luta,...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) sempre puxando a corda num cabo de guerra com o governo para garantir o mínimo de respeito à sua carreira. Não era hora de o governo fazer justiça aos trabalhadores do Ministério Público? Os policiais militares, que tiveram perdas, inclusive previdenciárias agora, com redução da pensão, era hora de o governo rever essa situação.

Os trabalhadores do Judiciário estão aqui também, com um conjunto de perdas em sua carreira também; os trabalhadores das universidades... Estou vendo aqui o pessoal do Sintest, também compondo essa galeria,...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. HILTON COELHO: Força na luta.

(...) com um conjunto de reivindicações que não estão relacionadas à pauta salarial. O Sintest tem batalhado muito pela questão das creches, a garantia das creches não apenas para os servidores, os técnicos, mas também para os docentes e os estudantes das universidades. Todo um legado de déficit que precisaria ser resolvido, mas o governo não pauta.

Na semana passada, nós tivemos aqui a votação da educação e, melancolicamente, 20 mil aposentadas e aposentados, pessoas que dedicaram a vida toda ao trabalho educacional em nosso estado, passaram ao largo da garantia dos direitos do piso nacional. Não era hora de o governo, que já vem acumulando desrespeito com essa categoria, resolver essa situação? Mas, não.

O governo vai falar de bilhões, de um conjunto de investimentos, inclusive investimentos que são duvidosos, numa relação com o capital chinês que a gente não sabe para onde vai, buscando um conjunto de obras de Parceria Público-Privada, coisas que não são debatidas com a sociedade. Mas o fundamental para a gente garantir uma Bahia que trafegue pela resolução das injustiças sociais, não pela reafirmação delas, é a valorização do serviço público.

Vamos pensar, aqui, no que é que tem valor para o nosso povo. A educação de qualidade tem valor, é importante para a gente mudar o quadro da situação no estado da Bahia? É óbvio que é. A situação da nossa saúde, da saúde pública, mudar esse quadro não é central para a vida da população? Em absoluto. Se nós pensarmos no direito à justiça, na nossa população que não tem direito à justiça, principalmente no interior do estado, o governo não poderia estar reforçando o nosso sistema de justiça baiano? A situação da segurança pública... Como eu falei aqui, tudo isso passa pelo serviço público, coisas que são centrais na vida da nossa população e que nós poderíamos dizer: se nós tivéssemos esse serviço realmente de qualidade, nós poderíamos dizer que nós poderíamos dizer: se nós tivéssemos esse serviço realmente de qualidade, poderíamos dizer que teríamos outra Bahia para o nosso povo. Tudo isso passa pelo serviço público.

Por isso, o servidor e a servidora pública são o coração da possibilidade de nós termos uma Bahia que seja menos desigual. A Bahia é a sétima economia do Brasil, assim como Santa Catarina. Mas lá tem o melhor Índice de Desenvolvimento Humano. Por que a gente não pode ter educação de qualidade? Por que a gente não pode ter saúde de qualidade, ter direito à justiça, à segurança pública? Tudo isso elevaria o nível de vida do nosso povo para nós abolirmos esse fosso.

O governador anda falando, o Jerônimo, repetindo as palavras de Rui Costa, que nós somos um estado pobre. A Bahia não é um estado pobre! O que é pobre é o seu povo, porque a ele, fundamentalmente, é negado um conjunto de direitos que são direitos básicos. A Bahia produz muita riqueza, senão nós não seríamos a sétima economia do país! Mas o nosso Índice de Desenvolvimento Humano está em 22º. Como é que se explica uma situação dessa? A solução está aqui, na perspectiva de valorização dos servidores públicos. E os deputados e deputadas que nesta tarde podem aprovar esse reajuste vergonhoso para o serviço público, essa afronta ao serviço público, tem que ter isso na cabeça.

Participantes das galerias: Vergonha! Vergonha! Vergonha!

O Sr. HILTON COELHO: Retira! Retira! Retira!... Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!...

O Sr. HILTON COELHO: Esse grito de indignação de servidores e servidoras não é isolado. Essas pessoas estão no dia a dia e elas sabem como nosso povo sofre quando o serviço público é degradado, quando não tem concurso público, quando não

tem aparelhagem, quando não tem material para se fazer o trabalho que cada um dos servidores públicos deseja realizar com afinco no seu cotidiano.

Então essas palavras de ordem buscam a valorização do serviço público, porque elas têm uma sintonia com as necessidades mais legítimas do nosso povo. E é isso que os deputados e deputadas têm de buscar captar nessa tarde, e não compactuar com essa trajetória autoritária do governo, que não ouve os servidores públicos...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) que não ouve as pessoas que têm, de fato, uma trajetória que lhes dá legitimidade para falar o que é melhor para o nosso povo. O que é melhor para a nossa população está na mão do serviço público! E os servidores querem fazer o melhor possível para o nosso povo.

Por isso, a nosso ver, o governo tem que orientar o governador Jerônimo. Se havia alguma dúvida sobre a rejeição dos servidores públicos em relação essa proposta, hoje significou um dia histórico. Não é possível que o governador Jerônimo não esteja assistindo a esta sessão agora, porque há muita coisa em jogo. Com certeza, o governador, pode ser até pelo celular, está acompanhando esta sessão e está vendo a rejeição dos servidores públicos em relação a essa proposta.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HILTON COELHO: Por isso, eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que, com toda a razão, os servidores estão certos.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. HILTON COELHO: Retira, Jerônimo! Retira, líder do Governo!

Agora, é a hora de se sentar e negociar, de maneira respeitosa, com os servidores públicos! Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. HILTON COELHO: Retira! Retira! Retira! Retira! Retira!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Alan Sanches. O Sr. Leandro de Jesus: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Leandro de Jesus.

O Sr. Leandro de Jesus: Sr. Presidente, eu acho que até a base governista está desistindo deste projeto. Eu acho que está muito claro. Está esvaziado aqui. Eu queria pedir a verificação nominal do quórum para a continuidade da sessão.

(As galerias se manifestam com palmas)

Verificação nominal para a continuidade da sessão. Quero deixar isso bem claro.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, eu quero pedir ao senhor a marcação dos 15 minutos regimentais. Peço, também, a V. Ex.^a pedir as presenças dos Srs. Deputados em Plenário para nós podermos atender...

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. Vitor Bonfim: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Rosemberg. Por favor, peço à parte técnica zerar o painel e marcar o tempo de 15 minutos. Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. Vítor Bonfim: Sr. Presidente, faço um apelo aos Srs. Deputados para, o mais rápido possível, retornarem ao Plenário desta Casa, a fim de nós darmos continuidade à presente sessão, antes do tempo regimental de 15 minutos.

Então, faço um apelo aos Srs. Deputados que estão nas dependências desta Casa Legislativa, nos seus gabinetes, na nossa sala do cafezinho para retornarem ao Plenário, a fim de que nós possamos dar continuidade à apresentação.

Há um pedido de verificação de quórum do deputado Leandro de Jesus.

Então, Srs. Deputados, por favor, retornem ao Plenário. Já temos, aqui, 17 deputados presentes, faltando, tão somente, quatro.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Leandro, por favor, marque a vossa presença. V. Ex.^a fez questão de ordem.

Participante das galerias: Não tem quórum! O Sr. Rosemberg Pinto: Já tem quórum.

Participantes das galerias: Retira! Retira!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já há número suficiente para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo regimental. Vou marcar o tempo do nosso deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputadas e deputados, nós percebemos já um cansaço da Bancada do Governo. Eu acho que, agora, depois de o deputado Rosemberg estar tão sensibilizado, ele vai retirar o projeto.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. ALAN SANCHES: Vamos retirar este projeto, deputado Rosemberg? Retira! Retira! Retira! Retira! Retira!

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. ALAN SANCHES: Retira! Retira! Retira! Retira! Retira! Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. ALAN SANCHES: Gente, quanto a este Projeto de Lei nº 24.877, só para vocês terem uma ideia, eles prepararam um calhamaço de 50 folhas. Este projeto, avaliado agora, tem 50 folhas. São 50 laudas deste projeto!

Bem, na hora em que a gente vai avaliar junto com toda a assessoria técnica, vocês vejam qual é a mensagem dele. A emenda do projeto é que ele “(...) *Altera a estrutura remuneratória dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social...*”

Aí, o documento fala um meio mundo de coisas. Com 50 laudas, o documento vai descrevendo. Só que na hora em que você vai entender e buscar o que ele altera realmente, você fica sem os dados do valor e você não consegue ter a transparência necessária para fazer a avaliação do projeto.

Achando que poderia ter pessoas do meu grupo técnico, da assessoria do meu gabinete, assessoria da nossa Bancada da Oposição, a gente começou a fazer uma análise deste projeto que eu queria dividir com vocês. Vejam o que diz aqui.

(Lê) *“A presente proposição tem como objetivo alterar a estrutura remuneratória dos cargos, das carreiras dos servidores públicos estadual, universidades estaduais, dos cargos de carreira da Polícia Civil, dos cargos especiais das universidades, dos cargos em comissão e funções gratificadas da administração direta, autarquia e fundacional do Poder Executivo...”* Isso se repete na emenda.

A proposta, ela não cita o percentual de reajuste dos diversos cargos de carreiras. E como não existe uma transparência hoje, no Poder Executivo, com relação à estrutura remuneratória dos servidores públicos, nós não temos como fazer uma análise comparativa do que era e do que está sendo.

(Lê) “(...)

Art. 21 - A promoção do ano de 2023 dos ocupantes dos cargos das carreiras de Delegado de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil, Investigador de Polícia Civil, Perito Técnico de Polícia Civil, Perito Criminal de Polícia Civil, Perito Médico Legista de Polícia Civil e Perito Odonto-Legal de Polícia Civil, observados os impedimentos legais, atenderá excepcionalmente os seguintes requisitos:

I - avaliação de desempenho anual;

II - 06 (seis) anos ininterruptos de efetivo exercício na carreira. (...)”

Isso tudo é avaliação técnica deste projeto que a gente está em pauta. (Lê) “(...)

Art. 22 - Fica autorizada a realização de promoção extraordinária no ano de 2023 para os ocupantes de cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, nos termos deste artigo e do que dispuser o regulamento, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I - avaliação de desempenho individual;

II - o cumprimento do interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício na carreira e a aprovação no estágio probatório.

(...)

Art. 25 - Os proventos de inatividade e as pensões dos servidores das carreiras dispostas nesta Lei, que possuem direito à paridade constitucional, serão revistos na mesma data, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar em valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

(...)”

A proposta, ela retroage seus efeitos a 1º de março, em relação aos arts. 1º ao 14º, com exceção do 20, que será a partir de 1º de julho.

O que eu digo? A gente não consegue perceber uma transparência no projeto, porque este é o objetivo para, daqui a 2 dias, a Bancada do Governo não saberá, melhor, não terá nem conhecimento do que aprovou na Casa, que é assim que vem fazendo o tempo todo.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Estou provando aqui para vocês. Depois de eles escreverem em 50 laudas, você tem dificuldade, até, com o corpo jurídico, de buscar os valores necessários para entender qual é a remuneração. Mas esta é a intenção.

Não se sinta ofendido, deputado Zé Raimundo, quando eu uso o termo “artifício”. Mas o projeto utiliza mecanismos, vamos usar assim, para que a gente ludibrie as pessoas. Os 43 deputados desta Casa da Bancada do Governo votarão sem saber o que estão votando. Aprovarão o projeto sem saber o que estão aprovando. Estarão prejudicando uma imensa gama de servidores sem saber que estão prejudicando.

Disso, eu tenho certeza, deputados e deputadas. Conheço V. Ex.^{as}, conheço a história de V. Ex.^{as}. Há prefeitos, capitães, maiores, coronéis. Tem tanta gente, tem professores, tem ex-presidente da Conder, ex-vereadora. Minha amiga Maria del Carmen, vejo que votarão sem saber, porque eu tenho certeza de que vocês não seriam, não teriam esse...

A Sr.^a Fátima Nunes: Eu li.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas a senhora tem de ler o Regimento. Eu já disse à senhora.

A senhora não lê. Por isso, não sabe. Eu já disse isso à senhora.

A Sr.^a Fátima Nunes: Eu li e reli.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas tem de ler o Regimento. Já falei à senhora.

A Sr.^a Fátima Nunes: Eu li.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas não aprendeu, repito, não aprendeu.

Deputada Fátima e amigos, dando continuidade, o apelo que eu faço a V. Ex.^{as} é o de que a gente retire o projeto, principalmente, dos 4%, porque ele não faz nem a recomposição inflacionária em cima dos vencimentos recebidos pelos servidores, referentes ao ano passado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. ALAN SANCHES: Retira! Retira! Retira! Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. ALAN SANCHES: Eu já falei em um dos meus pronunciamentos, anteriormente. Aí, eu questionava. O governador Jerônimo ganhou a eleição, repito, ganhou a eleição por 250 mil votos de frente. Será que, hoje, conhecendo o que Jerônimo está fazendo, as pessoas votariam no governador Jerônimo, novamente?

Participantes das galerias: Não!

O Sr. ALAN SANCHES: Esta é a pergunta que fica!

Digo isso porque vocês sabem mais do que eu que o PT, ele milita, ele anda justamente com o servidor público. No entanto, ele é contra essa categoria que ele, agora, vira as costas. Para essa categoria, ele chega e diz: “Eu só posso dar 4%. Vamos para o enfrentamento e pronto. Vai ser um dia. Vai desgastar. Mas, depois, eles vão aceitar e vão estar enchendo as nossas galerias e batendo palmas para a gente.” É isso o que o Partido dos Trabalhadores vai esperar.

E eu digo o seguinte: gente, nada melhor que um dia após o outro para a gente aprender. A gente aprende, também, com o sofrimento. E, agora, este ano, com o

reajuste de 4% que não faz a recomposição dos 6% mínimos, repito, mínimos, vai colocar essa turma toda para sofrer!

Deputado Rosemberg, eu queria até dar um conselho, uma sugestão, porque eu não sei qual a intenção. Eu não tenho absolutamente nada contra delegado de polícia. Tenho amigos lá. Mas se o delegado de polícia pode receber 9% de reajuste em seus vencimentos, por que o servidor, também, não pode receber 9%, igual ao governo federal?

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eis a resposta que eu recebi. Vocês vejam! Olha o convencimento que chegou para a nossa bancada. E nós sabemos – todos aqui já acompanharam – que houve um movimento dos delegados, há uns 2 anos, alguma coisa assim, 2 anos e meio, e a resposta foi a seguinte. “Ah, isso era uma reposição que já estava acordada.”

Eu vou dizer o que eu acho. É mentira. Isso é mentira, porque essa recomposição poderia ter sido feita em qualquer momento. Não precisava ser agora quando vai fazer o reajuste de todos os servidores. Não precisava comprar esta briga. Se tinha alguma coisa em qualquer tipo de categoria, fizesse antes. Bem, na hora do reajuste, não. Há um reajuste diferenciado para delegado enquanto os outros servidores receberão 4%, sejam eles da saúde, sejam da própria PM ou Polícia Civil, aliás, todo mundo.

E o que eu digo ainda, gente, é o seguinte: o serviço público precisa de estímulo. A gente sabe a dificuldade. Muitas vezes, os lugares, aos quais somos submetidos para trabalhar, são insalubres, como, por exemplo, cadeira ruim e não ergonômica; ou um ambiente cheio de mofo; às vezes, não tem um ventilador; isso sem falar da falta de ar-condicionado. Nós sabemos como são as delegacias de polícia. Nem um aumento de uma recomposição de 6% da inflação o governo quer dar. Ele não chega nem à recomposição da inflação. Façam a reposição inflacionária de 6%! Eles respondem: “Isso não!”

E, além disso, o governo do estado está se achando tão forte que ele não abre uma mesa de negociação. Hoje, nós estávamos em reunião na Bancada da Oposição. Lá, havia o tenente-coronel Ubiraci, junto com o major Fábio e um capitão. Eles nos disseram o seguinte. Não são palavras minhas, são palavras deles. Eles disseram: “Saudade do então governador Wagner.”

(As galerias se manifestam com palmas.)

O ex-governador Wagner sentou, abriu a mesa de negociação. Inclusive, à época, era o então deputado Zé Neto quem fazia essa intermediação, e conseguiram alguns avanços.

Aí, eu fiz uma pergunta que vocês, talvez, não tenham pensado ou alguns pensaram e ficaram calados. Bem, eu perguntei se essa mesa de negociação ocorreu antes ou depois da greve. Eles responderam que isso aconteceu depois da greve dos policiais. Só funcionou na pressão, só funcionou quando os policiais fizeram aquela greve, àquela época. Aí, abriram a mesa de negociação. Será isso necessário para a gente se sentar, esticar um pouco ali, esticar aqui, cortar acolá para ser valorizado o servidor público?

Amigos, nós sabemos que, hoje, há uma briga entre facções aqui, em Salvador. São diversas. Eu sou um deputado, ex-vereador. Tenho um filho vereador. Tenho uma

representatividade em Salvador. Como o meu amigo deputado Penalva, nós andamos muito nas comunidades de Salvador.

Há uma guerra, repito, há uma guerra entre as facções. Quem bota o peito para defender a gente são vocês, são vocês, servidores da polícia, que estão ali. E, hoje, eu não posso dizer que só o delegado pode ser... Eu quero que ele tenha mais do que 9%. Mas eu quero que vocês também cheguem a essa equiparação.

(As galerias se manifestam com palmas)

Nós temos, hoje, aqui, um projeto para votar. Ainda tem mais dois projetos da polícia. Tem um projeto que altera vários cargos na Polícia Militar. E tem um outro projeto na Secretaria da Segurança Pública, que eu falo já.

Quanto ao da Polícia Militar, ele precisa, realmente, desafogar para que os oficiais possam ir subindo todos na hierarquia: tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, para que a gente possa desafogar, porque existem oficiais com mais de 11 anos na fila, esperando uma promoção.

Queria mais. O que eu pedi ao vice-líder, o deputado Matheus, que levasse também ao nosso vice-governador Geraldinho, foi que, independente da votação de hoje, levasse uma mensagem para abrir um canal de negociação com o servidor, independente da votação do projeto hoje, dos 4%.

O servidor precisa ser ouvido, gente. Às vezes, vale mais um carinho do que o dinheiro no bolso. O servidor precisa de atenção. O que os olhos não veem o coração não sente. O governador precisa se sentar e discutir com essa categoria, que ele sempre militou. Ele precisa ouvir os servidores. É disso que ele precisa. Ele precisa, também, convencer os servidores ao dizer, por exemplo, o seguinte: “Eu só posso chegar até aqui, eu posso avançar até ali, eu posso fazer um fracionamento escalonado.” Mas ele precisa se sentar e ouvir a outra parte.

É essa turma que faz esta grande engrenagem da máquina pública, da máquina do estado andar e funcionar, seja no setor que for, na educação, na saúde ou em qualquer um, gente!

Agora, a gente precisa avançar. Hoje, o nosso tema é servidor público, é trabalho, reconhecimento, remuneração dessas pessoas que trabalham por todos nós. Todos, em algum momento, precisam do serviço público, seja no Detran, seja em qualquer área. Mas nós precisamos deles também. Os servidores têm de estar estimulados. Só há duas coisas que estimulam qualquer pessoa: ter um local agradável para você trabalhar e remuneração.

Além da remuneração, ele persegue, agora, o servidor através do Planserv. Ele vai abocanhar, também, uma fatia da remuneração recebida pelo servidor público através do Planserv! E ele já acha pouco!

Então, como eu disse anteriormente, o reajuste não é de 4%. O reajuste é de um pouco mais de 3%, porque ele vai tirar, novamente, na contribuição de 4% para quem ganha até R\$ 10 mil. E, para quem ganha acima de R\$ 10 mil, ele vai tirar 8% dessa contribuição.

É pouco? É pouco para quem? Quem pode dizer pelo outro se isso é pouco ou se isso é muito?

Eu sou médico, gente. E uma vez, eu disse, assim, a um paciente. Passei uma medicação.

Aí, eu não tinha dado em duas vias. Dei em uma via só. Bem, se não me falha a memória, eu acho que era anticoncepcional. E quando chegou na hora, eu falei: “Que nada. Isso é barato! Isso, aí, você vai comprar a R\$ 1,00.” O paciente me respondeu: “E o senhor acha isso barato?” Então, o que é barato para mim pode não ser para você. Então, por exemplo, há contribuições de R\$ 24,00 ou R\$ 48,00 ou R\$ 60,00. Você pode achar isso pouco. Mas o que é pouco para você pode fazer falta para alguém.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então, você não pode dizer isso. Bem, eu ouvi falar que isso é pouco. Aí, cabe a pergunta.

É pouco para quem?

Então, eu posso falar também que é muito quando o Orçamento do estado é na casa de bilhões, repito, bilhões. O investimento, a ser feito agora, se não me falha a memória, no Hospital de Alagoinhas – a minha querida amiga Ludmilla que estava lá – é da ordem de R\$ 120 milhões. Isso é pouco ou muito? Isso é dinheiro demais!

Aí, eu volto e pergunto a vocês o seguinte. É ótima a construção de hospitais. Mas e quanto à regulação? Essa foi discutida em outubro. Nós estamos, agora, quase em junho. Vamos chegar a 9 meses. É uma barriga de mulher, uma barriga. Vai nascer a criança.

O que foi apresentado na regulação? Nada.

Há as pessoas que pensam na regulação, as pessoas que planejam. Elas vão ter aumento de quanto? Elas terão o aumento de 4%. Bem, isso tirando os cargos comissionados, já falado aqui, essas terão o aumento diferenciado de mais 16%, que se somarão 20% de aumento. Isso precisava ser explicado, gente.

O que eu falo, aqui, com muita tranquilidade, chamando a atenção, principalmente, para a sensibilidade da mulher deputada, é que a gente pensasse um pouco não só na gente, não só no nosso mandato, mas nos servidores, pois eles estão a vida toda aí. Eles dão o suor ao trabalhar por nós, por nossos filhos, por nossas mães. Alguns ou muitos dão as suas próprias vidas por nós.

Então, o que eu peço?

Peço a vocês para refletirem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e fazerem o que achar mais prudente. Mas nós não vamos votar com isso. Muito obrigado.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Leandro de Jesus.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Senhoras e senhores, peço a atenção de todos. Mais uma vez, cumprimento todos os presentes, colegas, excelências, jornalistas. Eu

queria trazer a pauta quando dois deputados, principalmente da base governista, se colocaram em favor do povo preto.

Vocês presenciaram isso aqui. Não é verdade? Vocês presenciaram?
Participantes das galerias: Sim!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Presenciaram.

Isso aconteceu quando nós tivemos a eleição do Ronaldo. Como preto, ele foi, aqui, enaltecido por esse motivo. Os senhores presenciaram isso. E nós tivemos, aqui, dois deputados brancos que defenderam o Ronaldo, por ser preto.

Eu queria, por gentileza, perguntar às galerias.

Você que se identifica como servidor e você que se identifica como preto, se coloque de pé, por favor. Eu lhes peço este favor. Você que se identifica como preto, se coloque de pé.

(Algumas pessoas das galerias se colocaram em pé.) Obrigado.

Eu nasci e cresci ali no Beiru/Tancredo Neves. Também tenho a origem negra, preta. Conheço as dificuldades. Eu não vou cansar muito os senhores não. Só mais uns minutinhos, só 1 minuto, permaneçam de pé. Eu lhes peço.

Bem, alguns deputados da base governista saíram em favor do povo preto ou de um negro, aqui. Eu peço, agora, a mesma atenção para o povo preto que está representado, ali, pelos servidores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É o meu desafio, agora, aos senhores! Agora, é o meu desafio aos senhores que saíram em defesa do povo preto. Vocês vão votar 4% ou virão, agora, para defender o povo preto servidor?

(As galerias se manifestam com palmas.) Está desafiado!

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Obrigado! Obrigado!

Eu dou o meu tempo agora! Eu dou o meu tempo agora para os mesmos deputados se manifestarem em favor do povo preto aqui. Estou esperando! Cadê? Cadê?

(As galerias se manifestam.)

Cadê os mesmos deputados da base governista que defendem o povo preto? Cadê?

(As galerias se manifestam.)

Eu estou dando o tempo aqui. Vou ceder o meu tempo, porque, ali, existem o povo preto e o povo servidor que estão sendo humilhados com este, entre aspas, “reajuste” de 4%!

Eu quero ver a defesa do povo preto agora! Ou vai ficar no discurso de que “o amor venceu?!”. Cadê o amor, agora, ao povo preto e pobre? Cadê o amor ao povo negro que compõe o serviço público do estado da Bahia? Eu tenho certeza de que a maioria dos servidores públicos do estado da Bahia é composta pelo povo preto. E aí?

Está desafiado!

Eu faço justiça. O único deputado da base governista que tem se colocado e defendido os senhores é o deputado Hilton!

(As galerias se manifestam com palmas.) Posso discordar...

Participantes das galerias: Hilton! Hilton! Hilton!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Hilton, nós já tivemos alguns embates aqui, discordamos várias vezes aqui, repito, discordamos várias vezes aqui, mas nós não estamos falando de ideologia. Inclusive, este é o momento em que eu trago a reflexão aos demais deputado, melhor, dos demais deputados, mais uma vez, da base governista.

Agora é a hora de ser, melhor, de trazer luz e sensatez ao posicionamento! Não se trata de ser Governo ou Oposição, se trata de estar ao lado do povo. Como nós estamos nos colocando ao lado do povo, dos servidores, então, esse é o ponto central.

Vai servir a quem? Vai servir ao seu senhor? Digo isso porque aqui está parecendo a senzala! (As galerias se manifestam com palmas.)

Vamos, agora, falar.

Aqui está parecendo a senzala! E onde está a casa grande? A casa grande é onde está o governador que está determinando o que acontece nesta Casa em prejuízo do povo preto? Cadê os deputados agora que dizem defender o povo preto? Estou desafiando aqui. Vou, mais uma vez, me calar e ceder o meu tempo. (Silêncio)

Cadê? É só discurso? Por isso eu chamo a atenção dos senhores aqui, porque eu conheço. Nasci e cresci, ali, no Beiru/Tancredo Neves, acho que os senhores aqui sabem onde é. Sabem? Eu conheço, sei a história de quem é pobre, de quem nasce com o pé no barro, de quem sofre com a ausência do Estado, o sofrimento de um pai e de uma mãe para colocar o pão de cada dia na mesa. Eu sei desse sofrimento. Eu vi o meu pai sofrendo para criar três filhos, trabalhando de carpinteiro, de pedreiro, de camelô, do que aparecia, para sustentar a família. Nós sabemos o que é esse sofrimento, mas parece que Jerônimo não se importa! Nem com o povo preto, nem com o servidor.

Agora vamos esquecer um pouquinho da cor da pele e vamos falar do servidor, de modo geral. Parece que ele não se importa! Seja preto, seja branco, seja amarelo, qualquer que seja a origem, estão aí 4%! Imposição, sem abrir a janela para o diálogo! Mas eu quero falar aqui que eu estou dando a oportunidade para os deputados, se quiserem me interromper, inclusive, para justificar por que estão votando contra o povo preto. Eu estou abrindo espaço aqui. Eu cedo. Fique à vontade, base governista.

Mas falando da situação do nosso povo preto, já que se diz tanto que se defende, já que “o amor venceu”, dizem eles, vamos pegar aqui os servidores policiais militares. Srs. Policiais, tenho aqui uma notícia de 9 de maio de 2022: “*Cinco policiais militares já foram mortos na Bahia este ano*”. Dia 9 de maio de 2022. A maioria deles são pretos. Pretos que são policiais militares. Não precisa nem de dados, a gente anda pela rua, encontra com os guerreiros que estão ali no combate do dia a dia, e a maioria deles são pretos. Esses pretos vão receber o que agora? 4%.

É isso aí? Cadê o amor ao povo preto? Cadê a preocupação? Ou é só discurso? Mais uma vez, olha, mais uma vez, eu vou abrir o tempo aqui. Querem falar? Querem falar? Estou desafiando. Está aí o microfone. Não estão defendendo o povo preto? Cadê? Se o líder quiser falar, ou quem quiser, está aí. O povo preto está ali esperando a justificativa para isso. Cadê? Estou dando o meu tempo. Não vão falar!

Participante das galerias: Retira!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Tem a oportunidade de retirar. Retira agora pensando no povo preto!

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Retira agora pensando no povo preto! Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Está aí a oportunidade de pensar, a oportunidade de pensar no povo preto, como tanto se fala. Está aí. Retira o projeto! Vamos discutir! Vamos abrir o discurso com o povo preto, com o servidor e todos os demais! Ou vai ficar só no discurso?

Mas tem mais. Vamos relembrar aqui, senhoras e senhores, um fato recente, notícia de 13 de abril de 2023: “*Organizações pedem suspensão da nomeação de Piau, condenado por injúria racial, em cargo na Sudesb*”, neste governo. Este mesmo governo que diz se preocupar com o povo preto; este mesmo governo que não dialoga com o povo preto, que está oferecendo 4%, é o mesmo governo que colocou um cara condenado por injúria racial no governo. Cadê o respeito ao povo preto? Só tirou depois de muita pressão, sabemos disso. Depois de muita pressão foi que retirou. Cadê a preocupação?

Vamos ao fato. Precisamos aqui relembrar – o nosso líder da Minoria, o Alan, relembrou mais uma vez aqui o caso – a situação da regulação. Vamos à preocupação com o povo preto. Senhoras e senhores, na Bahia, vamos pegar aqui o exemplo da nossa Salvador: quem é que mais sofre com a regulação? Quem é que morre na fila da regulação? Quem é que morre sem sequer ter a chance de ter um atendimento digno para salvar a sua vida? É o povo preto? É ou não é? É o povo preto! Mas esse é o governo que diz amar as pessoas e amar o povo preto. Eu estou trazendo apenas uma reflexão aos senhores. É só discurso de que ama, de que cuida de pessoas, está muito claro.

Recentemente, eu recebi uma denúncia de uma senhora, coitada – eu trouxe isso aqui e teve deputado que fez, assim, cara de nojo –, uma senhora que estava com o intestino para fora, há 3 anos, aguardando a regulação, prestes a morrer. Sabe qual é a cor da pele dessa senhora? É preta.

Então esse discurso falacioso, fazer palanque sobre questões raciais é algo absurdo. Existem questões a serem verificadas, corrigidas? Vamos corrigir. Eu sei o que é ser da periferia, eu sei o que é ter um pai preto. Eu sei. Agora, com discurso vazio, sem ação, sem promover o que realmente deve ser promovido, para que os senhores tenham dignidade, para que os senhores sejam respeitados enquanto servidores... Eu quero ver agora, mais uma vez, estou dando oportunidade no meu tempo.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados da base governista, está aí a defesa do povo preto que compõe o funcionalismo público. Vou novamente me silenciar aqui e a oportunidade está dada. Façam a defesa do povo preto ali, agora, e peçam a retirada desse projeto!

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

(O Sr. Leandro de Jesus sai da tribuna e gesticula concedendo a palavra aos deputados da Base do Governo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concluiu, deputado?

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Não concluí, não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Regimentalmente, V. Ex.^a saiu da tribuna...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Não concluí, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Na próxima saída de V. Ex.^a, eu vou convocar o próximo, regimentalmente. Olhe lá.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Veja, parece que o meu discurso está incomodando a base governista, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não!

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Regimentalmente, regimentalmente...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Parece que está incomodando, não é? Então está procurando alguma brecha para me calar. Está procurando uma brecha para calar o povo! Está procurando uma brecha...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a deixou a tribuna! V. Ex.^a deixou a tribuna...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Está procurando uma brecha para calar quem tem coragem de falar a verdade. Está procurando uma brecha porque quer me calar, o senhor tem a oportunidade de me calar. O senhor está dirigindo...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, V. Ex.^a deixou a tribuna.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) o senhor tem a oportunidade...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a deixou a tribuna...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Faça o que o senhor...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a deixou a tribuna. Eu estou seguindo o Regimento.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Faça o que o senhor e o seu governo...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo o Regimento...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) costumam fazer, que é impor as coisas aqui dentro.

Quer cortar a minha fala? Fique à vontade! Na frente do povo!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Na frente do povo! Na frente do povo preto!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a pode fazer o que quiser...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (Risos) Está aqui... Olha o discurso...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) agora, não deixe a tribuna!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Está aqui um preto da periferia. Cale o preto da periferia agora! Não é isso? É isso que eles fazem.

Então, senhoras e senhores, o que eu peço a vocês é que, por favor, esqueçam ideologia, olhem para as ações. Esqueçam as promessas, olhem para as ações. Esqueçam! Vou pedir a vocês que esqueçam até nome de partido, olhem para as ações. Olhem para as ações! Olhem a situação do nosso estado da Bahia. É deplorável. Deplorável! E são nossas famílias que vivem neste estado. São seus filhos que vivem neste estado, são os meus filhos. São as nossas famílias que estão sofrendo com todo esse descaso. E, não bastasse todo o caos, está aí um reajuste de 4% aos servidores, uma votação de 4% aos pretos que eles dizem amar e defender. Adoram essa pauta

racial! Adoram fazer palanque sobre a cor da pele dos outros! Mas não passa de discurso.

Estamos vendo aí, inclusive, essa desvalorização dos servidores, a desvalorização das forças de segurança pública. Vale destacar, Srs. Policiais Militares, Srs. Policiais Civis, Polícia Penal, vocês que combatem a criminalidade, vocês que são escudo da nossa sociedade, vocês que fazem um esforço descomunal até para esquecer... Porque eu imagino que para você sair de casa, senhoras e senhores, você acordar de manhã e sair de casa, com a situação da criminalidade como está no estado da Bahia, e você pensar nesse tipo de tratamento desumano que vem recebendo do governo do estado, eu penso que vocês, aliás, eu afirmo: vocês são heróis! Heróis! Servidores públicos deste estado são heróis! Heróis!

(As galerias se manifestam com palmas.) E vocês têm e terão todo o meu respeito.

Podem discordar de mim em qualquer ponto, eu vou respeitar vocês, em qualquer outra pauta. Isso é democracia, isso é ser republicano. Mas aqui vocês estão vendo que quando a gente tira as escamas, quando a gente fala a verdade, quando a gente quebra as narrativas, olhem o quanto incomoda. Fui até ameaçado de ser calado aqui, nesta tribuna, porque é um preto que está aqui, de origem da periferia, que está falando o que pensa. Mas eles entendem que nós não podemos ter a liberdade de questionar, vão sempre tentar nos calar!

Aí, fica a pergunta: O que é isso aqui? Volto a perguntar: É uma senzala? Estamos numa senzala? Retornamos a um tempo que nós repugnamos, quando o povo que, neste caso, eles dizem defender, o povo preto, agora está numa senzala e não pode questionar esses absurdos que o governo quer impor?

Então está aí. Estou dando a oportunidade novamente – e dei – a dois deputados brancos que dizem defender o povo preto. Está aí a oportunidade agora. Vamos tirar da pauta esse PL absurdo, essa proposta absurda que prejudica todos os servidores de modo geral, mas prejudica o povo preto que eles dizem amar e defender.

Então eu faço aqui o apelo, também, ao líder, faço o apelo à bancada governista, em nome do amor, já que vocês dizem que “o amor venceu”. Em nome do dito respeito e da luta que vocês dizem fazer em favor do povo preto, dos servidores. Mostrem isso aqui agora, retirem de pauta e abram discussão com quem tem de ser ouvido, que são os servidores, que é quem está sofrendo ao longo desses anos, que é quem sofre com as suas famílias, que é quem sofre com os seus filhos!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Porque tudo o que esse povo quer é dignidade e respeito de verdade! Não da boca para fora, mas de verdade! Ações de verdade! Respeitar esse povo de verdade! E eu acho que o respeito começa exatamente no diálogo, o respeito começa no diálogo. Volto a repetir, em que pese eu ter perguntado, mas agora vou afirmar: isto aqui não é uma senzala! Vocês não vão tratar o povo como escravo! Vocês não vão tratar os servidores como escravos e as determinações como imposições vindas da casa grande!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Não! Esse período acabou e nós o repudiamos. Não vamos aceitar uma escravidão moderna com falso discurso. Não vamos aceitar!

Então está aí a oportunidade para vocês fazerem justiça de verdade ao povo. E eu, mais uma vez, peço, solicito que retirem esse absurdo de votação hoje e mostrem que vocês, realmente, têm algum pouco de respeito por este povo.

Muito obrigado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu passo a palavra ao nobre deputado Luciano Simões Filho, para discutir o projeto pelo tempo regimental.

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira! Retira!

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde!

Participantes das galerias: Boa noite.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Oh! Boa noite. Sessão boa é assim, a gente perde até a noção do tempo. Vamos lá.

Deputado Júnior Muniz, deputado Zó, deputado Roberto Carlos, me ajudem. Iniciei, na sessão de hoje, um pleito junto ao secretário da Segurança Pública sobre o projeto que iremos votar ao longo dessa noite e, muito possivelmente, invadindo a madrugada, deputado Antonio Henrique Jr.. Matheus de Geraldo Júnior, bem-vindo à primeira obstrução deste ano! Você é novo, você aguenta.

Está devidamente franqueada a palavra – claro, só depois do meu discurso, deputado Emerson Penalva – para os deputados da Situação que, se contrariados, venham fazer o contraponto nesta tribuna, porque para isso vocês foram eleitos e aqui é a Casa do debate das ideias.

Deputada Kátia Oliveira, esse fenômeno de Simões Filho. Simões Filho que antes, evidentemente, de o nosso prefeito Dinha alcançar a vitória naquele município, pontuava como um dos mais violentos do Brasil.

A gente está vivendo na Bahia agora um ciclo que nunca se viu na história deste estado, de cinco governos seguidos de um mesmo partido. Quando você estuda os índices de criminalidade do nosso estado, nesses últimos 8, 16 e, se completarem, 20 anos, todos os índices pioram. É culpa da Polícia Militar? É culpa da Polícia Civil? Eu acho que o problema é muito maior do que esse. Faço, aqui, coro com alguns colegas da Oposição para que o atual secretário da Segurança Pública realmente mude essa realidade, junto, evidentemente, com o comandante da Polícia Militar e com todo o conjunto de forças da Polícia Civil. Mas é um fato, e contra fatos não há argumentos, que os dados da segurança pública no nosso estado seguem entre os piores do nosso país.

Eu falei mais cedo da violência e eu acho que Júnior Muniz também já soube que esse final de semana houve um tiroteio lá, no interior de Pilão Arcado, perto da divisa com o Piauí, e morreram três pessoas. A Polícia Militar não tem alcance, haja vista a dimensão do nosso estado, principalmente nas divisas. É importante a gente pensar que o problema da segurança pública... Uma coisa que o Rui Costa falava muito: “não é só um problema das polícias; é um problema das famílias, e tal e coisa; que os pais têm de conversar com os filhos”, ele falava muito disso. E eles saíram construindo

um bocado de escolas na Bahia inteira, parecem shopping centers, têm até piscina, são obras gigantescas que estão se espalhando por todo o estado.

A questão é que essas grandes estruturas físicas ainda não estão funcionando efetivamente – e é uma coisa que eu rodo, viajo muito, converso muito com as pessoas do interior – porque os prédios são gigantes e não há uma estrutura de pessoal e administrativa, no interior do estado, que acompanhe essa estrutura tão grande. Falo da estrutura de edifícios mesmo.

Até porque – e isto, bem verdade, não é um problema só da Bahia, mas aqui parece que é o pior problema do Brasil – a pandemia deixou esse terrível legado para a educação do nosso país, principalmente a educação pública. Porque a educação privada acaba vivendo um momento menos pior, por questão de tecnologias e acesso à internet pelas pessoas de melhor renda, porém a educação pública, que já não vinha bem, com o atraso que aconteceu agora na pandemia, piorou mais ainda.

Eu até concordo, deputado Leandro de Jesus, com as boas estruturas físicas das escolas públicas. Eu acho que tem de ser assim mesmo, até porque eu acho que vale muito mais a pena você transportar os estudantes para grandes centros de excelência, com boas estruturas de salas de aula, de áreas comuns, de atividades de educação física, de atividades de música e tantas outras. Que você desloque os alunos para centros mais estruturados ao invés daquela política antiga que eu acho que Hilton sabe também. Antigamente, no interior, Hilton, os prefeitos abriam escolas em várias cidades, em várias localidadezinhas, não era, Eures? Era uma escolinha que tinha duas salinhas, depois, andava mais um pouco, numa fazenda, havia outra escolinha. Eu acho que esse modelo ficou para coisa de 30, 40 anos atrás.

Hoje, você tem de ter uma estrutura física grande e trazer as crianças e os adolescentes para uma estrutura melhor. É assim que acontece nos Estados Unidos, com as escolas-modelo, para onde você desloca os alunos de todo canto. E o envelhecimento é um movimento normal da população brasileira, há menos crianças, o que não era a realidade de 30, 40 anos atrás.

Mas cabe aqui que a secretária de Educação – eu acho que é a secretária de Educação, não é, Eures? Ou é secretário de Educação? É mulher, não é? –, que ela dê uma eficiência maior a esses grandes shoppings centers, essas grandes escolas que estão sendo inauguradas, uma atrás da outra, no interior, porque estão vazias. Vazias mesmo. Vazias de novas ideias, vazias de profissionais preparados para uma estrutura diferenciada deste nosso estado.

Mas voltando, deputado, pastor, bispo José de Arimateia, que hoje na reunião da bancada trouxe um tema muito importante, que é o abatimento dos jumentos na Bahia. Não foi, José? É importante! Se você quiser me apartear falando do projeto de lei dos jumentos que você falou hoje, na reunião, fique à vontade. É um projeto de lei que está tramitando ou ainda vai tramitar nesta Casa. Deputado José de Arimateia tem uma bandeira forte de defesa dos animais. Já que não tem mais

Marcell Moraes aqui, o deputado José de Arimateia é muito importante na defesa dos animais e dos aposentados. Ele é presidente da frente dos aposentados, alguma coisa assim.

É importante também, deputado Pedro Tavares, grande liderança de Ilhéus e de toda a Bahia...

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. Pedro Tavares: Deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Oi.

O Sr. Pedro Tavares: Um aparte, por favor. Vendo com muita atenção o pronunciamento de V. Ex.^a, lembrei-me de seu pai, o deputado estadual Luciano Simões, um dos grandes tribunos que eu encontrei, que eu conheci nesta Casa, um deputado combativo, e lembrei-me das nossas obstruções, no nosso 1º ano de mandato, na verdade, no meu 1º ano de mandato, e S. Ex.^a, seu pai, já estava no sétimo mandato. V. Ex.^a e seu pai, juntos, já vão para mais de dez mandatos, não é?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Dez, só dez.

O Sr. Pedro Tavares: Dez mandatos consecutivos. E, me lembro bem, que assim que a gente chegou, deputado Luciano Simões, o PT, o governo sempre falava que não dava aumento para os servidores públicos, por quê? Por causa da herança maldita do governo anterior.

Participante das galerias: E agora?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: E aí, vendo, depois de 12 anos de governo, de 12 anos de mandato, eu fico a me perguntar, será que ainda têm essa desculpa? Porque não existe mais a herança maldita. Já são 16 anos de governo e o aumento pífio de só 4%, sem ter a capacidade de sentar, de dialogar e de fazer o que todos esses que estão aqui no Plenário, que estão aqui nas galerias querem, que é a retirada do projeto.

Participante das galerias: Retira!

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: A retirada do projeto para que você possa conversar, dialogar e chegar a um denominador comum. É isso que todos nós esperamos disso aí.

Então, deputado Luciano, quero mais uma vez parabenizar V. Ex.^a. Mais uma vez, está utilizando a tribuna desta Casa com muita competência. V. Ex.^a é um deputado que demonstrou, na sua fala anterior, o quanto V. Ex.^a conhece o interior da Bahia. Discorreu sobre Pilão Arcado, sobre Casa Nova, sobre Campo Alegre de Lourdes; falou da importância de se colocar uma base da polícia também, lá, na Região Norte do estado, uma região...

Participante das galerias: Itiúba!

O Sr. Pedro Tavares: Itiúba também.

(...) uma região que ele conhece como ninguém, não é? Votado há mais de dez mandatos, ou por dez mandatos, em Pilão Arcado, em Campo Alegre de Lourdes, em Sobradinho, enfim.

Então queria parabenizar V. Ex.^a pelo pronunciamento e dizer que V. Ex.^a tem toda razão. O governo poderia dialogar, poderia retirar esse projeto para fazer com que se chegasse a um denominador comum que valorizasse o servidor público. Grande parte dos servidores que estão aí também acreditaram no governo atual e, infelizmente, hoje, o governo atual não vai suprir as expectativas dos servidores públicos, oferecendo um percentual de só 4%. Eu queria parabenizar V. Ex.^a pelo pronunciamento, deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Muito obrigado, deputado Pedro Tavares. E você me chama a atenção nesse ponto de que o PT, quando não era Governo, era o partido do diálogo, dos movimentos sociais e por aí vai. Vira Governo, muda tudo. Tem o secretário, que eu entendo que é o secretário mais forte do estado, o secretário da Fazenda, que já vai completar... Quanto tempo, Rosemberg? O secretário da Fazenda, Manoel Vitório, já vai completar o quê, uns 16 anos no cargo, não é? Não são uns 16 anos de Manoel Vitório no cargo, direto? Manoel Vitório é secretário há 16 anos...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não é esse tempo todo.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Não, entre Administração, Fazenda... São 16 anos que ele é o homem forte, é o dono da chave do cofre. Soube até que Rui Costa quis levá-lo para Brasília, mas ele ficou por aqui mesmo.

Eu participei, na legislatura passada, junto com o deputado Vitor Bonfim e o deputado Nelson Leal, da comissão de Finanças e Orçamento desta Casa. Nelson Leal foi presidente, Robinho também foi presidente por um tempo e tal, e a gente tinha por obrigação, naquela comissão, receber o secretário da Fazenda – hein, Nelson? – de 3 em 3 meses, de 4 em 4 meses, não é? De 3 em 3 meses.

Educadíssimo, preparado, sabia o que estava falando, até então, competente porque as contas estavam aprovadas com um ou outro erro, na minha opinião, mas, de modo geral, um cara digno, decente, e ele entende de finanças públicas.

Se a gente puder retirar o projeto hoje, Rosemberg, e dar a oportunidade para esses servidores terem um diálogo diretamente com o Sr. Manoel Vitório, eu acho que todo mundo ganha.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Se o governador está ofertando 4%, e os deputados Leandro de Jesus, Diego e outros falaram que ele está dando um tratamento que não é digno ao servidor, aquela coisa toda, que ele desfaça essa impressão que, tomara a Deus, é equivocada e explique que o estado não pode dar mais do que isso. Mas que trate isso com muita transparência, porque, se não dá, não dá, paciência, a vida segue, é o que o estado pode fazer agora.

Mas votar um projeto desse em regime de urgência, sem tramitá-lo nas comissões para que tenha um debate mais específico, para que sejam chamados os secretários de Administração, da Fazenda e seja devidamente explicado: “Olha, a finança do governo é essa aqui, já tem uma despesa de ‘x’, a de pessoal é tanto, não dá pra avançar mais do que isso, senão vai faltar dinheiro para a segurança pública, para a reforma de escola, para construção de hospital...” Que fale, senão fica parecendo que é má vontade do Sr. Manoel Vitório, tomara que não seja, eu acho que não é mesmo.

Retira-se o projeto, amplia-se o debate, surgindo, inclusive, a oportunidade de nos convencerem aqui de que não é possível dar mais do que isso, convencer o Hilton, que é um grande defensor de vocês, servidores públicos: “Você concorda com isso aí, Hilton?” “Não”, mas vai que Manoel consegue convencer o Hilton. O Hilton é um sujeito inteligente, não vai fazer política só para se promover, porque o Psol não faz isso, fazer política para se promover, outros partidos podem até fazer, mas o Psol não faz, não.

Há a defesa aqui, no nosso pronunciamento, de um debate mais amplo e transparente. Como é que estão as contas do estado? “Só dá para dar 4% de reajuste

porque a gente vai fazer a Ponte Salvador-Itaparica”. É isso aí! Ela vem agora! “A gente precisa segurar um dinheirinho porque a gente vai fazer a Ponte Salvador-Itaparica”. É um argumento.

“A gente vai segurar aqui 4% porque a gente vai ajudar o governo federal a duplicar a BR-116 e a BR-101”, e por aí vai, “Ah! Vamos dar só 4% de aumento porque a gente está trazendo uma empresa chinesa para entrar no lugar da Ford e precisa de dinheiro para botar lá dentro”. Quem vai ser contra isso, a geração de empregos? Ninguém, mas fale: “Não, porque Jerônimo foi à China, vai ter um aporte absurdo de investimento chinês na Bahia, e a Bahia tem que entrar com 10%, 15%, 5% desse investimento, e tem que ter isso no caixa”. Beleza, mas fale.

Por que o servidor tem que pagar esse preço sempre? Porque vai faltar dinheiro aqui e acolá. A gente sabe que a Bahia não é um dos estados mais ricos deste país, só para vocês verem, a nossa população absoluta é a maior do Brasil em beneficiários do Bolsa Família, isso é um retrato da nossa pobreza. Mas eu acredito que esse reajuste de 4% pode ser melhor explicado, primeiro, para que a gente possa entender o que está pensando Jerônimo, o que está pensando Manoel Vitorino, que façam política às claras, eu acho que vale muito mais a pena.

Esse tempo em que a gente está aqui debatendo é para ver se a gente sensibiliza essa bancada grande, que é a Bancada do Governo, aguerrida, que está aqui passando até das 8 horas da noite, firme, para votar o reajuste que veio de lá do Palácio de Ondina.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Luciano Simões Filho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Dr. Diego, em permuta com o deputado José de Arimateia.

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez voltando à tribuna desta Casa, pela terceira vez neste dia, parabenizar a resistência de cada um dos senhores. Isso mostra o compromisso de vocês policiais militares com o estado da Bahia. Isso mostra o compromisso de cada um de vocês com a nossa segurança pública. Se esse esforço que está sendo feito aqui hoje, senhoras e senhores, está ocorrendo, devemos isso graças, primeiramente, a Deus e depois a cada um de vocês...

O Sr. Rosenberg Pinto (fora do microfone): Sr. Presidente, ele já falou sobre essa matéria.

Não pode falar novamente, não!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pode, pode.

O Sr. Rosenberg Pinto (fora do microfone) Sr. Presidente, não, não pode.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O nobre deputado fez a permuta com...

O Sr. Dr. Diego Castro: O deputado José de Arimateia.

O Sr. Rosenberg Pinto: Mas ele já falou.

O Sr. Dr. Diego Castro: Não! Mas é nesta pauta, nesta matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas aí não pode.

O Sr. Dr. Diego Castro: Não, mas não é a mesma matéria, é outra matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Porque V. Ex.^a já havia falado no mesmo projeto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Já falou!

O Sr. Dr. Diego Castro: Mas é outra matéria!

O Sr. Rosenberg Pinto: Não! Já falou no projeto!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a já havia falado.

O Sr. Dr. Diego Castro: Esse é o Projeto nº 8, é qual?

O Sr. Rosenberg Pinto: Não! Já falou nesta pauta!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a poderá falar no próximo projeto. O Sr. Rosenberg Pinto: Isso, no próximo!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No próximo.

O Sr. Dr. Diego Castro: Mas foi V. Ex.^a quem me concedeu a palavra, presidente.

O Sr. Rosenberg Pinto: Não, querido...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas repare, é porque V. Ex.^a disse que havia trocado com José de Arimateia...

O Sr. Dr. Diego Castro: Que tinha permutado a ordem com José de Arimateia, exatamente. O Sr. Rosenberg Pinto: Mas é no outro projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas aí é para o próximo projeto, realmente é para o próximo projeto.

O Sr. Dr. Diego Castro: E será contado...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não tem problema, V. Ex.^a fala no próximo projeto, correto?

O Sr. Dr. Diego Castro: Eu posso, então, concluir no próximo projeto, porque o José de Arimateia não vai falar e o Tiago não está aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a falará no próximo projeto, e eu convido já o deputado Tiago Correia...

O Sr. Dr. Diego Castro: Então, presidente, não tem problema, eu continuarei aqui até o fim! Com certeza, a gente vai retirar de pauta hoje esse projeto dos profissionais da segurança pública da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tiago Correia! (Silêncio) Portanto... Concluída... Concluída a discussão!

Participantes das galerias: Retira! Retira! Retira!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito do Plenário,... Participantes das galerias: *“Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”*.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.877/2023.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente, eu tenho uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram.

O Sr. Hilton Coelho: Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: Espera, deputado!

O Sr. Rosemberg Pinto: Ora, depois?

O Sr. Alan Sanches: Não, não! Eu estou com a mão...

O Sr. Rosemberg Pinto: Ele encaminhou a votação.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Zé Raimundo, eu estou aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: (...) Eu estou aqui, me dirigi ao microfone, levantei a mão e pedi a questão de ordem. Estava esperando aqui o deputado Rosemberg, aí V. Ex.^a, com a sua visão sempre além do alcance, percebeu que eu estava aqui. Eu queria a verificação do quórum de votação, já que nós estamos em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, deputado Alan Sanches!

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu queria aproveitar para convidar todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho, os deputados que estão nos seus gabinetes, todos os deputados e deputadas, para atenderem à verificação do quórum de votação solicitada pelo deputado Alan. Queria, presidente, que marcasse o tempo regimental de 25 minutos e pedisse para todos os deputados se fazerem presentes aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Solicito à parte técnica que zere o painel e marque 25 minutos!

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Participantes das galerias: *“Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”.*

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre Alan Sanches! Registre a presença, nobre colega, deputado Alan Sanches.

Participantes das galerias: *“Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”.*

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Alan Sanches, registre a presença, por favor.

Participantes das galerias: Vergonha! Vergonha! Vergonha!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Restabelecido o quórum para encaminhar a votação, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Você veja que o presidente pediu até para tirar o microfone.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com certeza, não foi ato desta presidência.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, diante de tudo que a gente está vivendo nos dias de hoje, de toda essa falta de sensibilidade do governo Jerônimo, da falta de transparência nesse projeto que a gente vai votar agora, um projeto que não atende todos os servidores de forma igualitária, um projeto que não atende todas as categorias, eu vou encaminhar para a nossa bancada o voto contrário a esse projeto.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Como encaminha o deputado Rosemberg Pinto?

O Sr. Rosemberg Pinto: Encaminho pela aprovação do projeto, Sr. Presidente. (As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no Plenário, o Projeto de Lei nº 24.877/2023.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram.

(As galerias se manifestam.)

Aprovado o **Projeto de Lei nº 24.877/2023, em discussão única**, com os votos contrários dos deputados da Oposição. Por favor, que a Mesa registre. (Pausa)

PROJETO DE LEI Nº 24.877/2023

Altera a estrutura remuneratória dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Técnico-Administrativo, Técnico-Específico, Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Obras Públicas e Fiscalização e Regulação, dos cargos das carreiras de Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil, da carreira do Magistério Público das Universidades Estaduais e dos cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O vencimento dos cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Artes e Cultura passa a ser o constante da tabela 1 do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único - Os valores da Gratificação por Competência - GPC dos cargos das carreiras de nível médio do Grupo Ocupacional Artes e Cultura passam a ser os constantes da tabela 2 do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O vencimento dos cargos da carreira do Grupo Ocupacional Comunicação Social passa a ser o constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3º - O vencimento dos cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo passa a ser o constante do Anexo III desta Lei.

Art. 4º - O vencimento dos cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Técnico-Específico passa a ser o constante da tabela 1 do Anexo IV desta Lei.

Parágrafo único - Os valores da Gratificação de Suporte Técnico Universitário - GSTU dos cargos da carreira de Técnico Universitário do Grupo Ocupacional Técnico-Específico passam a ser os constantes da tabela 2 do Anexo IV desta Lei.

Art. 5º - O vencimento das carreiras do Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, passa a ser o constante do Anexo V desta Lei.

Art. 6º - O vencimento dos cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da PGE passa a ser o constante da tabela 1 do Anexo VI desta Lei.

Parágrafo único - Os valores da Gratificação pelo Exercício de Assistência em Procuradoria - GEAP dos cargos da carreira de Assistente de Procuradoria do Grupo Ocupacional Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da PGE passam a ser os constantes da tabela 2 do Anexo VI desta Lei.

Art. 7º - O vencimento dos cargos da carreira de Técnico em Obras Públicas, do Grupo Ocupacional Obras Públicas, passa a ser o constante do Anexo VII desta Lei.

Art. 8º - O vencimento dos cargos das carreiras de Técnico em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Técnico em Metrologia e Qualidade, Técnico em Fiscalização Agropecuária e Técnico em Regulação, do Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação, passa a ser o constante do Anexo VIII desta Lei.

Art. 9º - O vencimento dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil, do Grupo Ocupacional Técnico Jurídico, passa a ser o constante do Anexo IX desta Lei.

Art. 10 - O vencimento dos cargos da carreira do Magistério Público das Universidades Estaduais passa a ser o constante do Anexo X desta Lei.

Art. 11 - Os valores dos símbolos dos cargos em comissão de Secretário Escolar, Vice-Diretor e Diretor, do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, passam a ser os constantes do Anexo XI desta Lei.

Art. 12 - Os valores dos símbolos dos cargos em comissão da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, passam a ser os constantes do Anexo XII desta Lei.

Art. 13 - Os valores dos símbolos das Funções Comissionadas e das Funções Gratificadas do Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia - IRDEB, passam a ser os constantes do Anexo XIII desta Lei.

Art. 14 - Fica reajustado em 2,53% (dois virgula cinquenta e três por cento) o vencimento dos cargos dos Quadros Especiais criados pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003.

Art. 15 - O Anexo XX da Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, passa a vigorar na forma do Anexo XIV desta Lei.

Art. 16 - Os Anexos XXVI e XXVIII da Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, passam a vigorar na forma do Anexo XV desta Lei.

Art. 17 - O Anexo III da Lei nº 14.098, de 10 de junho de 2019, passa a vigorar na forma do Anexo XVI desta Lei.

Art. 18 - O Anexo Único da Lei nº 14.112, de 30 de agosto de 2019, passa a vigorar na forma do Anexo XVII desta Lei.

Art. 19 - O Anexo II da Lei nº 12.577, de 26 de abril de 2012, passa a vigorar na forma do Anexo XVIII desta Lei.

Art. 20 - O Anexo Único da Lei nº 13.719, de 07 de abril de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo XIX desta Lei.

Art. 21 - A promoção do ano de 2023 dos ocupantes dos cargos das carreiras de Delegado de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil, Investigador de Polícia Civil, Perito Técnico de Polícia Civil, Perito Criminal de Polícia Civil, Perito Médico Legista de Polícia Civil e Perito Odonto-Legal de Polícia Civil, observados os impedimentos legais, atenderá excepcionalmente os seguintes requisitos:

I - avaliação de desempenho anual;

II - 06 (seis) anos ininterruptos de efetivo exercício na carreira.

§ 1º - Para efeito da promoção do ano de 2023, os percentuais indicados no Anexo II da Lei nº 11.613, de 06 de novembro de 2009, e no Anexo II da Lei nº 11.369, de 02 de fevereiro de 2009, serão acrescidos em até 45 (quarenta e cinco) pontos percentuais na Classe Especial, 35 (trinta e cinco) pontos percentuais na Classe I e 25 (vinte e cinco) pontos percentuais na Classe II.

§ 2º - A Administração Pública adotará as providências necessárias para a aplicação do disposto neste artigo, inclusive quanto a revisão de atos já eventualmente publicados.

Art. 22 - Fica autorizada a realização de promoção extraordinária no ano de 2023 para os ocupantes de cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, nos termos deste artigo e do que dispuser o regulamento, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I - avaliação de desempenho individual;

II - o cumprimento do interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício na carreira e a aprovação no estágio probatório.

Art. 23 - Os dispositivos da Lei nº 11.373, de 05 de fevereiro de 2009, abaixo indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 11 -.....
.....

§ 2º - Quando o concurso público objetivar o provimento de cargos da lotação da SESAB, o seu edital poderá definir o quantitativo destes por Núcleos Regionais de Saúde - NRS.” (NR)

“Art. 13 -.....

I -

a) avaliação de desempenho individual;

.....” (NR)

“Art. 15 - A regulamentação da avaliação de desempenho individual definirá, entre outros aspectos, os seguintes:

.....

II - metas individuais de desempenho;

.....” (NR)

Art. 24 - A Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 8º -.....
.....

§ 3º - Quando o concurso público objetivar o provimento de cargos da lotação da SESAB, o seu edital poderá definir o quantitativo destes por Núcleos Regionais de Saúde - NRS.” (NR)

“Art. 10 -.....

I - Avaliação de Desempenho Individual;

.....

“Art. 12 - A regulamentação da Avaliação de Desempenho Individual definirá, entre outros aspectos, os seguintes:

.....

II - metas individuais de desempenho;

.....” (NR)

Art. 25 - Os proventos de inatividade e as pensões dos servidores das carreiras dispostas nesta Lei, que possuem direito à paridade constitucional, serão revistos na mesma data, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar em valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 26 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 27 - Fica revogado o art.13-A da Lei nº 11.373, de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 28 - Esta Lei entra em vigor:

I - quanto aos arts. 1º a 14, em 01 de março de 2023;

II - quanto ao art. 20, em 01 de julho de 2023;
II - quanto aos demais artigos, na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL ARTES E CULTURA TABELA 1

CARREIRAS DE NÍVEL MÉDIO VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico em Produção Técnico em Restauração Técnico Cinematográfico Técnico de Palco Técnico em Assuntos Culturais	I	1.052,27
	II	1.130,98
	III	1.207,98
	IV	1.291,14

40 HORAS SEMANAIS

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico em Produção Técnico em Restauração Técnico Cinematográfico Técnico de Palco Técnico em Assuntos Culturais	I	1.332,59
	II	1.432,26
	III	1.529,79
	IV	1.635,11

CARREIRAS DE NÍVEL SUPERIOR
VENCIMENTO

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Analista de Assuntos Culturais Restaurador Museólogo Bailairino Diretor de Produção Pianista de Balé Professor de Orquestra Professor de Orquestra Assistente Professor de Orquestra Chefe de Naípe Professor de Orquestra Concertino Professor de Orquestra Spalla Regente	I	1.221,64
	II	1.432,30
	III	1.685,03
	IV	1.988,38
	V	2.352,38

QUADRO ESPECIAL

VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Cargo	Vencimento (R\$)
Montador de Orquestra Projeccionista	1.052,27
Assistente de Coreografia Mestre de Arte Cênica	1.432,30

40 HORAS SEMANAIS

Cargo	Vencimento (R\$)
Montador de Orquestra Projeccionista	1.332,59
Assistente de Coreografia Mestre de Arte Cênica	1.432,30

TABELA 2

CARREIRAS DE NÍVEL MÉDIO

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

30 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	709,33	763,52	813,24
II	885,63	945,18	1.010,69
III	1.035,87	1.109,71	1.190,97
IV	1.279,42	1.375,40	1.481,02

40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	688,34	748,40	814,57
II	887,16	966,26	1.053,45
III	1.079,61	1.177,84	1.285,91
IV	1.381,44	1.509,13	1.649,54

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL COMUNICAÇÃO SOCIAL

JORNALISTA

TABELA DE VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.480,41
II	1.705,55
III	2.012,94
IV	2.381,85
V	2.889,02

ANEXO III

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

TABELA DE VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.042,33
II	1.086,05

40 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.320,01
II	1.375,37

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

TABELA DE VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.052,27
II	1.130,98
III	1.207,98
IV	1.291,14

40 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.332,59
II	1.432,26
III	1.529,79
IV	1.635,11

ANALISTA TÉCNICO

TABELA DE VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.480,41
II	1.705,55
III	2.012,94
IV	2.381,85
V	2.889,02

ANEXO IV

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO-ESPECÍFICO

TABELA 1

TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.052,27
II	1.130,98
III	1.207,98
IV	1.291,14

40 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.332,59
II	1.432,26
III	1.529,79
IV	1.635,11

ANALISTA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.480,41
II	1.705,55
III	2.012,94
IV	2.381,85
V	2.889,02

CARREIRAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS DA FUNDAC

VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico Auxiliar em Nutrição e Dietética Assistente de Serviço Social Assistente de Serviço de Saúde	I	1.052,27
	II	1.130,98
	III	1.207,98
	IV	1.291,14

40 HORAS SEMANAIS

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico Auxiliar em Nutrição e Dietética Assistente de Serviço Social Assistente de Serviço de Saúde	I	1.332,59
	II	1.432,26
	III	1.529,79
	IV	1.635,11

CARREIRAS DE GRADUAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICAS DA FUNDAC

VENCIMENTO

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Assistente Social Enfermeiro Nutricionista Odontólogo Psicólogo Terapeuta Ocupacional	I	1.480,41
	II	1.705,55
	III	2.012,94
	IV	2.381,85
	V	2.889,02

TÉCNICO EM REGISTRO DO COMÉRCIO
VENCIMENTO
30 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.052,27
II	1.130,98
III	1.207,98
IV	1.291,14

40 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.332,59
II	1.432,26
III	1.529,79
IV	1.635,11

ANALISTA EM REGISTRO DO COMÉRCIO
VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.480,41
II	1.705,55
III	2.012,94
IV	2.381,85
V	2.889,02

TÉCNICO EM RADIOFUSÃO
VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.052,27
II	1.130,98
III	1.207,98
IV	1.291,14

40 HORAS SEMANAIS

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.332,59
II	1.432,26
III	1.529,79
IV	1.635,11

ANALISTA EM RADIOFUSÃO

VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.480,41
II	1.705,55
III	2.012,94
IV	2.381,85
V	2.889,02

MÉDICO

VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.480,41
II	1.705,55
III	2.012,94
IV	2.381,85
V	2.889,02

MÉDICO VETERINÁRIO

VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.480,41
II	1.705,55
III	2.012,94
IV	2.381,85
V	2.889,02

TÉCNICO UNIVERSITÁRIO

VENCIMENTO

30 HORAS SEMANAIS

Grau	Vencimento (R\$)
I	1.052,27
II	1.130,98
III	1.207,98
IV	1.291,14

40 HORAS SEMANAIS

Grau	Vencimento (R\$)
I	1.332,59
II	1.432,26
III	1.529,79
IV	1.635,11

ANALISTA UNIVERSITÁRIO

VENCIMENTO

Grau	Vencimento (R\$)
I	1.474,27
II	1.670,17
III	1.895,41
IV	2.154,47
V	2.452,37
VI	2.726,47
VII	3.033,43
VIII	3.377,25
IX	3.762,31

TABELA 2
TÉCNICO UNIVERSITÁRIO
GRATIFICAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO - GSTU
30 HORAS SEMANAIS

Grau	Referência		
	1	2	3
I	719,49	840,59	972,00
II	1.052,85	1.198,01	1.354,71
III	1.493,00	1.663,56	1.846,87
IV	1.975,85	2.172,68	2.383,28

40 HORAS SEMANAIS

Grau	Referência		
	1	2	3
I	1.017,29	1.178,81	1.354,05
II	1.461,08	1.654,55	1.863,50
III	2.052,45	2.279,87	2.524,32
IV	2.700,51	2.962,96	3.243,78

ANEXO V
QUADRO ESPECIAL DAS UNIVERSIDADES
VENCIMENTO
30 HORAS SEMANAIS

Cargo	Vencimento (R\$)
Carreiras do Nível de Apoio - NA	1.042,33

40 HORAS SEMANAIS

Cargo	Vencimento (R\$)
Carreiras do Nível de Apoio - NA	1.320,01

ANEXO VI

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA PGE

TABELA 1

ANALISTA DE PROCURADORIA

VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	2.431,80
II	2.653,64

ASSISTENTE DE PROCURADORIA

VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.332,59
II	1.444,56

TABELA 2

ASSISTENTE DE PROCURADORIA

GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ASSISTÊNCIA EM PROCURADORIA - GEAP

Classe	Nível						
	1	2	3	4	5	6	7
I	363,29	496,87	643,78	710,58	886,87	1.081,87	1.191,41
II	1.202,30	1.315,98	1.435,27	1.560,49	1.691,99	1.830,07	1.975,06

ANEXO VII

GRUPO OCUPACIONAL OBRAS PÚBLICA

TÉCNICO EM OBRAS

TABELA DE VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
1	1.182,82
2	1.241,02
3	1.302,66
4	1.368,06
5	1.437,34
6	1.510,76
7	1.588,64
8	1.671,16
9	1.758,62

ANEXO VIII

GRUPO OCUPACIONAL FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

CARREIRAS DE NÍVEL MÉDIO

TABELA DE VENCIMENTO

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico em Meio Ambiente e Recursos Hídricos Técnico em Metrologia e Qualidade Técnico em Fiscalização Agropecuária Técnico em Regulação	1	1.320,00
	2	1.362,70
	3	1.445,28
	4	1.532,23
	5	1.623,49
	6	1.721,28
	7	1.823,41
	8	1.934,28
	9	2.049,49
	10	2.172,44

ANEXO IX

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

TABELA DE VENCIMENTO

Classe	Vencimento (R\$)
3	5.437,93
2	5.649,89
1	5.986,45
ESP	6.356,64

ANEXO X

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL A			
Cargo	Vencimento (R\$)		
	20 horas	40 horas	Dedicação Exclusiva
Professor Auxiliar	2.022,41	4.044,82	6.067,23
Professor Assistente	2.346,01	4.692,02	7.038,03
Professor Adjunto	2.721,37	5.442,74	8.164,11
Professor Titular	3.211,22	6.422,44	9.633,66
Professor Pleno	3.789,24	7.578,48	11.367,72

NÍVEL B			
Cargo	Vencimento (R\$)		
	20 horas	40 horas	Dedicação Exclusiva
Professor Auxiliar	2.175,69	4.351,38	6.527,07
Professor Assistente	2.523,80	5.047,60	7.571,40
Professor Adjunto	2.927,61	5.855,22	8.782,83
Professor Titular	3.454,58	6.909,16	10.363,74
Professor Pleno	-	-	-

ANEXO XI

CARGO EM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Cargo	Símbolo	Nível	Vencimento
Secretário Escolar	SP	-	1.320,09
	SM	-	1.428,95
	SG	-	1.495,72
	SE	-	1.714,63
Vice-Diretor	VP	1	1.373,19
		2	1.428,95
	VM	1	1.518,00
		2	1.559,36
	VG	1	1.734,00
		2	2.005,76
	VE	1	2.102,76
		2	2.238,63
Diretor	DP	1	1.811,67
		2	2.005,76
	DM	1	2.471,54
		2	2.859,72
	DG	1	3.209,05
		2	3.752,50
	DE	1	3.946,59
		2	4.218,31

ANEXO XII

CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	Vencimento (R\$)
DAS-2A	8.368,67
DAS-2B	6.626,83
DAS-2C	4.884,96
DAS-2D	3.868,87
DAS-3	3.143,10
DAI-4	1.981,91
DAI-5	1.485,51

ANEXO XIII

FUNÇÕES COMISSIONADAS INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Símbolo	Vencimento (R\$)
FC-3	2.752,29
FC-2	2.194,00
FC-1	1.496,16

ANEXO XIV

QUANTITATIVO DE CARGOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO	Classe	
	I	II
Direta	18.562	7.419
Indireta		
ADAB	39	15
AGERBA	17	15
INEMA	25	10
DETRAN	222	88
IBAMETRO	50	20
IPAC	186	74
JUCEB	12	4
SEI	28	11
SUDESB	62	24
UNEB	231	93
UEFS	71	29
UESC	50	20
UESB	51	21
FAPESB	10	4
FUNDAC	165	66
FUNCEB	110	44
HEMOBA	50	20
PEDRO CALMON	10	4
IRDEB	38	33

QUANTITATIVO DE CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO	Classe			
	I	II	III	IV
Direta	6.332	2.975	1.395	1383
Indireta				
ADAB	16	12	12	10
AGERBA	4	20	7	5
INEMA	34	22	19	14
DETRAN	278	191	176	130
IBAMETRO	3	9	7	2
IPAC	103	63	45	45
JUCEB	7	6	6	6
SEI	46	20	8	6
SUDESB	15	19	9	5
UNEB	2	1	1	1
UEFS	13	5	2	1
UESC	6	3	2	1
UESB	2	1	1	1
FAPESB	8	3	2	1
FUNDAC	250	274	274	197
FUNCEB	64	38	26	26
HEMOBA	16	6	3	2
PEDRO CALMON	8	3	2	1
IRDEB	6	4	3	3

QUANTITATIVO DE CARGOS ANALISTA TÉCNICO

ADMINISTRAÇÃO	Classe				
	I	II	III	IV	V
Direta	1.073	1.200	516	486	314
Indireta					
ADAB	25	21	9	6	4
AGERBA	5	7	5	4	3
INEMA	25	23	18	18	14
DETRAN	28	22	10	10	6
IBAMETRO	30	28	12	8	4
IPAC	20	18	16	15	11
JUCEB	7	4	2	1	1
SEI	50	44	23	20	15
SUDESB	8	6	5	4	3
UNEB	16	12	9	6	4
UEFS	2	1	1	1	1
UESC	2	2	1	1	1
UESB	2	1	1	1	1
FAPESB	3	1	1	1	1
FUNDAC	79	45	22	14	10
FUNCEB	20	15	10	8	5
HEMOBA	11	8	4	2	1
PEDRO CALMON	29	22	11	10	7
IRDEB	7	6	6	4	3

ANEXO XV

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDAC QUANTITATIVO DE CARGOS

Carreiras Técnicas Específicas da FUNDAC				
Cargo	Quantitativo por Classe			
	I	II	III	IV
Assistente de Serviço Social	15	13	12	10
Assistente de Serviço de Saúde	28	21	18	14
Técnico de Nutrição e Dietética	20	12	07	03

Carreiras de Graduação Superior Específicas da FUNDAC					
Cargo	Quantitativo por Classe				
	I	II	III	IV	V
Assistente Social	45	29	19	12	7
Enfermeiro	12	7	4	3	2
Nutricionista	7	4	3	2	2
Odontólogo	7	4	3	2	2
Psicólogo	30	20	13	8	5
Terapeuta Ocupacional	7	4	3	2	2

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - JUCEB
QUANTITATIVO DE CARGOS

Classe	Técnico em Registro de Comércio	Analista de Registro de Comércio
I	48	20
II	42	15
III	40	10
IV	37	7
V	-	5

ANEXO XVI

QUANTITATIVO DE CARGOS POR GRAU
ANALISTA UNIVERSITÁRIO

GRAU	UNEB	UEFS	UESC	UESB
I	190	77	50	75
II	200	80	51	48
III	170	115	43	50
IV	110	108	32	59
V	80	65	20	45
VI	38	34	11	29
VII	24	20	8	15
VIII	16	10	5	8
IX	10	6	3	7

QUANTITATIVO DE CARGOS POR GRAU TÉCNICO UNIVERSITÁRIO

GRAU	UNEB	UEFS	UESC	UESB
I	288	210	100	150
II	280	210	127	130
III	364	193	145	140
IV	129	60	73	133

ANEXO XVII

UNIVERSIDADES DO ESTADO DA BAHIA QUANTITATIVO DE CARGOS POR CLASSE

CLASSE	UESB	UESC	UNEB	UEFS
PROFESSOR AUXILIAR	145	55	449	127
PROFESSOR ASSISTENTE	328	239	710	264
PROFESSOR ADJUNTO	233	231	549	271
PROFESSOR TITULAR	241	211	245	193
PROFESSOR PLENO	167	135	110	105
TOTAL	1114	871	2063	960

ANEXO XVIII

QUADRO DE CARGOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

NOMENCLATURA	PADRÃO	NÚMERO DE CARGOS
PROFESSOR	P	22.800
	E	22.000
	M	6.000
	D	1.500
COORDENADOR PEDAGÓGICO	P	2.500
	E	1.000
	M	400
	D	200

ANEXO XIX

PRÊMIO POR DESEMPENHO POLICIAL PDP (EM R\$)

Classificação	Delegado de Polícia Civil Oficial da Polícia Militar Perito Criminal Perito Médico-Legista Perito Odonto-Legal Cargo em Comissão - DAS	Investigador de Polícia Civil Escrivão de Polícia Civil Praça da Polícia Militar Perito Técnico Cargo em Comissão - DAI
PDP-1	R\$ 3.358,54	R\$ 2.350,97
PDP-2	R\$ 2.267,01	R\$ 1.360,21
PDP-3	R\$ 1.679,26	R\$ 1.007,56
PDP-4	R\$ 839,63	R\$ 503,78

O Sr. Alan Sanches: Eu queria que registrasse os votos contrários da Oposição.
(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já está registrado, nobre deputado. Próximo projeto. Projeto de Lei nº 24.870/2023, do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização excepcional para a conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio dos servidores das carreiras civis do Poder Executivo estadual na forma que indica. Eu convido o nobre deputado Bobô para relatar esse projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não é Bobô, não. Ou é Matheus?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É o deputado Bobô.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso mesmo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, (lê) “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.870/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘dispõe sobre autorização excepcional para conversão em pecúnia dos períodos de licença prêmio dos servidores das carreiras civis do Poder Executivo Estadual, na forma que indica’

Apresenta, o Excelentíssimo Senhor Governador, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto que ora passo a relatar, destinado a permitir ‘que os servidores públicos civis do Poder Executivo Estadual convertam em pecúnia os períodos de licença prêmio, desde que atendidos os requisitos fixados, até 31 de dezembro de 2026’, conforme registra a Mensagem que acompanha a proposição, a qual ressalta ainda que a conversão em pecúnia prevista ‘produzirá um acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2023 no valor estimado de R\$ 25.467.543,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e três

reais), e para o exercício de 2024, o valor estimado de R\$ 76.256.537,00 (setenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais).’

A proposta cuida de resguardar, porém, o interesse público, uma vez que caberá à Administração decidir os casos em que poderá ocorrer a conversão, e isto somente será possível quando, motivadamente, o afastamento do servidor não atenda as necessidades do serviço, cabendo tal decisão ao titular do órgão ou dirigente da entidade de exercício.

Registre-se ainda que o pagamento da conversão é limitado a um mês de licença prêmio a cada seis meses, sendo que a permanência em serviço é condição para o pagamento dos valores resultantes da conversão, que ocorrerá após o período de 06 (seis) meses contados do deferimento do pedido, o qual será ainda tornado sem efeito na ocorrência de hipóteses de aposentadoria ou licença por interesse particular, dentre outras hipóteses.

A proposição recebeu duas emendas, sendo a de nº 1 de autoria do Deputado Luciano Simões Filho e a segunda do Deputado Hilton Coelho.

A emenda nº 1 propõe a extensão da possibilidade de conversão em pecúnia a qualquer período de aquisição pelo servidor, não se restringindo mais às licenças adquiridas após a entrada em vigor da Lei nº 13.471, de 30 de dezembro de 2015. Opino pela rejeição, em razão da inconstitucionalidade da proposta, uma vez que implicará em aumento de despesas, contrariando o dispositivo do inciso I do art. 78, que veda a aprovação de emenda parlamentar que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, entre os quais se insere o presente projeto de lei, em conformidade ao inciso VII do art. 77, ambos da Constituição Estadual.

A emenda nº 2 propõe também a extensão do direito à conversão em pecúnia a todos os períodos aquisitivos, não se restringido apenas àquelas adquiridas após a entrada em vigor da Lei nº 13.471/2015. Além disso, propõe a preservação, no cálculo para pagamento, do valor integral das remunerações recebidas, excluídas as indenizações, auxílios, salário família e outras parcelas correlatas. Seriam mantidas, portanto, as gratificações por exercício de cargo em comissão ou função de confiança e natalina, excluídas na proposta original. Opino pela rejeição, ante as mesmas razões apontadas na análise da emenda anterior.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Bobô.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No âmbito das comissões, vamos votar agora esse projeto. Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Para discussão no Plenário, não há orador.

Portanto, em votação, no Plenário, esse projeto que acabamos de ler aqui, de nº 24.870/2023.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto **de Lei nº 24.870/2023, em discussão única, com os votos contrário da oposição**, ao qual acabei de me referir.

PROJETO DE LEI Nº 24.870/2023

Dispõe sobre autorização excepcional para conversão em pecúnia dos períodos de licença prêmio dos servidores das carreiras civis do Poder Executivo Estadual, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado, em caráter excepcional, até 31 de dezembro de 2026, o deferimento da conversão em pecúnia das licenças prêmio adquiridas após a entrada em vigor da Lei nº 13.471, de 30 de dezembro de 2015, dos servidores das carreiras civis do Poder Executivo Estadual, nos termos e limites estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único - Esta Lei não se aplica à conversão em pecúnia das licenças prêmio adquiridas pelos ocupantes dos cargos permanentes de Professor do Ensino Fundamental e Médio do Magistério Público do Estado, que permanece sujeita à disciplina da Lei nº 7.937, de 11 de outubro de 2001.

Art. 2º - A conversão em pecúnia autorizada nesta Lei depende de requerimento do servidor e se dará a critério da Administração Pública, por ato do titular do órgão ou dirigente da entidade de exercício, desde que, motivadamente, o afastamento obrigatório para fruição no prazo previsto no *caput* do art. 6º da Lei nº 13.471, de 30 de dezembro de 2015, não atenda ao interesse do serviço.

§ 1º - O requerimento de conversão em pecúnia pressupõe o indeferimento, a suspensão ou interrupção da fruição da licença prêmio.

§ 2º - O pagamento dos valores decorrentes da conversão em pecúnia é limitado ao equivalente a 01 (um) mês de licença prêmio a cada 06 (seis) meses.

§ 3º - A permanência em serviço é condição para o pagamento dos valores resultantes da conversão, que ocorrerá após o período de 06 (seis) meses contados do deferimento do pedido, observada a periodicidade prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º - O deferimento da conversão dos períodos de licença prêmio em pecúnia será considerado sem efeito caso ocorra, no período de 06 (seis) meses de que trata o § 3º deste artigo, quaisquer das seguintes hipóteses:

I - aposentadoria;

II - concessão de licença para tratar de interesse particular;

III - concessão de licença prêmio;

IV - alteração do exercício funcional para órgão ou entidade diverso daquele em que se encontrava no momento do requerimento de conversão da licença prêmio em pecúnia.

Art. 3º - A conversão da licença prêmio em pecúnia também será devida, nos termos desta lei, na hipótese em que a sua fruição no prazo de que trata o § 8º do art. 6º da Lei nº 13.471, de 30 de dezembro de 2015, não atenda ao interesse do serviço.

Art. 4º - O cálculo da conversão em pecúnia preservará o recebimento integral das gratificações percebidas, ininterruptamente, há mais de 06 (seis) meses, excluídas as relativas ao exercício de cargo em comissão ou função de confiança e as parcelas relativas a indenizações, auxílios, salário família, gratificação natalina, inclusive seu adiantamento, além de outras de natureza correlata.

Art. 5º - O titular do órgão ou dirigente da entidade poderá autorizar mensalmente a conversão em pecúnia de, no máximo, 10% (dez por cento) dos servidores efetivos em exercício no órgão ou entidade por ele dirigido, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 6º - As regras previstas nesta Lei aplicam-se, a partir de 01 de janeiro de 2024, aos servidores das carreiras do Grupo Ocupacional Fisco.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Alan Sanches: Presidente, conte os votos, registre os votos contrários da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com os votos contrários da Oposição, por favor, que a Mesa registre.

Próximo projeto: Projeto de Lei nº 24.872/2023, do Poder Executivo. Eu convido o nobre deputado Rosemberg Pinto para relatar o presente projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto para relatar o PL nº 24.872/2023.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: (Lê) *“Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.872/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘estabelece percentual de revisão geral incidente sobre os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências.’

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a conceder revisão geral da estrutura remuneratória aos servidores públicos estaduais, de modo a adequá-la ‘aos novos padrões advindos do reajuste constitucional do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o fortalecimento dos pilares da política de Gestão de Pessoas da Administração Pública Estadual’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que ‘serão contemplados com o reajuste linear de 04% (quatro por cento) todos os servidores ativos e inativos do Estado, passando a Proposta a ter efeitos financeiros retroativos a 1º de fevereiro de 2023’, e ainda que as alterações da estrutura remuneratória previstas nesta Proposta produzirão um acréscimo na despesa de pessoal, para o exercício de 2023 no valor estimado de R\$773.010.405,00 (setecentos e setenta e três milhões, dez mil, quatrocentos e cinco reais), e para o exercício de 2024, o valor estimado de R\$914.420.208,00 (novecentos e catorze milhões, quatrocentos e vinte mil, duzentos e oito reais)’, reiterando, por fim, ‘que apesar das dificuldades econômicas em que passa o país, o Estado realizou grande esforço, dentro dos limites da sua capacidade financeira, e após estudos, apresenta a Proposta de reajuste que preserva o equilíbrio fiscal e a solidez das contas públicas.’

Trata-se, assim, de medida de inquestionável interesse público, na medida em que vem promover o reajuste dos vencimentos, soldos, proventos e pensões dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos.

O projeto recebeu duas emendas, sendo a primeira de autoria do Deputado Alan Sanches e a segunda do Deputado Leandro de Jesus. A emenda nº 1 propõe aplicação de um índice de 9% para a revisão geral da estrutura remuneratória dos servidores. Opino pela rejeição, considerando a proposta inconstitucional, na medida em que se imiscui em competência privativa do Governador do Estado, tendo em vista que implicará em aumento de despesas e de remuneração de servidores, contrariando os incisos II e VII do art. 77, incidindo, conseqüentemente, no inciso I do art. 78, que veda a aprovação de emenda que contenha aumento da despesa em projeto de iniciativa privativa do Governador, ambos da Constituição Estadual.

A emenda nº 2 propõe a revogação da Lei nº 13.956, de 16 de maio de 2018, que estabelece carga horária de 40 horas semanais para os servidores que venham a ingressar nas carreiras de Auditor Fiscal e Agente de Tributos Estaduais do Grupo Ocupacional Fisco da Secretaria da Fazenda após a data da promulgação da Lei (16 de maio de 2018). Opino mais uma vez pela rejeição, também por inconstitucionalidade da proposta, uma vez que a revogação pretendida se imiscui em

competência privativa do Governador do Estado, tendo em vista que incide sobre a organização administrativa da máquina pública, implicando ainda em aumento de despesas, uma vez que será necessária a nomeação de mais servidores para cumprimento das atribuições do Fisco, contrariando, portanto, o disposto no inciso VII do art. 77, e incidindo, conseqüentemente, no inciso I do art. 78, ambos da Constituição Estadual.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Júnior Nascimento: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem.

O Sr. Júnior Nascimento: Eu queria pedir vista do projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Júnior Nascimento, o projeto está em regime de urgência, não é possível. Regimentalmente, não pode ser solicitada a vista.

O Sr. Júnior Nascimento: Certo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Portanto, em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que concordam com o parecer do nobre relator permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários da Oposição.

No âmbito do Plenário.

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Está aberta a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão, no Plenário, o presente projeto.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, já tem inscritos. Tem deputado que está inscrito, o primeiro é o deputado Leandro.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Estou checando aqui, checando aqui agora, a Mesa está fornecendo a lista dos deputados.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Diego fez a permuta... Deputado Diego.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, com a palavra o deputado Diego Castro para discutir a matéria pelo tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Presidente, o que acabou de acontecer aqui envergonha todos nós baianos. Os profissionais da segurança pública do estado da Bahia, com certeza, estão saindo daqui hoje desmoralizados! Não tem outra palavra a ser utilizada a não ser vergonha! É esse o tratamento que o governo estadual está dando àquele que está ali se lascando para proteger a sociedade! É esse o tratamento que o governo estadual e a bancada aqui deu a quem dá a sua vida para proteger o cidadão.

Perdemos, neste momento, uma batalha, mas a guerra não. Não vamos desistir. A Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, a qual propus no dia de ontem, vem com a intenção de mostrar, diferentemente do que aconteceu aqui, a imposição, por parte do governo estadual, do Poder Executivo, de uma proposta que não ouviu as categorias. Vamos criar esse ambiente não só de força política, mas também de participação das verdadeiras entidades que representam esse setor.

Quero parabenizar aqui a Uniproseg, vocês estão de parabéns!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Vocês, policiais militares, civis, agentes penitenciários e a futura Polícia Penal, a Bancada da Oposição, por intermédio do líder Alan Sanches, do União Brasil, vocês me honraram, e eu me orgulho muito disso, de fazer parte dessa bancada. O sentimento dessas categorias, o sentimento dos policiais militares do estado da Bahia, dos policiais civis e penais... Não estamos vivendo em uma tirania. Estamos ainda, pelo menos formalmente, em um Estado democrático de direito, e a participação popular é peça, é ente, fundamental desse processo.

Falou-se tanto em representatividade, fala-se tanto nisso nesse governo do PT, fizeram- se em cima dessa política a vida toda, e agora olhem só como eles tratam o funcionalismo e as representações. Tratam como nada! Tratam de forma vergonhosa! Tratam com desdém!

Ficou claro, nesta Casa, aos olhos de todos, que nenhum desses foi escutado, não houve sensibilidade para que a proposta fosse retirada de pauta. Não houve sensibilidade do governo para

chamar vocês, que estão na ponta, que sabem do dia a dia, que sabem de todas as mazelas, de todos os problemas. Vocês não foram chamados para serem ouvidos, mesmo com a última chance que tiveram aqui.

Que fique de lição, servidores públicos do estado da Bahia, e fiquem com a lição muito clara: na próxima eleição, abram o olho. Não se deixem ser enganados por essas bravatas. Não se deixem ser enganados por essas, vou usar um termo aqui, mas ainda eu preservo o decoro, não se deixem ser enganados por essas ladainhas, porque na eleição eles dão a mão a vocês e depois atiram em vocês pelas costas. Isso é que é votar na esquerda! Eles não têm escrúpulo com a confiança de vocês, não têm escrúpulo ao trair vocês. Não têm um pinga de sentimento humanitário. Esse é o discurso que sempre permeia o dia a dia deles. Não têm um pinga de hombridade com a representatividade.

Que fique claro também que isso que aconteceu hoje, aqui, é mais uma pá de terra sobre o caixão da segurança pública da Bahia colocada pelo PT de Lula e Jerônimo. Se a segurança pública já estava no túmulo, agora, já a partir de agora, virará

pó. Mas aqui se teve a oportunidade de melhorar um déficit histórico, vocês que usam tanto essa palavra, de fazer uma reparação, pode-se assim dizer, histórica. De 2015 para cá, a defasagem corroeu, tirou a comida da mesa de muitos policiais militares, de muitos policiais civis, deixou muitos endividados. E o pior é que quando chega a hora dessa dívida ser reparada o que é que acontece? Acontece um assassinato de confiança. Porque esse novo governo entrou com a proposta de reparar essa deficiência e na primeira oportunidade que tem assassina, como eu disse aqui, a confiança, enterra qualquer chance de reparação desse problema.

Orgulho-me muito, senhoras e senhores, de ter lutado ao lado de vocês. E me orgulho muito de ter a possibilidade, a oportunidade de conhecer vocês. Como eu disse aqui, não sou militar, sou civil, mas sou um admirador das pautas do militarismo porque permeiam a minha linha de pensamento e por entender que a segurança integra o tripé fundamental das políticas públicas.

Mas eu não estou falando aqui como um deputado, como alguém que tem prerrogativa de foro, não! Estou falando aqui como cidadão. Eu, no sentimento de cidadão baiano, me sinto desassistido por esse governo, me sinto envergonhado, me sinto descoberto, sinto-me um filho órfão. Esse é o mesmo sentimento de todos os pais e mães de famílias dos quase 15 milhões de baianos que vivem dentro do escopo da pior segurança pública do Brasil, que vivem dentro do escopo dos piores índices do país.

Como eu disse aqui, por 4 anos consecutivos é o estado mais violento do Brasil, o estado que tem três das dez cidades mais violentas do mundo. É isso que ele ainda traz de presente, colocando mais uma estrelinha vermelha no título de incompetência da segurança pública do estado da Bahia.

Para concluir, Sr. Presidente, digo e repito, se a postura desse atual desgoverno, porque essa é a palavra, do PT e da esquerda não mudar, nós viraremos o Iraque da década de 1980, onde houve um verdadeiro genocídio no conflito com o Irã. E remonta aos moldes do que a gente está vendo aqui porque só falta ter arma química para ficar a mesma coisa, porque, do resto, de tudo já se tem.

A bandidagem está solta na rua e o cidadão de bem preso dentro de casa. As coisas estão invertidas e nós estamos na obrigação moral de fazer a nossa parte para reverter esse caos em que se encontra a Bahia, porque faz medo a qualquer pessoa atravessar uma esquina para comprar uma bala em um supermercado, porque sai sem saber se volta.

Que Deus abençoe a cada um de vocês, policiais civis, militares e penais. E, aqui, o meu repúdio ao que aconteceu no dia de hoje. Mas nós não vamos parar, vamos continuar nossa luta para fazer valer a voz de cada um de vocês. Orgulhem-se, porque vocês fizeram a sua parte. Perdemos uma batalha, mas saímos de cabeça erguida, porque temos a certeza de que, na confiança do nosso Senhor Jesus Cristo, um dia venceremos essa guerra. Nenhum sofrimento e nenhuma peleja é eterna.

(As galerias se manifestam palmas.)

Muito obrigado, mas com muita vergonha pelo que aconteceu no dia de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, comunicação inadiável, Sr. Presidente.

(O deputado Vitor Bonfim assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Tiago Correia, como líder.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, devido ao avançado da hora, eu esperava para falar, mas a gente não sabe a que horas vai acabar esta sessão, eu queria comunicar que hoje, dia 16 de maio, terça-feira, é o Dia Internacional do Gari. Eu queria, aqui, prestar as minhas homenagens a essa categoria que trabalha dia e noite, 24 horas por dia, 365 dias por ano, para manter a saúde da nossa população, mantendo a nossa cidade limpa e organizada. Um trabalho muitas vezes silencioso, que só é percebido quando ocorre algum tipo de paralisação ou quando eles são impedidos de trabalhar por motivo de força maior, chuvas, ou alguma outra coisa.

Então, eu queria prestar, aqui, a minha homenagem, eu fui presidente da Limpurb, a todos esses homens e mulheres que mantêm a saúde da nossa população, Sr. Presidente.

(As galerias se manifestam com palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Registrada a homenagem do deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para discutir, o deputado Leandro de Jesus, pelo tempo regimental.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Senhoras e senhores, mais uma vez, aqui, cumprimento a todos. Mas, realmente, hoje é um dia triste para a nossa Bahia. Realmente, não cabe me estender aqui porque tudo que podia ser dito já foi dito, com muitas verdades, buscando a justiça, buscando olhar, de fato, para aqueles que se dedicam ao nosso estado. Aos senhores, mais uma vez registro o meu respeito, e no que me couber fazer, contem sempre comigo.

Deixo registrado, aqui, que após a minha fala estarei me retirando do Plenário. Não vou participar do momento final, aqui, do andamento desse projeto porque, realmente, é uma falta de respeito. Então, eu vou me abster de participar disso. A minha contribuição foi feita exatamente, porque eu entendo ou esperava que poderia ocorrer uma luz que pudesse vir por parte do governo, embora nada de bom se possa esperar do PT, da esquerda. E só olhar o estado da Bahia como se encontra. Mas eu esperava um lampejo de lucidez em respeito aos senhores servidores, à situação de vocês, inclusive pelo discurso que foi colocado em pauta, aqui, em favor do povo preto. Mas é bom que os senhores estão atentos ao que é discurso e ao que é realidade.

Então, é lamentável esse projeto que foi imposto aqui, uma imposição, uma imposição que desrespeitou o povo, que desrespeitou os senhores servidores, que não foram ouvidos. Não houve diálogo, não houve diálogo com esta Casa, a quem não se deu a oportunidade de fazer um levantamento de dados e informações para confrontar o projeto que foi apresentado aqui. E foi realmente, afirmo, uma imposição. Mesmo

com tudo que os senhores fizeram aqui, e eu parablenho vocês pela mobilização, pela movimentação, o governo escolheu desrespeitar, como vocês cantaram aí, não é? Vocês deram a mão e o governo resolveu... neste caso, aqui, eu vou complementar: vocês deram a mão e o governo resolveu dar uma palmada forte, uma facada nas costas.

Mas volto a repetir, fica a oportunidade de reflexão. Quem está ao lado de vocês? Quem está ao lado da verdadeira justiça? Quem está ao lado da valorização dos servidores? E, volto a repetir, no discurso que eles tanto falam – até por uma questão de lugar de fala, não é?, como se diz, como a esquerda gosta de sustentar, até pelo lugar de fala – quem verdadeiramente se preocupa com o povo pobre, o povo preto, o povo da periferia ou os servidores, que, em sua maioria, no estado da Bahia, eu tenho certeza, são pretos? Eu dei a oportunidade aqui, como vocês viram, para que deputados que se dizem preocupados com o povo preto pudessem se retratar e agir em favor de vocês, mas não o fizeram. Porque uma coisa, volto a repetir, é discurso, outra coisa é ação, outra coisa é verdade. O PT e a esquerda usam a cor da nossa pele para fazer palanque político, para fazer palanque político, para explorar os senhores. É apenas isso que eles fazem. E não se pode atribuir a situação do estado da Bahia e dos senhores a nenhum governo anterior. São cinco mandatos consecutivos, cinco mandatos consecutivos! E fica a pergunta, cadê a preocupação com os servidores, com o povo preto, o povo pobre?

(As Sr.^{as} Deputadas posam para foto.)

Participante das galerias: Chama a deputada preta para a foto!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Então, está, aí, senhoras e senhores,...
Participante das galerias: Fomos barrados no baile!

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) o governo da Bahia tratando os senhores como se estivessem em uma senzala e ele na casa grande. É um absurdo! Fica, aqui, o meu repúdio,...

(As Sr.^{as} Deputadas posam para foto.)

Participante das galerias: Cadê a preta? Por que não chamaram a preta para a foto?

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) meu repúdio e contem comigo. Como foi dito aqui, é uma batalha, é uma batalha, mas não perdemos a guerra. Contem conosco, contem comigo, vamos à luta. Deus abençoe!

Muito obrigado. (Palmas)

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o nobre deputado Alan Sanches para usar a palavra, pelo tempo regimental.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, servidores que permanecem...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Só para esclarecer, houve uma permuta da liderança, Alan Sanches, passando para o nobre deputado Hilton Coelho. Por favor, só para fazer os assentos necessários, aqui, nas atas.

O Sr. HILTON COELHO: (...) heroicamente aqui, nesta Casa, registrando, para quem poderia ter alguma sombra de dúvida, a rejeição, o sentimento de humilhação por que passam os servidores do estado da Bahia com essa proposta que, infelizmente, o governo leva até o final desta sessão tão desgastante. Não pelo fato ter durado mais tempo que as anteriores, mas, principalmente, porque os argumentos foram exaustivamente apresentados aqui, toda a trajetória de perdas do conjunto dos servidores públicos, das servidoras, das diversas categorias.

Tudo isso foi dito aqui, numa sinergia com o público que acompanhou durante toda a tarde e, de maneira recorrente, pediu, suplicou pela retirada do projeto. Infelizmente, o que a gente percebe é o governo insistindo em apresentar um reajuste que não vai significar senão o fortalecimento desse sentimento de frustração, de humilhação, de decepção política, inclusive, do conjunto dos servidores e das servidoras públicas do estado da Bahia.

Nós acompanhamos toda a história de segmentos específicos aqui, discutimos a situação da educação, o desrespeito à carreira das profissionais, dos profissionais da educação e, especialmente, a não inclusão de diversos setores nesse processo de reajuste. Nós queremos ressaltar, aqui, que, apesar da lei do piso nacional não fazer qualquer diferenciação entre trabalhadores efetivos da educação e aqueles que estão em regimes temporários, como o Reda, não haver nenhuma diferenciação entre ativos e inativos, muito menos entre aqueles servidores que estão em níveis diferenciados, apesar disso se aprovou, simplesmente, um projeto que exclui esses três segmentos.

Foi um prenúncio do que o governo articulava para fazer nesta tarde de hoje, que termina, a meu ver, de maneira muito mais dramática porque em relação à educação houve uma polarização, houve, em parte, o respeito ao plano de carreira, ainda que o desrespeito por exemplo aos aposentados e às aposentadas fosse algo tão brutal.

Nesta tarde, o que está se operando, a meu ver, é algo mais agressivo ainda, porque é um reajuste linear abaixo da inflação do último ano, desconsiderando todos os anos anteriores, para o conjunto de servidores públicos. Qual vai ser o resultado disso? O governo, se pudesse ter alguma dúvida, poderia ter alguma dúvida, vai terminar esta sessão sem qualquer dúvida de que o que está espalhando pelo serviço público é a insatisfação, é a indignação e, ao contrário do que ele possa vir a pensar, vai alimentar ainda mais o espírito de luta.

Eu tenho toda a esperança de que os servidores e servidoras públicas perderam as ilusões em relação ao comportamento do governo e não vai responder se não for com manifestação de rua, se não for com assembleia cheia, se não for com manifestação na frente e dentro desta Casa. Ou seja, vai ser preciso não apenas a unificação, que já começou a se dar, do conjunto dos servidores públicos para fazer a luta, vai ser preciso fazer isso de maneira muito enérgica, de maneira muito massiva. E o nosso mandato estará com esses servidores, com essas servidoras em luta.

Eu quero, aqui, concluir a minha fala, Sr. Presidente, com esta mensagem: não esmoreçam. O papel, no atual momento histórico, foi cumprido, o de sinalizar para a sociedade baiana que o governo poderia, de fato, corrigir as injustiças, mas fez a opção de não fazer.

Então, os servidores que vieram e protestaram aqui o dia todo fizeram isso de cabeça erguida e continuarão nas ruas protestando, ocupando esta Casa e, com certeza, o resultado disso será a vitória e a correção dessa injustiça histórica. Nosso mandato da resistência está junto com todos os servidores e todas as servidoras nessa luta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Como houve a permuta, passo a palavra ao nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, coisa bonita ver aqui tantas deputadas sensibilizadas para votar contra o projeto do aumento de 4%. Coisa linda! Um, dois, três, quatro, cinco, seis... Oito!

Sr. Presidente, hoje, depois de quase 7 horas de obstrução da Oposição... Porque nós queríamos deixar registrado aqui, enquanto deputados, a insatisfação não só dos deputados, porque nada somos aqui se não representantes de toda essa gama da população que nos procurou em nossos gabinetes, na Bancada da Oposição, pedindo, implorando que houvesse pelo menos uma reposição da inflação de 6% do ano passado...

Como Leandro falou, a gente pode ter perdido uma batalha, mas a gente conseguiu, aqui, sinalizar para o governo do estado que ele não pode tratar as pessoas da forma que vem tratando. O deputado Rosemberg atendeu a todos que o procuraram, mas faltava, como eu disse, a força da caneta. Sensível como é, ele sabe que poderia e deveria, sim, haver um aumento de, no mínimo, no mínimo, deputada Fabíola, de 6%. Dessa forma, a Bancada da Oposição tentou fazer o máximo, esticar o máximo para sensibilizar a todos vocês, deputadas e deputados, e marcar o nosso posicionamento de votar contra. Não aceitaram a nossa emenda que aumentava para 9% o reajuste e, por isso, nesse projeto, eu peço à minha bancada que não só se coloque contra, mas também que não participe do final dessa votação. Eu peço à minha bancada que se retire para não participar dessa votação injusta, perversa de aumento de apenas 4% para o servidor.

Muito obrigado!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados e Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 24.872/2023, em discussão única.

PROJETO DE LEI Nº 24.872/2023

Estabelece percentual de revisão geral incidente sobre os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido o percentual de 04% (quatro por cento), a título de revisão geral, incidente sobre:

I - os vencimentos dos cargos de provimento efetivo das carreiras civis dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Educação, Fiscalização e Regulação, Fisco, Gestão Pública, Obras Públicas, Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado, Serviços Públicos de Saúde, Segurança Pública, Serviços Penitenciários, Técnico Administrativo e Técnico-Específico, e dos cargos de provimento efetivo das carreiras de Procurador do Estado, Procurador Jurídico e Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, bem como os valores dos símbolos das Funções Gratificadas e dos Cargos em Comissão da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual e da Defensoria Pública do Estado da Bahia;

II - os valores das seguintes gratificações: Gratificação por Competência - GPC, Gratificação de Atividade Jurídica - GAJ, Gratificação de Atividade de Polícia Judiciária - GAPJ, Gratificação de Incentivo ao Desempenho - GID, Gratificação de Serviços Penitenciários - GSP, Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas - GEP, Gratificação de Suporte Técnico Universitário - GSTU, Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes - GET, Gratificação pelo Exercício de Assistência em Procuradoria - GEAP;

III - os soldos dos militares estaduais da Polícia Militar da Bahia e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, bem como a Gratificação de Atividade Policial Militar - GAP PM/BM;

IV - o subsídio dos cargos de provimento efetivo da carreira de Professor com titulação em ensino médio específico completo ou licenciatura de curta duração e de Professor não licenciado;

V - o subsídio dos cargos de provimento efetivo das carreiras de Médico e Regulador da Assistência em Saúde, do Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde;

VI - o subsídio dos cargos de provimento efetivo da carreira de Professor Indígena;

VII - os vencimentos dos cargos de provimento efetivo do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003;

VIII - o subsídio dos cargos de provimento efetivo da carreira de Defensor Público.

§ 1º - A revisão prevista no *caput* deste artigo não se aplica às gratificações cujo valor resulte da aplicação de percentuais sobre o vencimento básico.

§ 2º - A revisão prevista no *caput* deste artigo incidirá sobre os valores dos vencimentos, subsídios, soldos, gratificações e símbolos vigentes em 31 de janeiro de 2023.

Art. 2º - Os proventos de inatividade e as pensões dos servidores das carreiras mencionadas nesta Lei que possuem direito à paridade constitucional serão revistos na mesma data, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar em valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a 1º de fevereiro de 2023.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto, o Projeto de Lei nº 24.871/2023, do Poder Executivo.

Para esse projeto, senhoras e senhores, há um acordo de lideranças firmado, e é o projeto que vai finalizar a votação de hoje. Em mais alguns minutos, logo, logo, nós teremos, só para tranquilizar V. Ex.^{as}.

Eu convido o nobre deputado Matheus Ferreira ou o deputado Vítor Bonfim para relatar.

Matheus está! Pois não. O nobre deputado Matheus Ferreira para relatar o próximo projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Só um instantinho. Presidente, pela ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu só queria dizer aos deputados que para depois desse projeto há uma urgência colocada. Então, eu queria pedir que as pessoas aguardassem porque logo depois disso, aqui, a gente vota a urgência e finaliza.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, nobre deputado Matheus Ferreira. O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre deputado Matheus Ferreira.

O Sr. MATHEUS FERREIRA: Boa noite, caros amigos. Uma saudação muito calorosa após algumas horas de muito debate, mas, graças a Deus, está chegando ao fim. Eu quero um momento para falar também, Júnior Muniz. Hoje só ouvimos um pouquinho, mas eu vou, aqui... Cinco minutos? Vamos lá.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.871/2023, de autoria do Poder Executivo, o ‘qual altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, e dá outras providências.’

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, vem promover alterações na Lei nº 13.201/2014, que reorganiza a Polícia Militar da Bahia e dispõe sobre o seu efetivo. A proposta, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, ‘visa promover modificações na estrutura organizacional da Polícia Militar da Bahia - PMBA ajustando a sua estrutura à atual realidade operacional e administrativa, de modo a atender à crescente demanda de suas atribuições constitucionais’, ressaltando ainda o objetivo de fortalecer a prestação dos serviços de segurança pública no Estado da Bahia, ‘através do reforço das atividades de policiamento ostensivo da PMBA integradas à ampliação dos Comandos de Policiamentos Regionais, a regulamentação da atuação de policiamento de proteção à mulher, de prevenção a furtos e roubos a coletivo, de prevenção a furtos e roubos de veículos e do policiamento escolar, bem como o aprimoramento das atividades operacionais e especializadas em missões de policiamento para atuação em situações de alto risco da Corporação’. Por fim, informa ainda a Mensagem que ‘as alterações previstas nesta Proposta produzirão um acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2023, no valor estimado de R\$12.165.856,00 (doze milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais) e, para os anos de 2024 e 2025, o valor de R\$24.595.202,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e dois reais).’

Diversas são as modificações propostas na estrutura da PM, dentre as quais a criação de: Comando de Policiamento da Região do Recôncavo; Comando de Policiamento da Região do Extremo Sul; Comando de Policiamento da Região Meio Oeste; Comando de Policiamento da Região Nordeste; Comando de Policiamento de Missões Especiais; Comando Especializado de Policiamento Rodoviário; Comando de Policiamento de Apoio Operacional, compreendendo: a) Batalhão de Policiamento de Proteção a Mulher - Maria da Penha; b) Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos a Coletivo; c) Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos de Veículos; d) Batalhão de Policiamento Escolar; e) Batalhão de Polícia de Pronto Emprego Operacional; f) Batalhão de Policiamento Turístico; g) Companhia Independente de Polícia

Fazendária; Batalhão Especializado de Patrulhamento Tático Móvel; 22º Batalhão de Polícia Militar; 23º Batalhão de Polícia Militar; 24º Batalhão de Polícia Militar; 04 (quatro) Companhias Independentes de Policiamento Tático, subordinadas

diretamente, cada uma, aos Comandos de Policiamento da Região do Recôncavo, Extremo Sul, Meio Oeste e Nordeste.

A proposição cuida, ainda, da criação dos cargos necessários ao exercício dos comandos dos órgãos ora instituídos, bem como promove diversas outras alterações na estrutura administrativa da PM. Trata-se, portanto, de matéria de grande importância para a Administração e relevante interesse público, na medida em que se destina a promover modificações significativas na nossa Polícia Militar, para um melhor desempenho no exercício de suas nobres atribuições.

O projeto recebeu duas emendas, sendo a primeira de autoria do Deputado Leandro de Jesus e a segunda da Deputada Ludmilla Fiscina. A emenda nº 1 propõe o acréscimo de um dispositivo estabelecendo que na fixação do percentual da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET, seja vedada a utilização de posto ou graduação como critério de diferenciação dos percentuais, sendo a fixação de percentual baseada unicamente na condição e natureza do tipo de serviço executado. Opino pela rejeição, entendendo que a emenda se manifesta inconstitucional, encontram óbice no disposto no inciso IV do art. 77 e no inciso I do art. 78 da Constituição Estadual, que vedam emenda que contenha aumento ou redução de despesas em projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado.

A emenda nº 2 propõe a criação do Comando de Policiamento Regional Litoral Norte e Agreste Baiano. Opino também pela rejeição, frente às mesmas razões explicitadas na rejeição da emenda anterior, citando ainda que os incisos XIX do art. 105 e I do art. 77, ambos da Constituição Estadual conferem competência privativa ao Governador do Estado, sendo de sua iniciativa, dispor sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da administração estadual, bem como sobre fixação ou modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. Por fim, venho, na condição de Relator, acrescentar a seguinte emenda:

Emenda de relator: Acresça-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 24.871/2023 a alteração do caput do art. 1º da Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, na forma seguinte:

Art. 1º: A Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º - À Polícia Militar da Bahia - PMBA, órgão em regime especial de Administração Direta, nos termos da Lei nº 2.428, de 17 de fevereiro de 1967, vinculado à Secretaria da Segurança Pública e integrante do Sistema Estadual de Segurança Pública, que tem por finalidade preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de modo a assegurar, com equilíbrio e equidade, o bem-estar social, na forma da Constituição Federal e da Constituição do Estado da Bahia, compete:

.....'(NR)

Justificativa: A presente emenda visa alterar o caput do art. 1º do projeto para acrescentar a alteração do caput do art. 1º da Lei 13.201/2014, a fim de fortalecer o

Sistema Estadual de Segurança Pública, composto também pela Polícia Militar da Bahia.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023."

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Matheus Ferreira

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão, no âmbito das Comissões. Em votação, no âmbito das Comissões.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, com o voto contrário do deputado Hilton Coelho.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas, aqueles que queiram aprovar o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o **Projeto de Lei nº 24.871/2023, em discussão única**, com o voto contrário do deputado Hilton Coelho.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.871/2023

Altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - A Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - À Polícia Militar da Bahia – PMBA –, órgão em regime especial de Administração Direta, nos termos da Lei nº 2.428, de 17 de fevereiro de 1967, vinculado à Secretaria da Segurança Pública e integrante do Sistema Estadual de Segurança Pública, que tem por finalidade preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de modo a assegurar, com equilíbrio e equidade, o bem-estar social, na forma da Constituição Federal e da Constituição do Estado da Bahia, compete:

.....’(NR)

- Art. 16 -
Parágrafo único -
XI - Comando de Policiamento da Região do Recôncavo:
a) Batalhões de Polícia Militar;
b) Companhias Independentes de Polícia Militar;
c) Companhia Independente de Policiamento Tático;
XII - Comando de Policiamento da Região do Extremo Sul:
a) Batalhões de Polícia Militar;
b) Companhias Independentes de Polícia Militar;
c) Companhia Independente de Policiamento Tático;
XIII - Comando de Policiamento da Região Meio Oeste:
a) Batalhões de Polícia Militar;
b) Companhias Independentes de Polícia Militar;
c) Companhia Independente de Policiamento Tático;
XIV - Comando de Policiamento da Região Nordeste:
a) Batalhões de Polícia Militar;
b) Companhias Independentes de Polícia Militar;
c) Companhia Independente de Policiamento Tático;
XV - Comando de Policiamento Especializado:
a) Batalhão de Polícia de Guardas;
b) Batalhão Especializado de Policiamento de Eventos;
c) Esquadrões de Polícia Militar;
d) Companhias Independentes de Polícia de Guarda;
e) Companhias Independentes de Proteção de Polícia Ambiental;
XVI - Comando de Policiamento em Missões Especiais:
a) Batalhão de Polícia de Choque;
b) Batalhão de Operações Policiais Especiais;
c) Batalhão de Patrulhamento Tático Móvel;
d) Grupamento Aéreo da Polícia Militar;
e) Companhias Independentes de Policiamento Especializado;
XVII - Comando Especializado de Policiamento Rodoviário:
a) Batalhão de Polícia Rodoviária;
b) Companhias Independentes de Policiamento Rodoviário;
XVIII - Comando de Policiamento de Apoio Operacional:
a) Batalhão de Policiamento de Proteção à Mulher - Maria da Penha;
b) Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos a Coletivo;
c) Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos de Veículos;
d) Batalhão de Policiamento Escolar;
e) Batalhão de Polícia de Pronto Emprego Operacional;
f) Batalhão de Policiamento Turístico;
g) Companhia Independente de Polícia Fazendária.” (NR)

“Art. 23 - O Centro de Arquitetura e Engenharia tem por finalidade apoiar as unidades gestoras na construção, ampliação, reforma e recuperação das instalações físicas da PMBA, nos limites de valor a ser estabelecido em regulamento.” (NR)

“Art. 27 - Os Comandos de Policiamento Especializado têm por finalidade planejar, coordenar, executar, avaliar e controlar as atividades operacionais especializadas em todo o Estado, no âmbito de sua respectiva atuação.” (NR)

“Art. 27-A - O Comando de Policiamento de Apoio Operacional tem por finalidade planejar, coordenar, executar, avaliar e controlar as atividades operacionais de prevenção à prática de crimes específicos em apoio às demais unidades operacionais”. (NR)

“Art. 42 -
§ 1º -

II -

a) Batalhão Especializado de Patrulhamento Tático Móvel, responsável pela execução de missões de policiamento ostensivo para atuação em situações de alto risco, utilizando táticas especiais;

.....
III - Batalhão de Polícia de Pronto Emprego Operacional, responsável por planejar, coordenar e executar as atividades de preservação da ordem pública, especialmente instruída e treinada para as missões de apoio às outras Unidades Operacionais, podendo se utilizar do efetivo de unidades administrativas;

.....” (NR)

“Art. 44-A - A definição ou a transferência da sede da área de responsabilidade territorial das Unidades Operacionais da PMBA serão estabelecidas por decreto do Chefe do Poder Executivo”. (NR)

“Art. 55 - O efetivo ativo da PMBA é fixado em 44.767 (quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e sete) servidores policiais militares estaduais, distribuídos em Postos e Graduações, conforme o Anexo IV desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 57 -

VI - Chefe de Gabinete do Comando-Geral:

a)

c) planejar a segurança pessoal do Comandante-Geral e de seus familiares;

.....

XX - Ouvidor-Chefe:

.....

XX-A - Ouvidor-Adjunto:

a) substituir o Ouvidor-Chefe em seus impedimentos eventuais;

b) fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas pelo Ouvidor-Chefe;

c) auxiliar o Ouvidor-Chefe no planejamento, supervisão, coordenação e execução das atividades, bem como no exame e encaminhamento dos assuntos de sua competência;

d) exercer outras atribuições que lhe forem delegadas;

XXI - Chefe de Gabinete do Subcomando-Geral:

b)

c) planejar a segurança pessoal do Subcomandante-Geral e de seus familiares;

.....

XXIV - Coordenador I: programar, orientar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades da respectiva Unidade;

XXIV-A - Coordenador Técnico: coordenar as atividades de assessoramento, planejamento, execução, acompanhamento, supervisão e avaliação de programas, projetos e ações a cargo da respectiva Unidade;

.....” (NR)

“Art. 64-A - Ficam criadas, na estrutura da Polícia Militar da Bahia, as seguintes unidades:

I - Comando de Policiamento da Região do Recôncavo;

II - Comando de Policiamento da Região do Extremo Sul;

III - Comando de Policiamento da Região Meio Oeste;

IV - Comando de Policiamento da Região Nordeste;

V - Comando de Policiamento de Missões Especiais;

VI - Comando Especializado de Policiamento Rodoviário;

VII - Comando de Policiamento de Apoio Operacional:

a) Batalhão de Policiamento de Proteção a Mulher - Maria da Penha;

b) Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos a Coletivo;

c) Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos de Veículos;

d) Batalhão de Policiamento Escolar;

f) Batalhão de Polícia de Pronto Emprego Operacional;

g) Batalhão de Policiamento Turístico;

h) Companhia Independente de Polícia Fazendária;

VIII - Batalhão Especializado de Patrulhamento Tático Móvel;

IX - 22º Batalhão de Polícia Militar;

X - 23º Batalhão de Polícia Militar;

XI - 24º Batalhão de Polícia Militar;

XII - 04 (quatro) Companhias Independentes de Policiamento Tático, subordinadas diretamente, cada uma, aos Comandos de Policiamento da Região do Recôncavo, Extremo Sul, Meio Oeste e Nordeste”.

(NR)

“Art. 65-A - Ficam criados, na estrutura de cargos em comissão da PMBA, os seguintes cargos em comissão:

I - 07 (sete) cargos de Comandante de Policiamento, símbolo DAS-2B;

II - 01 (um) de Ouvidor-Chefe, símbolo DAS-2B;

III - 07 (sete) cargos de Subcomandante de Policiamento, símbolo DAS-2C;

IV - 08 (oito) cargos de Comandante de Batalhão, símbolo DAS-2D;

V - 07 (sete) cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-2D;

VI - 08 (oito) cargos de Subcomandante de Batalhão, símbolo DAS-3;

VII - 04 (quatro) cargos de Comandante de Companhia Independente símbolo DAS-3;

VIII - 37 (trinta e sete) cargos de Coordenador II, símbolo DAS-3;

IX - 04 (quatro) cargos de Subcomandante de Companhia Independente, símbolo DAI-4;

X - 48 (quarenta e oito) cargos de Comandante de Companhia, símbolo DAI-4;

XI - 36 (trinta e seis) cargos de Coordenador III, símbolo DAI-4.” (NR)

“Art. 66-A - O cargo em comissão de Assistente Militar do Comando- Geral, símbolo DAS-2B, da estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, passa a denominar-se Chefe de Gabinete do Comando-Geral, símbolo DAS-2B.” (NR)

“Art. 66-B - O cargo em comissão de Assistente Militar I, símbolo DAS-2C, da estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, passa a denominar-se Chefe de Gabinete do Subcomando-Geral, símbolo DAS-2C.” (NR)

“Art. 66-C - O cargo em comissão de Ouvidor, símbolo DAS-2C, da estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, passa a denominar-se Ouvidor Adjunto, símbolo DAS-2C.” (NR)

“Art. 67 - ”

IV - o Batalhão de Polícia de Reforço Operacional passa a denominar-se Batalhão de Polícia de Pronto Emprego Operacional.”

(NR)

“Art. 67-A - O Batalhão Especializado de Polícia Turística passa a denominar-se Batalhão de Policiamento Turístico.” (NR)

Art. 2º - Os Anexos I, II, III e IV da Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023.

Deputado MATHEUS FERREIRA
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próxima e última votação da noite.

Requerimento do nobre deputado Rosemberg Pinto ao Ex.^{mo} Presidente da ALBA que, na forma do art. 174, inciso II do Regimento Interno, solicita urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 24.874/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, na forma que indica e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, eu quero dizer que a ausência do nosso presidente, Adolfo Menezes, nesta votação, deve-se ao fato de que ele foi tratar de uma questão de saúde na família. E, com muita honra, eu quero saudar e parabenizar todas as lideranças partidárias e, principalmente, os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que estiveram aqui ao longo da tarde e da noite para darmos um voto de confiança e votarmos todos esses projetos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Eduardo Alencar (justificada), Laerte do Vando e Marquinho Viana. (03)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.